

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

BEATRIZ BURG VIANA

**RACIONALIDADES E INTENCIONALIDADES ORIENTADORAS DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO
BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

**CURITIBA
2024**

BEATRIZ BURG VIANA

**RACIONALIDADES E INTENCIONALIDADES ORIENTADORAS DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO
BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

**RATIONALITIES AND INTENTIONALITIES GUIDING PUBLIC POLICIES
ON FINANCIAL EDUCATION IN THE CONTEMPORARY BRAZILIAN CONTEXT**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba.

Orientadora: Professora Dra. Giovanna Pezarico

**CURITIBA
2024**



Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



BEATRIZ BURG VIANA

**RACIONALIDADES E INTENCIONALIDADES ORIENTADORAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Organizações E Tecnologia.

Data de aprovação: 05 de Setembro de 2024

Dra. Giovanna Pezarico, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Francis Kanashiro Meneghetti, Doutorado - Universidade Tecnológica

Federal do Paraná Dr. Luiz Gustavo Alves De Lara, Doutorado - Universidade

Positivo (Up)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 11/09/2024.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha família pelo apoio e incentivo incondicional. Em especial, agradeço ao meu marido, que me deu todo o suporte necessário para que eu pudesse alcançar este objetivo, e aos meus filhos, meus maiores motivadores, que me encorajaram a nunca desistir.

Agradeço a Deus por iluminar meu caminho e me guiar sempre para as melhores escolhas.

Minha gratidão também se estende à minha orientadora, a querida Professora Giovanna, cuja paciência e dedicação transformaram minha visão sobre a docência e, sem saber, me motivaram a seguir por esse caminho.

Agradeço aos Professores Francis e Luiz Gustavo, que compuseram a banca, cujas valiosas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento do meu trabalho.

Não poderia deixar de mencionar que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

E também a UTFPR e o PPGA, que acreditaram em mim e apoiaram a realização desta pesquisa e marcaram minha trajetória acadêmica.

Muito obrigada!

"O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo, fará coisas admiráveis".

José de Alencar

RESUMO

Este estudo analisou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil, avaliando seus limites e alcances. As políticas públicas de educação financeira têm se amparado na perspectiva discursiva como ferramentas importantes para promover a inclusão financeira e prevenir o endividamento excessivo. No entanto, essas políticas muitas vezes focam na capacitação dos consumidores e na ampliação do acesso aos serviços financeiros, sem abordar adequadamente questões estruturais, como a desigualdade social e econômica. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, examinando documentos da ENEF, iniciativas de educação financeira e entrevistas com atores políticos relevantes vinculados ao tema. O estudo investigou se essas abordagens podem responsabilizar os indivíduos por suas vulnerabilidades financeiras, interpretando-as como parte de um processo mais amplo de legitimação e padronização global, ou como uma premissa para a redução da dependência de políticas sociais. Os resultados indicam que, embora tenham valor, essas iniciativas não conseguem resolver os problemas estruturais mais profundos no Brasil. O estudo sugere a necessidade de políticas públicas mais integradas e adaptadas às especificidades regionais, oferecendo novas perspectivas acadêmicas e contribuindo para o aprimoramento das políticas de educação financeira.

Palavras-Chaves: Políticas Públicas; Educação Financeira; Racionalidade; Intencionalidade

ABSTRACT

This study analyzed Brazil's National Strategy for Financial Education (ENEF), assessing its limits and scope. The discursive perspective has supported public financial education policies as important tools to promote financial inclusion and prevent excessive debt. However, these policies often focus on empowering consumers and expanding access to financial services without adequately addressing structural issues such as social and economic inequality. The research adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach, examining ENEF documents, financial education initiatives, and interviews with relevant political actors linked to the topic. The study investigated whether these approaches can hold individuals accountable for their financial vulnerabilities, interpreting them as part of a broader global legitimization and standardization process or as a premise for reducing dependence on social policies. The results indicate that, although valuable, these initiatives need to address the deeper structural problems in Brazil. The study suggests the need for more integrated public policies adapted to regional specificities, offering new academic perspectives and contributing to improving financial education policies.

Keywords: Public Policy; Financial Education; Rationality; Intentionality

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRACI	Associação Brasileira de Assessores de Investimentos
BACEN	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNSEG	Confederação Nacional das Seguradoras
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
ESCS	Status Econômico, Social e Cultural
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FPSB	Conselho de Padrões de Planejamento Financeiro
GPFI	Parceria Global para a Inclusão Financeira
G20	Grupo dos 20
IOSCO	Organização Internacional das Comissões de Valores
I-SFB	Índice de Saúde Financeira do Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
OBEF	Olimpíada Brasileira de Educação Financeira
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PEF	Programa de Educação Financeira
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SENACON	Secretaria Nacional do Consumidor
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPREV	Secretaria de Previdência
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UNSGSA	Advogada Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Financiamento Inclusivo para o Desenvolvimento
WIW	Semana Mundial do Investidor
WFPD	Dia Mundial do Planejamento Financeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira	33
Figura 2 – Estrutura da ENEF em 2020	44
Figura 3 – Público Alvo ENEF	45
Figura 4 – Percentual de estudantes que concordam que falar sobre dinheiro não é relevante	77
Figura 5 – Número de alunos que fizeram parte da avaliação de alfabetização financeira	78
Figura 6 – Classificação da Saúde Financeira	84
Figura 7 – Distribuição da pontuação de letramento financeiro digital	89
Figura 8 – Estatísticas da pontuação de letramento financeiro digital	89
Figura 9 – Padrões de desempenho em letramento financeiro	101
Figura 10 – Palavras mais frequentes nos documentos analisados	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição de educação financeira	32
Quadro 2 – Estrutura da ENEF 2010	43
Quadro 3 – Documentos	57
Quadro 4 – Origem dos documentos	57
Quadro 5 – Contextos e argumentos das políticas públicas de Educação Financeira	65
Quadro 6 – Princípios e diretrizes da nova ENEF	69
Quadro 7 – Ensino da educação financeira em diferentes países	74
Quadro 8 – Responsabilidades dos envolvidos no programa aprender valor	98
Quadro 9 – Etapas do programa Aprender Valor	99
Quadro 10 – Principais benefícios mencionados do programa Aprender Valor	99
Quadro 11 – Recursos adicionais para o programa aprender valor	100
Quadro 12 – Escala de proficiência em letramento financeiro no programa Aprender Valor	101
Quadro 13 – Informações sobre WIW 2023	107
Quadro 14 – Principais eventos realizados durante a WIW 2023	108
Quadro 15 – Classificação por níveis de ensino	113
Quadro 16 – Objetivos da OBEF	113
Quadro 17 – Evolução do tema educação financeira	115
Quadro 18 – Principais aspectos do Decreto nº 7.397/2010	116
Quadro 19 – Principais aspectos documento Recommendation of the OCDE Council/2005	117
Quadro 20 – Aspectos documento implantando Estratégia Nacional Educação Financeira	119
Quadro 21 – Principais aspectos do Decreto nº 7.963/2013	120
Quadro 22 – Principais aspectos do caderno de educação financeira	122
Quadro 23 – Principais aspectos do mapeamento de iniciativas de Educação Financeira	123
Quadro 24 – Principais aspectos do Decreto nº 10.393/2020	124
Quadro 25 – Principais Iniciativas de educação financeira	126
Quadro 26 – Princípios para uma boa avaliação de políticas públicas	127

Quadro 27 – Quadro comparativo dos desafios na implementação políticas de Educação Financeira	128
Quadro 28 – Motivos para escolha dos entrevistados	133
Quadro 29 – Percepções sobre o tema nas entrevistas	133
Quadro 30 – Categorias identificadas nas entrevistas	136
Quadro 31 – Racionalidades e intencionalidades das iniciativas de Educação Financeira	137
Quadro 32 – Palavras mais frequentes e seus significados nos documentos analisados	141
Quadro 33 – Análise comparativa dos documentos e das entrevistas	143
Quadro 34 – Síntese dos programas de educação financeira analisados	144
Quadro 35 – Propostas para o aprimoramento da educação financeira	144
Quadro 36 – Estratégias para melhorar o desempenho da Educação Financeira no Brasil	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil das instituições	47
Tabela 2 – Formas de financiamento	48
Tabela 3 – Perfil do público	50
Tabela 4 – Eixos de ensino	51
Tabela 5 – Materiais utilizados	52
Tabela 6 - Desempenho dos países em educação financeira	71
Tabela 7 - Comparação de desempenho em educação financeira	72
Tabela 8 - Comparação de desempenho Brasil X OCDE	72
Tabela 9 – Dados gerais	81
Tabela 10 – Dados da fase 2	81
Tabela 11 – Principais resultados da pesquisa de saúde financeira dos brasileiros de 2023	85
Tabela 12 – Índice de letramento financeiro no Brasil	91
Tabela 13 – Avaliação da inclusão e bem estar financeiro no Brasil	92
Tabela 14 – Dados sobre inclusão financeira no Brasil e no mundo	95
Tabela 15 – Percentual de adesão das escolas em relação ao total de escolas por estado	102
Tabela 16 – Os cinco melhores estados em adesão de escolas estaduais	103
Tabela 17 – Os cinco melhores estados em adesão de escolas municipais	103
Tabela 18 – Participação e alcance da Semana Global Money no Brasil	111
Tabela 19 – Início das Olimpíadas de educação financeira	113
Tabela 20 – Principais desafios na promoção da educação financeira	129
Tabela 21 – Desempenho em literacia financeira por região no Brasil	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de adesão das escolas por estado	104
Gráfico 2 – Quantidade de documentos analisados	131

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Objetivo geral	22
1.2 Objetivos específicos	22
1.3 Justificativas	23
1.4 Estrutura da proposta de pesquisa	24
2 PRINCIPAIS ANCORAGENS TEÓRICAS	26
2.1 Educação financeira: contextos e pretextos de sua emergência	26
2.2 Políticas públicas: alguns pressupostos para compreender a educação financeira	34
2.2.1 Iniciativas de políticas públicas sobre educação financeira	38
2.2.2 A ENEF nos espaços educativos	49
3 PERCURSO METODOLÓGICO	54
3.1 Caracterização da pesquisa	54
3.2 Sobre o objeto de estudo	55
3.3 procedimentos de coleta e análise de dados	56
4 ANÁLISE DOS DADOS	60
4.1 Emergência e estrutura da educação financeira no contexto das políticas públicas	60
4.2 Principais iniciativas de educação financeira	68
4.2.1 Resultados PISA 2022 de educação financeira	69
4.2.2 Desenrola Brasil	79
4.2.3 Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros (I-SFB)	83
4.2.4 Semana ENEF	86
4.2.4.1 Semana ENEF 2024	87
4.2.5 Letramento Financeiro	88
4.2.6 Inclusão Financeira Digital	92
4.2.7 Aprender Valor	96
4.2.8 Semana Mundial do Investidor	105
4.2.9 Global Money Week	110
4.2.10 Olimpíada Brasileira de Educação Financeira	112
4.3 Alguns achados de pesquisa a partir da análise dos documentos	114
4.4 Os achados de pesquisa a partir das entrevistas com atores	

estratégicos	132
4.5 Principais sínteses	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	156
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ (TCUISV)	158

APRESENTAÇÃO

Ao iniciar a presente dissertação, penso ser oportuno apresentar alguns contextos e pretextos que repercutiram para um olhar interessado sobre a temática da Educação Financeira. Como profissional bancária, admitia que um dos meus objetivos trabalhando no mercado financeiro era ajudar as pessoas a terem acesso à informação, traduzir de forma simples e descomplicada sobre dinheiro e contribuir para que todos tivessem uma vida financeira mais saudável e sustentável.

Ao longo dos meus mais de 20 anos de experiência percebi que a maioria da população encontra muitas dificuldades em relação aos termos financeiros básicos ou têm dificuldade em compreender conceitos financeiros simples. Mais complexa ainda é a relação que se estabelece no bojo de contratos, operações específicas que dialogam tanto com procedimentos burocráticos agravados ainda mais pela inserção de tecnologias no segmento bancário. Como decorrência, muitos não conseguem ter clareza, tampouco condições necessárias que permitam planejar suas finanças pessoais ou enfrentam importantes limitações na gestão de seus recursos.

Na época, a perspectiva assumida como profissional e especialmente reforçada pelas instituições financeiras, a “culpa pelo fracasso”, “falta de habilidade” ou as “perdas de eficiência pelo planejamento financeiro equivocado” era de responsabilidade do então cliente, correntista, consumidor ou outra denominação que julgar pertinente. Naquele contexto havia uma perspectiva de que eu poderia disseminar esse assunto já que nesses anos de trabalho a experiência indicava que ao realizar tais atividades, isso parecia reverberar positivamente na vida de muitas pessoas através de ferramentas de planejamento financeiro.

Foi nesse contexto que decidi participar do processo seletivo para o Mestrado em Administração, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Escolhi essa instituição por ser a única universidade tecnológica federal do Brasil, e por entender que a tecnologia está transformando rapidamente todos os aspectos da vida. Do mesmo modo, pelas experiências vivenciadas no setor bancário, campo intenso de movimentos associados à reestruturação produtiva e intensificação da inserção de tecnologias como a automação, virtualização de operações e interações. A origem da UTFPR remonta à Escola de Aprendizes Artífices, fundada em 1909, com objetivo de privilegiar a educação profissional e desenvolver a educação tecnológica.

Após ser selecionada decidi optar pela carreira acadêmica e me dedicar a estudar temas relacionados às finanças pessoais e, especialmente, à educação financeira, também em virtude da expansão das experiências sobre o tema, e do ingresso da temática em campos para além das instituições financeiras, como a escola, por exemplo.

A pesquisa científica é um instrumento fundamental para a construção e disseminação do conhecimento, estimula a busca por perguntas, talvez até mais do que respostas, auxilia na apropriação de saberes a partir do rigor teórico e metodológico. Do mesmo modo, é um elemento importante para a sociedade, pois pode servir como base para a implementação de políticas públicas e essencial para desenvolvimento do país.

Ao associar as intenções relativas à pesquisa científica e a educação financeira, parto da premissa de que não é que somente a pesquisa científica que é capaz de ajudar na compreensão sobre os contornos assumidos pela mesma, mas sim, que a pesquisa científica é uma ferramenta importante para aprofundar, tensionar, problematizar os conhecimentos produzidos sobre o assunto de forma a permitir análises mais robustas sobre as estratégias e políticas públicas adotadas em relação à educação financeira.

O trabalho em uma instituição financeira permitiu uma compreensão prática e pragmática dos produtos e serviços financeiros disponíveis. Contudo, foi à pesquisa científica que ofereceu uma compreensão mais ampla e abrangente sobre princípios, teorias e práticas no âmbito da gestão financeira, bem como, sobre os fatores sociais, econômicos, comportamentais e culturais que influenciam as possibilidades sobre as decisões financeiras das pessoas.

A pesquisa científica pode fornecer evidências empíricas que permitam compreender orientações, intencionalidades e racionalidades mobilizadas para orientar o desenvolvimento de políticas públicas e programas educacionais. Tal relevância dialoga especialmente com o fato de que, discursivamente, se amparam na promoção da literacia financeira e suas potenciais repercussões. Entretanto, não se pode perder de vista a vigilância crítica de compreender os alcances e limites, especialmente no que se refere à educação financeira. Ante o exposto, é importante mencionar que o programa no qual tal estudo está vinculado possui como área de concentração “Organizações e Tecnologia”, cujo fio condutor visa analisar os impactos da tecnologia no contexto organizacional, tanto sobre os resultados como

sobre os trabalhadores envolvidos nos processos produtivos. Para tanto, importa estabelecer como marcador relevante a perspectiva de tecnologia em discussão como resultado da complexidade técnica e da forma como a sociedade produz sua existência, estabelecido em um contexto sociocultural intimamente relacionado ao seu tempo histórico (PPGA, 2016).

Do mesmo modo, as opções de inserção no programa, se deram a partir da linha de pesquisa “Tecnologia de Gestão, Trabalho e Organizações” que busca estudar a criação, aplicação e desenvolvimento das tecnologias de gestão das diversas áreas de uma organização e sua relação com as mudanças no mundo do trabalho e com os trabalhadores (PPGA, 2016). É importante denotar que as concepções orientadoras de tecnologia ultrapassam as de ordem instrumental, contemplando também as comportamentais e psicossociais. Trata-se de campo oportuno de investigação por privilegiar reflexões que oferecem elementos para compreensão dessa relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade, tecnologias que podem ser exploradas como chaves de análises possíveis para interpretações de contextos complexos e imbricados do contemporâneo.

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como temática os diálogos estabelecidos no contexto da Educação Financeira e Políticas Públicas no âmbito brasileiro. O texto de apresentação auxilia em esclarecer que as principais inquietações se debruçam em analisar as racionalidades e intencionalidades da chamada Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), principalmente no que diz respeito aos seus potenciais limites e alcances.

Além disso, é importante indicar como nascedouro os interesses em compreender as diferentes iniciativas de educação financeira existentes no país, bem como, suas características, o perfil das instituições envolvidas, as formas de financiamento e o público-alvo alcançado.

Tal abordagem está alinhada com a área de concentração "Organizações e Tecnologia", uma vez que as políticas públicas desempenham um papel crucial nos ambientes organizacionais. Ao analisar as políticas de educação financeira, com especial enfoque na Estratégia Nacional que as estruturam, verifica-se aderência ao tema da pesquisa "Tecnologia de Gestão, Trabalho e Organizações", na medida em que tal discussão auxilia sobremaneira a compreender relações entre indivíduos e organizações mediados por ações de educação e finanças. É relevante explorar como essas políticas afetam a gestão de recursos financeiros, o comportamento do consumidor e tomada de decisões. Além disso, foram identificadas as principais tendências presentes nesse campo, fornecendo subsídios para a análise de políticas públicas direcionadas à promoção da educação financeira.

Outro elemento oportuno para problematização diz respeito ao contexto contemporâneo neoliberal e as imbricações relacionadas aos complexos processos de financeirização da vida, que dialogam intensamente com dimensões caras aos Estudos Organizacionais. Nesse cenário, é relevante compreender a própria Educação Financeira como uma concepção emergente e atrelada à racionalidade hegemônica próprias do neoliberalismo. Não é à toa que tal concepção emerge, especialmente de organismos internacionais focados em políticas e interesses fundamentos no crescimento econômico, na financeirização do capital e da perspectiva de responsabilidade do indivíduo sobre sua "performance" no contexto social.

Do mesmo modo, há que se considerar que tais emergências encontram significativa permeabilidade nas agendas das políticas públicas dos países em desenvolvimento. O caso brasileiro, em relação à adoção de concepções, agendas e propostas de implementação se mostram oportunas de investigação, em virtude do país ter aderido de forma consistente às orientações internacionais.

Como indica Sousa Santos (2005), tal momento histórico guarda particularidades e singularidades, que perpassa por diversos aspectos da vida social, transformando valores, cultura, relações sociais, econômicas e políticas. Do mesmo modo, não se pode desconsiderar que tais alterações estão engendradas às metamorfoses próprias do capitalismo. Assim, as políticas públicas também estão inseridas e se tornam objetos privilegiados para condução das mudanças socioeconômicas e tecnológicas privilegiadas. Exemplo disso são os processos vinculados à denominada digitalização financeira e a crescente complexidade do sistema financeiro global.

Os setores financeiros vivenciaram alterações nas últimas décadas, tornando-se campos férteis para a experimentação e consolidação de intencionalidades do capitalismo, desde a inserção de tecnologias, mecanismos de avaliação, relações jurídicas frente às novas realidades econômicas. Exemplo disso pode ser verificado a partir da inserção da automação bancária e informatização do setor, quando da estação dos primeiros computadores nos bancos em meados da década de 1960, gerando grandes mudanças. A transformação digital remodelou o funcionamento dos bancos, tanto para os trabalhadores como para os clientes, tornando o sistema bancário brasileiro um dos pioneiros na adoção de tecnologias digitais, provocando ampliação de resultados para o segmento, porém, com uma série de movimentos relacionados ao desemprego estrutural verificado no período (Fonseca, Meirelles, Diniz, 2010).

Diante deste cenário, a tecnologia é também envolvida no contexto da educação financeira a partir de narrativas preocupadas em fomentar, expandir e democratizar a educação financeira. Trata-se, pois, de uma construção que reúne em seu bojo vários argumentos alinhados aos interesses contemporâneos do mercado e também dos Estados, no que diz respeito aos processos de gestão da vida.

Além disso, o estudo partiu da premissa, ou precaução teórico-metodológica de que há um imaginário social, amplamente reforçado por organizações financeiras legitimadas por parte do campo acadêmico de que as pessoas não possuem um comportamento direcionado ao hábito de poupar ou investir, e isso ocorreria por diferentes razões: falta de informações e conhecimentos básicos sobre finanças, desconforto com a ideia de investir, dificuldade de abrir mão da satisfação dos desejos imediatos e problemas decorrentes de dívidas contraídas, por exemplo (Cardozo, 2011). Do mesmo modo, para outros estudiosos sobre o tema, os fundamentos em torno da Educação Financeira estariam relacionados às políticas de renda. Assim, aumentar a renda seria o meio pelo qual a maior parte das pessoas se propõe a melhorar suas condições e um dos meios mais suscetíveis para isso é poupando, economizando uma parte do que o indivíduo adquire, apesar da prevalência da vontade de gastar para maioria das pessoas (Stewart, 2015).

Ante o exposto, é importante problematizar alguns aspectos orientadores de tal concepção. Apesar de serem argumentos amplamente disseminados, para Mészáros (2012) essa abordagem enfatiza a responsabilidade individual para solucionar problemas sociais complexos, como a desigualdade financeira e a falta de acesso a recursos. Reside nesta perspectiva a ênfase na economia individual como uma justificativa para a manutenção do sistema econômico global dominante, que promove a acumulação de riqueza em poucas mãos em detrimento da maioria das pessoas. Além disso, argumenta que a promoção da frugalidade individual não leva em consideração as estruturas socioeconômicas e políticas que criam desigualdade financeira e limitam o acesso a recursos para a maioria das pessoas.

Logo, o estudo assume o pressuposto que a educação financeira não pode ser apropriada a partir de concepções ingênuas ou reducionistas, focada e limitada a ensinar as pessoas a economizarem e a poupar. Em tal contexto, é importante que as análises se debrucem sobre suas racionalidades e intencionalidades de modo a compreender seu papel, especialmente pelo foco pelo qual se desenha no Brasil, qual seja, crianças e jovens, idosos e mulheres beneficiárias de políticas públicas, como o Programa Bolsa Família. Assim, a lógica do capital é baseada na acumulação de riquezas e na exploração da classe trabalhadora e que a educação

não pode simplesmente ensinar as pessoas a se adaptar a essa lógica, mas sim, deve questioná-la e propor alternativas mais justas e equitativas (Mészáros, 2012).

Diante de tais premissas, é possível anunciar alguns elementos importantes sobre a Educação Financeira no país. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), lançada pelo Decreto nº 7.397, do Governo Federal, em dezembro de 2010 e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393 de 09 de junho de 2020. A mesma foi criada com a justificativa de promover a educação financeira e para atender ao impulso das políticas de inclusão social no país. Em seus documentos, os argumentos são pautados por preocupações como a contribuição com o fortalecimento da cidadania, ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras autônomas e conscientes. Para que ela seja cumprida, conta com o apoio dos órgãos e entidades governamentais e da sociedade civil. Nesse contexto, a possibilidade de desenvolver um comportamento de consumo mais consciente, o uso adequado de linhas de crédito e estar preparado para imprevistos parecem ser objetivos da referida estratégia, por mais contraditória que seja, tendo em vista, os evidentes limites impostos pelas condições materiais vivenciadas no contexto brasileiro.

Ao analisar, a sua emergência na agenda global, a educação financeira tornou-se uma “prioridade política de longo prazo em muitos países e economias, e é reconhecida como um complemento importante para a conduta de mercado, regulamentação prudencial e inclusão financeira” (OCDE, 2022, p. 3, tradução nossa). Em maio de 2020, mais de 70 países e economias em todo o mundo estavam projetando e implementando estratégias nacionais de alfabetização financeira, a partir de iniciativas públicas e privadas.

Retomando as imbricações com a tecnologia e as mudanças na sociedade, surgem novas demandas para pensar criticamente a implantação da educação financeira. A facilidade de acesso a crédito, o aumento da oferta de produtos financeiros complexos e a necessidade de acompanhar constantemente as mudanças no mercado financeiro são alguns dos desafios que as pessoas enfrentam. Ao mesmo tempo se mostra importante pois permite que as pessoas desenvolvam habilidades que contribuem para o desenvolvimento de uma cultura de planejamento financeiro e para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Para além de sua emergência, é oportuno mencionar os desdobramentos que a Estratégia Nacional de Educação Financeira tem revelado no Brasil. Tal aspecto se justifica na medida em que tal política encontrou principal foco nas organizações do sistema financeiro e bancário, público e privado inicialmente. Contudo, os movimentos mais recentes indicam a ampliação para outros setores estratégicos quando se discute políticas públicas, qual seja, a inserção do tema no ambiente escolar, desde aspectos curriculares até o envolvimento direto de outras organizações do setor, como ministérios, secretarias e rede de educação, pública e privada.

Diante dos argumentos expostos, é possível estabelecer a questão orientadora da presente investigação: **Como racionalidades e intencionalidades orientadoras da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) repercutem para o contexto de políticas públicas brasileiras?**

Para tanto, foram definidos preliminarmente alguns objetivos estruturantes da proposta de pesquisa.

1.1 Objetivo Geral

Analisar racionalidades e intencionalidades que orientam a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), no contexto de políticas públicas brasileiras.

1.2 Objetivos específicos

Com o intuito de alcançar o objetivo geral estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender a emergência da temática da Educação Financeira.
- b) Caracterizar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).
- c) Analisar as interações entre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e políticas públicas específicas.

1.3 Justificativa

A educação financeira tem se constituído a partir de ações concretas e discursivas amparadas na crescente relevância diante do cenário econômico contemporâneo, por meio dos avanços tecnológicos e a complexidade financeira que impactam a vida das pessoas. Como principal mote, as políticas públicas relativas ao tema reforçam o papel de capacitar os cidadãos para tomar decisões financeiras informadas e conscientes, contribuindo para seu bem-estar e para o desenvolvimento econômico do país.

No entanto, é importante considerar que tais políticas não são isentas de influências e direcionamentos específicos, cujas racionalidades e intencionalidades que as moldam dialogam intrinsecamente com perspectivas do que é problema público e dos caminhos pretendidos ou compreendidos como mais adequados para sua solução.

Aprofundar-se na compreensão das racionalidades presentes na Estratégia Nacional de Educação Financeira permite identificar os princípios e fundamentos que guiam a sua formulação, bem como entender como essas diretrizes podem impactar a população em diferentes aspectos financeiros e sociais. Além disso, analisar as intencionalidades subjacentes a essa estratégia é essencial para identificar as motivações por trás de suas implementações, pois essas intenções podem variar desde a promoção da inclusão financeira, a proteção do consumidor, a promoção de uma cidadania financeira mais consciente e crítica, ou até mesmo a culpabilização e responsabilização do indivíduo por suas próprias vulnerabilidades financeiras. Ao explorar e compreender essas racionalidades e intencionalidades, é possível oferecer uma perspectiva crítica sobre tais iniciativas, buscando contribuir para verificação de seus alcances e seus limites. Trata-se, contudo, de um processo de análise crítica, tendo em vista que há outros mecanismos de avaliação mais pragmáticos sobre a efetividade de tais experiências. Pode-se citar, por exemplo, o “Índice de Saúde Financeira do Brasileiro” (I-SFB/FEBRABAN) e a plataforma de educação financeira “Meu Bolso em Dia” que demonstram que há desafios significativos relacionados ao conhecimento financeiro da população (Relatório de Economia Bancária, 2021).

A elevada concentração de renda no país, conforme apontado pelo relatório de desigualdade de renda do Banco Mundial de 2019 coloca o Brasil entre os dez piores países em termos de desigualdade. Do mesmo modo, a pesquisa mais

recente da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais avaliou o conhecimento financeiro dos indivíduos a partir de perguntas sobre inflação, juros e risco, constatou que apenas um terço dos respondentes acertaram todas as questões. Para o órgão tal retorno evidencia a necessidade de uma educação financeira mais ampla e efetiva da população. Por outro lado, observou-se uma melhora no desempenho do Brasil na avaliação de letramento financeiro no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado entre 2015 e 2018. Além disso, outros argumentos de organismos nacionais e internacionais, devidamente discutidos na seção seguinte indicam que o estudo dessas políticas permite compreender sua eficácia e identificar as vulnerabilidades financeiras da população, proporcionando uma base sólida para seu aprimoramento e a busca por uma maior inclusão financeira no Brasil (Relatório de Cidadania Financeira, 2021).

Assim, o estudo permite contribuições no âmbito acadêmico e na área em que está inserido, na medida em que investiga a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) sob a ótica da interseção entre o avanço tecnológico, contexto sociocultural e tomada de decisões, proporcionando uma compreensão mais ampla sobre como as políticas públicas podem ser analisadas de maneira contextualizada e informada, fornecendo percepções para aprimorar sua implementação e eficácia.

Do mesmo modo, contribui para o programa e linha de pesquisa no qual se vincula, tendo em vista que possibilita uma abordagem detalhada das interações entre indivíduos e organizações mediadas por iniciativas relacionadas à educação e finanças, ampliando a compreensão das dinâmicas organizacionais e sociais, proporcionando um embasamento para avaliação das políticas públicas voltadas ao aprimoramento da educação financeira.

Na mesma perspectiva, é de contribuição significativa para a pesquisadora que o conduz, pois possibilitou a expansão do conhecimento acerca do tema abordado, oferecendo novas perspectivas que podem enriquecer o campo acadêmico e fomentar discussões mais aprofundadas.

1.4 Estrutura da proposta de pesquisa

No que diz respeito à estrutura da pesquisa, a mesma está organizada em quatro momentos específicos. O primeiro momento é composto por esta seção, na

qual são elaboradas as problematizações preliminares sobre o tema e objetivos propostos. O segundo momento, apresenta as principais ancoragens teóricas, para tanto, a seção tem como aspecto inaugural as concepções em torno da Educação Financeira. Na sequência são apresentados conceitos preliminares de políticas públicas de modo a compreender como a Estratégia Nacional de Educação Financeira dialoga com as mesmas. A subseção seguinte tem como foco principal a caracterização da ENEF, de modo a esclarecer princípios, objetivos, atores políticos e organizações com força política. O terceiro momento, por sua vez, indica os principais aspectos orientadores do percurso metodológico, destacando a caracterização da pesquisa, coleta de dados e respectivos participantes e abordagens sobre a análise dos mesmos.

Por fim, o quarto momento da dissertação é dedicado à análise detalhada dos dados coletados, abrangendo documentos, entrevistas e as principais iniciativas de Educação Financeira examinadas ao longo da pesquisa. Este capítulo final não apenas apresenta os achados da pesquisa, mas também realiza uma síntese das principais conclusões, conectando-as aos referenciais teóricos. Na sequência são apresentadas as considerações finais, oferecendo uma reflexão sobre como esses achados podem contribuir para o aprimoramento das práticas e das políticas públicas nesse campo.

2 PRINCIPAIS ANCORAGENS TEÓRICAS

2.1 Educação Financeira: contextos e pretextos de sua emergência

Os assuntos econômicos e financeiros estão cada vez mais disseminados no dia a dia da população. A bancarização e a digitalização aumentaram a oferta de produtos e serviços fazendo com que muitos que não eram inseridos nesse meio fossem apresentados às novas tecnologias de pagamento, crédito, investimentos e outros produtos, mobilizados pelo ideário de facilitar a vida da população, sem estabelecer a correta orientação de uso e qual modalidade ideal para cada perfil. Esses argumentos estão pautados nas concepções de que haveria falta de orientação e conhecimento pode fazer com que os indivíduos usem esses produtos de forma irracional e que acabam não proporcionando bem-estar financeiro aos seus usuários como prometido (Pereira, Cavalcante, Campos, Ribeiro, 2022).

Elementos como esses são justificativas albergadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ao conceber que “todo cidadão pode desenvolver habilidades para melhorar sua qualidade de vida e a de seus familiares, a partir de atitudes comportamentais e de conhecimentos básicos sobre gestão de finanças pessoais aplicados no seu dia a dia” (2013, p. 4).

Além disso, a OCDE (2009) reconheceu o conhecimento financeiro como uma ferramenta fundamental para recuperação da economia justamente porque ela oferece suporte nas crises econômicas, fazendo inclusive com que a educação financeira entrasse na agenda dos governos de muitos países, como no Brasil. Entretanto, somente o apelo da OCDE, pela importância da educação financeira não foi suficiente para gerar a atenção por parte do governo brasileiro. Contudo, com a percepção a partir de eventos como a crise financeira global de 2008, ações realizadas por outros países e da relevância assumida pelo tema, a educação financeira foi vista como um problema público e se destacou como prioridade para agenda e seu estabelecimento como política pública (Ribeiro, 2020).

Como abordagem, o Banco Central passa a compreender que investir na educação financeira e na formação do cidadão repercute na criação de políticas que visem à sustentabilidade e o crescimento no curto e longo prazo, garantindo que o conhecimento e os recursos econômicos sejam distribuídos igualmente. Assim, a qualidade nas decisões financeiras influencia em toda a economia por

estar ligada diretamente ao endividamento e a inadimplência dos cidadãos, bem como, na capacidade de investimento do país (BACEN, 2013). Abordagens semelhantes são também reforçadas por outros autores:

Quando as pessoas tomam decisões financeiras ruins, isso pode colocá-las em profundos problemas financeiros ao longo de suas vidas. Por sua vez, essas dificuldades podem se espalhar para suas famílias e para o resto da economia. (...) demonstra que a alfabetização financeira pode beneficiar não apenas os economicamente vulneráveis da sociedade, mas também a população em geral (Mitchell, Lusardi, 2015, p. 11, tradução nossa).

Outro elemento potente para a emergência do tema dialoga com a agenda do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, ao se vincular com objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Neste contexto, estabeleceu-se o objetivo de “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Logo, pode-se verificar uma preocupação com o conhecimento financeiro corroborando a importância da educação financeira na formação do cidadão para tais organismos:

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis (...) (ONU, 2015).

Deste modo, ao verificar tais documentos, é importante destacar contextos e pretextos nos quais a educação financeira não apenas emerge, mas também se apresenta como temática a ser problematizada, principalmente pelos espaços nos quais tem sido apropriada. Exemplo disso é a inserção da educação financeira no currículo escolar tanto de escolas públicas quanto privadas. A partir de tais realidades, a educação financeira precisa ser coerente de forma que o cidadão não se torne um mero consumidor de produtos financeiros, mas deve permitir o aprimoramento da capacidade financeira do indivíduo de modo que ele possa tomar decisões fundamentadas e seguras na busca do que é melhor para ele e sua família (Saito, 2007). Os programas de educação devem ser desenvolvidos de acordo com as demandas sociais do país envolvendo as autoridades que devem

compreender sua importância não apenas em benefício do mercado, mas em atenção às partes mais vulneráveis de tais relações, muitas vezes, contratuais.

A partir dos pretextos anteriormente mencionados, a educação financeira passou a figurar em instâncias importantes do espaço público. Exemplo disso é o fato de que está presente em pelo menos 8 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que fazem parte do Protocolo Internacional da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujo compromisso de implementação foi assumido em 2015 pelo Brasil e por mais 193 países.

Cabe destacar que a Agenda 2030 tem em seu bojo uma série de intenções que buscam consolidar um plano de ação para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente. A mesma representa uma ferramenta orientadora para o planejamento de ações e políticas públicas, capazes de levar o mundo ao efetivo alcance do desenvolvimento sustentável. Para tanto, a educação financeira é alçada como ferramenta estratégica possível para a construção e consolidação das políticas e ações desenvolvidas, pois, ao moldar o comportamento e as escolhas de consumo dos indivíduos, cria um ambiente que favorece o equilíbrio em todos os aspectos, característica essencial para a sustentabilidade dos impactos perseguidos pela ONU (Forte, 2021).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável divulgados pela ONU em setembro de 2015 explicitam em diversas de suas metas o alinhamento com as premissas da construção de uma rede de educação financeira, como pode ser verificado a seguir:

Meta 1.4 – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros.

Meta 2.3 – Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, dos povos indígenas, dos agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, a outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Meta 5.a – Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

Meta 8.10 – Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros para todos.

Meta 9.3 – Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo-se crédito acessível, e sua integração em cadeias de valor e mercados.

Meta 10.c – Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5% (Forte, 2021, p. 65-66).

Apesar das metas estabelecidas ainda se verificam limites importantes no contexto dos desafios na construção de uma rede de educação financeira. Esses desafios incluem a necessidade de adaptação das políticas públicas para diferentes realidades locais, a falta de recursos financeiros para implementação de programas de educação financeira e a resistência cultural em adotar práticas financeiras mais conscientes.

Diante da constatação por organismos estratégicos para implantação na estratégia, verificou-se a demanda por novos atores políticos relevantes. Um deles, é o Sistema Financeiro Nacional (SFN), que assumiu papel de protagonista na promoção de ações de educação financeira. As instituições financeiras possuem características que permitem a capilaridade, contato direto com o cidadão, momentos propícios à tomada de decisão financeira e a capacidade de compilar e mensurar dados, sendo essas vantagens utilizadas para levar a educação financeira de forma efetiva aos milhões de clientes e usuários de serviços financeiros.

Ainda, uma das iniciativas que tem como objetivo fomentar boas práticas e estimular as instituições financeiras a desenvolverem ações de educação para tal fim é a “Promoção de Ações de Educação Financeira do Sistema Financeiro Nacional”, que faz parte da dimensão “Educação da Agenda BC”. Neste caso, o Banco Central do Brasil entende que a educação financeira é alcançada quando o cidadão tem a oportunidade de desenvolver capacidades e autoconfiança para gerenciar bem seus recursos financeiros. Nesse contexto, a educação financeira pode ser oferecida de diferentes maneiras, incluindo iniciativas convencionais, digitais e automáticas. Essas ações são importantes para o aprimoramento das políticas públicas de educação financeira, que buscam promover a inclusão financeira e o desenvolvimento de práticas mais efetivas e direcionadas às necessidades dos cidadãos brasileiros (Relatório de Cidadania Financeira, 2021).

Apesar das justificativas expostas nos documentos institucionais, é possível também verificar as assimetrias de relações de poder entre organizações que conduzem a política e a estratégia relacionada à educação financeira e seus potenciais público-alvo: crianças, jovens, idosos e mulheres beneficiárias de programas de distribuição de renda, por exemplo. Mostra-se relevante problematizar se apenas as relações de capilaridade, por exemplo, são suficientes para alcançar aspectos democráticos de acesso ao conhecimento sobre o mercado e seus produtos.

Sousa Santos (2010) enfatiza a importância de democratizar o conhecimento além de tais patamares, reconhecendo que diferentes formas de conhecimento são igualmente valiosas e relevantes para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas. De acordo com o autor, o conhecimento não deve ser visto como um patrimônio exclusivo dos cientistas ou detentores do poder, mas sim, como um bem comum que deve ser compartilhado e democratizado. Tal aspecto está relacionado ao fato de que a democracia pressupõe uma pluralidade epistemológica, ou seja, de diferentes formas de conhecimento e saberes para a construção de políticas públicas mais efetivas e justas.

No contexto da educação financeira, isso significa que as políticas públicas devem levar em conta as diversas formas de saber que os diferentes grupos populacionais possuem sobre finanças e recursos econômicos, bem como, suas experiências e práticas cotidianas. Do mesmo modo, a sua implementação deveria também considerar a efetividade da participação da sociedade civil que pudesse garantir representatividade de vários setores e segmentos, para além de entidades mobilizadas por interesses de mercado ou pelo Estado como agente meramente regulador de tal processo.

O que se verifica em termos de abordagem e constituição de discursos e narrativas é a concepção de que a educação financeira tem sido um tema crescente nas políticas públicas do Brasil, aliada à promoção de uma maior eficiência no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e mudanças no comportamento financeiro dos cidadãos. Em 2019, o Banco Central do Brasil (BACEN) divulgou princípios para a promoção da educação financeira por parte das instituições financeiras e outras autorizadas a funcionar pela Autarquia, além de prever o acompanhamento dessas iniciativas. Em 2020, o Banco Central do Brasil (BACEN) realizou o primeiro mapeamento de ações de educação financeira executadas por

bancos e instituições de pagamento, com o objetivo de conhecer tanto a estrutura de governança das instituições quanto às ações propriamente ditas. A partir desses resultados, o BACEN priorizou a atuação em dois temas: aumentar a relevância estratégica da educação financeira nas instituições e utilizar instrumentos para avaliar o impacto das ações de educação financeira. Em 2021, foi realizado um mapeamento semelhante sobre as iniciativas de educação financeira do setor cooperativo (Relatório de Cidadania Financeira, 2021).

Tal aspecto chama a atenção não apenas da emergência da educação financeira, mas especialmente da adjetivação da educação associando-a ao termo, estreitando as relações entre mercado e contexto educativo. Contudo, tal relação não se estabelece ao acaso, mas é decorrência das metamorfoses do próprio modo de produção capitalista, como aponta Mészáros (2012). Para o autor, a ênfase em uma educação individualizada, que se concentra na responsabilidade individual de gerir suas finanças, ignora as estruturas e relações sociais mais amplas que moldam as condições financeiras dos indivíduos. Ele considera que a abordagem centrada no indivíduo desconsidera as desigualdades econômicas e sociais que impedem a maioria das pessoas de alcançar a estabilidade financeira e, em vez disso, coloca a responsabilidade de solucionar o problema nas pessoas, em vez de buscar mudanças estruturais para abordar as raízes do problema. Além disso, a educação financeira por si só não é suficiente para resolver problemas financeiros sistêmicos, especialmente aqueles criados pelo capitalismo global.

Logo, ao indicar alguns contextos e pretextos da emergência de tal tema, faz-se necessário apresentar definições de educação financeira, elaboradas por algumas instituições permitindo alcançar uma compreensão contextualizada desse conceito central. A estruturação das definições enriquece a apreciação das complexidades inerentes à educação financeira, considerando uma variedade de perspectivas, contextos sociais, econômicos e culturais. Isso, por sua vez, promove uma análise mais substancial e uma compreensão mais profunda das múltiplas dimensões que a educação financeira abrange. Adicionalmente, essa abordagem estabelece uma base propícia para as análises que se pretende realizar permitindo a identificação de pontos de convergência, divergência e tendências nas abordagens conceituais adotadas por distintas instituições. Um quadro síntese das concepções e principais organizações mobilizadoras de ações sobre educação financeira estão expostos a seguir:

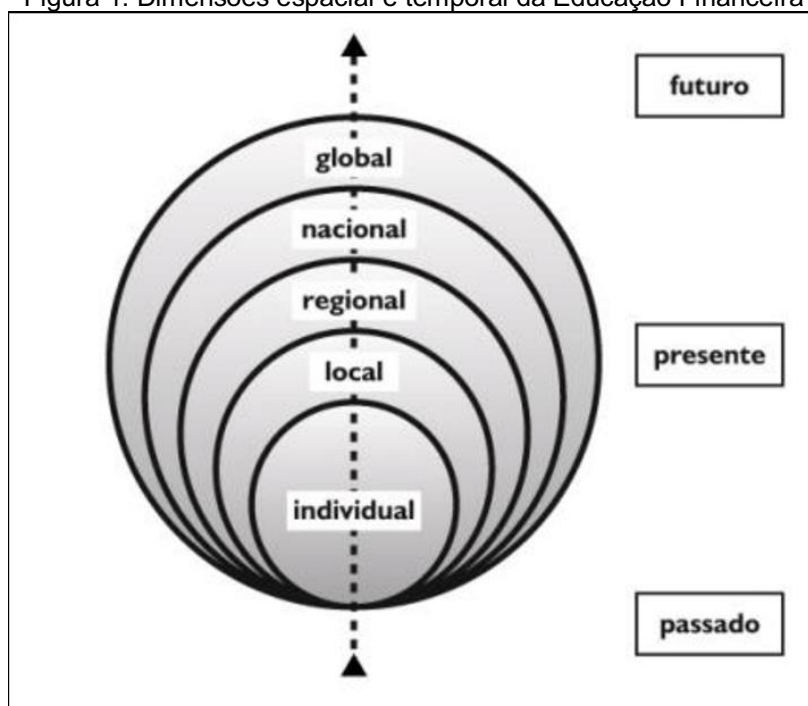
Quadro 1 - Definição de Educação Financeira

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes	Alfabetização Financeira é o conhecimento e compreensão de conceitos financeiros e riscos, e as habilidades, motivações e confiança para aplicar tal conhecimento e compreensão no sentido de tomar decisões efetivas em uma gama de contextos financeiros, para melhorar o bem-estar financeiro de indivíduos e sociedade, e permitir participação na vida econômica (PISA, 2012, p. 13).
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	Processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005).
BACEN - Banco Central do Brasil	É o processo mediante o qual consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas baseadas em informação, saber onde procurar ajuda e realizar outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro (BACEN, 2013).
MEC - Ministério da Educação	Trata-se do conjunto de conhecimentos entendidos como essenciais para o fortalecimento da cidadania e voltados para ajudar a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (MEC, 2016).
CVM - Comissão de Valores Mobiliários	A educação financeira permite aos indivíduos melhorar a compreensão de conceitos e produtos financeiros, prevenir a fraude, tomar decisões adequadas a suas circunstâncias e necessidades e evitar situações indesejáveis derivadas bem de um endividamento excessivo ou de posições de risco inadequadas (CVM, 2005).

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Outro aspecto elucidativo sobre as abordagens estabelecidas para a educação financeira diz respeito à suas dimensões espacial e temporal, definidas nos documentos orientadores, como indica a Figura 1, a seguir:

Figura 1. Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira



Fonte: Implementação estratégia nacional educação financeira, 2012.

Em termos espaciais, a Educação Financeira se desdobra em várias abrangências, começando pelo indivíduo. Nesta abrangência, buscam-se capacitar pessoas de modo a compreenderem e tomarem decisões informadas sobre assuntos financeiros no contexto de suas próprias vidas. Além disso, a Educação Financeira opera em escalas mais amplas, como local, regional e nacional, abordando questões específicas relacionadas às economias locais e sistemas financeiros de um país. Em um mundo cada vez mais globalizado, a dimensão global é crucial, considerando a interconectividade dos mercados financeiros e a necessidade de compreender os desafios e oportunidades em uma escala mundial.

No âmbito temporal, a Educação Financeira abrange o passado, presente e futuro. Ao considerar o passado, é importante examinar como as práticas financeiras se desenvolveram ao longo do tempo. No presente, a Educação Financeira auxiliar na busca de conhecimentos contemporâneos e habilidades para tomarem decisões financeiras. Quanto ao futuro, a Educação Financeira deve considerar as tendências emergentes e as intenções pretendidas para o desenvolvimento individual e da sociedade (ENEF, 2012).

Explicitados os aspectos da emergência da educação financeira no âmbito internacional e nacional, torna-se possível estabelecer relações mais próximas com o campo das políticas públicas, tema a ser discutido na próxima seção.

2.2 Políticas Públicas: alguns pressupostos para compreender a educação financeira

Discutir sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pressupõe compreender que em determinado momento histórico, tal elemento se insere na agenda a partir da perspectiva de que se trata de um problema público. Um problema público é a diferença entre uma determinada realidade fática - o que é - e aquilo que estabelece como realidade desejada. Trata-se da perspectiva atrelada à ideia de política pública na qual um governo faz algo ou deixa de fazer. Logo, pode-se dizer que política pública é o campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças. A área de políticas públicas surgiu como uma disciplina acadêmica no final do século XX, em resposta à necessidade de desenvolver um conhecimento mais aprofundado e sistematizado sobre a elaboração, implementação e avaliação de políticas governamentais. A disciplina de políticas públicas busca analisar as escolhas e decisões tomadas pelos governos em relação à alocação de recursos públicos, bem como, avaliar o impacto dessas políticas sobre a sociedade (Souza, 2006).

O surgimento da área de políticas públicas foi motivado por vários fatores, incluindo a complexidade crescente dos problemas sociais e ambientais, a expansão dos estados de bem-estar social, a globalização econômica e a demanda crescente por transparência e prestação de contas no processo de tomada de decisão governamental. Além disso, a disciplina de políticas públicas foi influenciada por várias outras áreas do conhecimento, como Economia, Ciência Política, Sociologia, Psicologia e Direito (Souza, 2006).

Nos Estados Unidos, a disciplina de políticas públicas teve uma forte influência da economia e da teoria da escolha racional, que enfatiza a análise dos custos e benefícios das políticas públicas. Na Europa, por outro lado, a disciplina foi influenciada por abordagens mais críticas, como a teoria crítica e o marxismo, que destacam a importância da análise das estruturas de poder e das desigualdades sociais na elaboração e implementação de políticas públicas (Souza, 2006).

Do mesmo modo, se um problema é identificado e há interesse na sua resolução então há um esforço para que ele entre na lista de prioridades e essa lista de prioridades é conhecida como agenda. As agendas mostram as prioridades e na sequência devem-se verificar como essas prioridades serão resolvidas, quais

decisões serão tomadas e como implementá-las como política pública (Secchi, 2012). Como aponta o autor:

A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, de uma simples lista de assuntos que o comitê editorial de um jornal entende como importante (2012, p. 36).

Para o contexto das políticas públicas, agenda significa o elenco de temas considerados prioritários pelo governo e quais ele efetivamente se dedica. O seu processo de formação se dá quando se encerra a disputa de diversos indivíduos que buscam incluir questões de seu interesse na lista de prioridades, visando que elas se transformem em ação governamental e depois se concretizem como políticas públicas. A formação de agenda procura responder de que modo uma questão específica se torna relevante em determinado momento a ponto de chamar a atenção do governo e passar a integrar sua agenda, além de identificar o motivo por que alguns resultam em ações governamentais e outras não (Ribeiro, 2020). Ao deparar-se com tais ancoragens teóricas, verifica-se que a educação financeira integra a agenda de uma parte significativa dos países na atualidade, e sua necessidade para as populações é indiscutível e por mais que se argumentem os limites do poder do Estado não tem como justificar a sua ausência (Forte, 2021).

Contudo tal processo se estabelece numa arena política cujas relações de poder são mediadas por diversos atores. Assim, para que a sociedade seja beneficiada pela implementação de políticas públicas é preciso que haja participação ativa da população onde o estado deve fornecer ferramentas para que haja participação efetiva em todas as etapas da implementação das políticas públicas (Monteiro, 2022).

Como corrobora Santos (2002) os movimentos sociais e as organizações civis constituem importantes interlocutores das políticas públicas e são, em muitos casos, os principais defensores e executores das mesmas. A sua participação é crucial para que as políticas públicas sejam mais inclusivas, equitativas e efetivas, destacando a importância da participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas, enfatizando a necessidade de se envolver ativamente os diferentes atores sociais para garantir a efetividade e a justiça dessas políticas. O autor também destaca a importância de se pensar em políticas

públicas que sejam capazes de promover transformações sociais e de mudar as relações de poder existentes na sociedade. Isso implica em uma visão mais ampla e crítica das políticas públicas, que considere não apenas seus efeitos imediatos, mas também suas implicações em longo prazo e seu papel na construção de uma sociedade justa e democrática.

São muitos os problemas de uma sociedade, mas nem todos possuem uma resolução ou conseguem se reduzir a ponto de se tornarem uma política pública. A sua resolução, por exemplo, deve ser viável, ter custos acessíveis e aceitos pela população para que realmente possam causar mudanças efetivas. Para que uma política pública seja bem avaliada, é importante que ela seja planejada de forma participativa, com a colaboração dos diversos segmentos da sociedade envolvidos, e que conte com mecanismos de monitoramento e avaliação de seus resultados e impactos.

Sousa Santos (2002) defende a ideia de que as políticas públicas devem ser construídas em conjunto com a sociedade civil e comunidades afetadas/beneficiadas, sendo adaptadas às necessidades e realidades locais. Elas devem ser concebidas como uma forma de transformação social e não apenas como medidas técnicas para resolver problemas pontuais. Elas devem ser guiadas por uma visão de justiça social e devem trabalhar para corrigir as desigualdades e injustiças existentes na sociedade enfatizando a importância da participação do cidadão no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Tal argumento parte da premissa de que a sociedade civil deve ter um papel ativo na definição das prioridades e objetivos das políticas públicas, e que a participação cidadã é fundamental para garantir que as políticas sejam implementadas de maneira transparente e responsável.

No que diz respeito às políticas públicas no bojo da educação financeira, verifica-se no caso brasileiro, que a mesma teve início em meados dos anos 2000, quando o Banco Central criou o Programa de Educação Financeira (PEF), com o objetivo de promover a educação financeira entre a população brasileira, especialmente entre jovens e adultos de baixa renda. Assim, pode-se dizer que a política pública de educação financeira no Brasil teve início com a criação do Programa de Educação Financeira do Banco Central. Posteriormente, verificou-se a inserção com maior força por parte de outros órgãos integrantes, consolidando ações do governo, setor financeiro e sociedade civil, culminando com a criação da

Política Nacional de Educação Financeira, instrumentalizada pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2010).

Como alinhavo, tais políticas surgiram amparadas às ideias de ampliação da oferta de produtos e serviços financeiros adequados a cada indivíduo, bem como, a promoção e o uso consciente de tais recursos. A questão da vulnerabilidade dos consumidores é um tema relevante, e vários países adotam leis e regulamentos para tratar desse assunto. As instituições financeiras têm a responsabilidade de reconhecer a exposição ao risco de relacionar-se com uma ampla gama de clientes, com uma variedade igualmente considerável de vulnerabilidades e suas intersecções. Nas diferentes etapas de relacionamento dos clientes com produtos e serviços financeiros, é papel dos fornecedores mapear seus clientes a partir das suas prováveis vulnerabilidades e priorizar iniciativas que busquem o tratamento justo e equitativo, bem como, mitigar riscos relacionados à não compreensão e ao baixo conhecimento desses clientes para análise e tomada de decisões financeiras.

Assim, como órgão também regulador, o Banco Central passou a assumir a responsabilidade por assegurar o cumprimento das políticas de gestão de vulnerabilidades dos clientes, estimulando a inovação no sistema financeiro e permitindo que as instituições avancem na direção de uma cultura organizacional que incentive o relacionamento cooperativo e equilibrado com clientes, mantendo forte vínculo com o planejamento estratégico. A promoção da democratização financeira tem sido um dos principais objetivos do Banco Central por meio da Agenda BC. Através dessa agenda, o banco manifesta que vem implementando uma série de reformas com o objetivo de ampliar o acesso a produtos e serviços financeiros, além de estender a disponibilidade de crédito mais barato para um número maior de pessoas e aumentar a transparência do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A agenda também tem se concentrado no desenvolvimento tecnológico para elaborar soluções estruturais para o Sistema Financeiro Nacional e facilitar a prestação de contas de ações desenvolvidas pelo Banco Central a curto, médio e longo prazo (Relatório de Economia Bancária, 2021). Entretanto, para além das agendas estabelecidas pela organização, se faz necessário compreender as formas pelas quais as ações de Educação Financeira têm sido elaboradas e orientadas a partir de distintos contextos e pretextos.

2.2.1 Iniciativas de políticas públicas sobre educação financeira

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconheceu oficialmente a importância da educação financeira em 2002, com o lançamento de um projeto que acabou sendo reforçado em 2008 através da criação da Rede Internacional de Educação Financeira (OCDE/INFE). Como pano de fundo pode-se atribuir tais relevâncias devido ao cenário político da crise econômica que ocorreu neste mesmo ano e que destacou a importância das questões associadas à educação financeira. As tensões referentes à denominada Crise de 2008 caracterizaram-se principalmente por aspectos discursivos relacionados à chamada bolha imobiliária que estaria atrelada a aspectos comportamentais dos consumidores e clientes de bancos. Contudo, tal relação também parecer contraditória na medida em que outras análises se fundamentam na perspectiva de ajustes e readequações inerentes ao próprio mercado (Levy Economics of Institute Bard College, 2012, p. 9, tradução nossa).

O debate no Brasil acabou sendo motivado pela OCDE, que defendeu a importância desse tema, não apenas dentre os 35 países membros, mas também para os aderentes, em um grupo muito mais amplo, de 140 países desenvolvidos e em desenvolvimento da qual o Brasil faz parte por meio do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (Pereira, Cavalcante, Campos, Ribeiro, 2022).

Nesse contexto, a educação financeira é definida como o processo onde os indivíduos melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos (OCDE, 2005). De modo geral, a mesma concepção foi assumida como potencial ajuda para as pessoas nas escolhas mais acertadas e responsáveis sobre o planejamento das finanças pessoais e governamentais. Tal perspectiva é assumida também pelo Ministério da Educação, ator político que passa a ser relevante para a implementação da ENEF (MEC, 2016).

Em 2009 o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), integrado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM),

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (PREVIC), apresentou uma minuta propondo a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Em dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.397 estabeleceu formalmente, juntamente com o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) a estratégia orientadora no país. O CONEF é responsável pela governança estratégica da ENEF, na medida em que define planos, programas, ações e estabelece metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF. Ele é constituído de sete órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil (Romero, 2019).

No Brasil, como política de Estado criada pelo Governo Federal, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) prevê ações conjuntas das iniciativas pública e privada. A estratégia foi criada para promover a educação financeira e previdenciária em razão do impulso às políticas de inclusão social no país. A proposta é fortalecer a cidadania, oferecendo aos brasileiros noções sobre previdência e sistema financeiro (MEC, 2016).

Muitas das ações da ENEF podem ser replicadas por qualquer organização interessada em promover a educação financeira no Brasil. De acordo com a ENEF, para que estas ações funcionem, elas devem seguir sete diretrizes principais:

- I. Atuação permanente e em âmbito nacional;
- II. Gratuidade das ações de educação financeira;
- III. Prevalência do interesse público;
- IV. Atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V. Centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI. Formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas;
- VII. Avaliação e revisão periódicas permanentes (BRASIL, 2010).

Entretanto, a principal proposta da ENEF é disseminar a educação financeira entre crianças, adultos e aposentados, com programas específicos. Neste quesito se destacam dois grupos principais: 1) Crianças (Ensino Fundamental) e Jovens (Ensino Médio) e 2) Adultos, sendo Aposentados e Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família. Até o momento, a ENEF possui três programas específicos:

1. Programa Educação Financeira nas Escolas: com a proposta de implementar a educação financeira no ambiente escolar,
2. Programa Educação Financeira de Adultos: focado especialmente em aposentados com renda de 1 a 2 salários mínimos e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. O programa contribui para a gestão do orçamento familiar (no caso das mulheres) e reduz o endividamento e auxilia na tomada de decisões (no caso dos aposentados),
3. Semana Nacional de Educação Financeira: trata-se do principal programa da ENEF. São ações educativas gratuitas que promovem conscientização e orientação financeira para que as pessoas usem melhor seus recursos e saibam como utilizar os serviços financeiros a seu favor (ENEF, 2010, p. 03).

De acordo com a ENEF (2010), desenvolver ações de educação financeira para os adultos é desafiador, já que valores e hábitos antigos estão profundamente enraizados. Além disso, os adultos não estão inseridos num sistema regular de ensino, mas compõem a População Economicamente Ativa (PEA) do país e, com escolhas financeiras mais saudáveis, contribuirão para o desenvolvimento do Brasil.

A família tem sido pensada como base estratégica das políticas públicas, numa perspectiva de parceria com os programas sociais, no sentido da construção de sua autonomia. Nesse contexto, a família e a comunidade têm se revelado como fontes naturais de solidariedade, uma vez que se aciona o protagonismo familiar para transferir, aos próprios sujeitos, portadores de necessidades, a responsabilidade pelos seus carecimentos, vinculando-os ao processo de ajuda mútua. (Osterne, 2006, p. 04).

A estratégia foi criada para promover a educação financeira e previdenciária em razão do impulso às políticas de inclusão social no país. A proposta é fortalecer a cidadania, oferecendo aos brasileiros noções sobre previdência e sistema financeiro. Após instituir a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) com o propósito de traçar planos, programas, ações e coordenar sua execução. Ele foi criado para gerir e coordenar os programas de estratégia, propondo que a educação financeira seja disseminada em ações para escolas de nível fundamental e médio, e também em ações para aposentados e mulheres beneficiárias do Bolsa Família.

O CONEF foi extinto pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 e substituído pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), criado pelo Decreto nº 10.393, de 09 de julho de 2020 que estabeleceu uma “nova Estratégia Nacional de Educação Financeira”. É importante mencionar também o papel do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), que é composto pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM),

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) do Ministério da Justiça, Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Secretaria de Previdência (SPREV) do Ministério da Economia e Ministério da Educação (MEC). Tal dinâmica ampliou a participação de atores e da atuação da nova ENEF a fim de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País, uma vez que o Decreto 7.397/2010 trazia a menção expressa apenas à educação financeira e previdenciária. O FBEF é um ambiente colaborativo de articulação para levar educação financeira a todo o país.

Como decorrência, é importante considerar indicadores que dialogam com a ENEF, como exemplo destaca-se o desenvolvimento do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB/FEBRABAN) e a plataforma de educação financeira "Meu Bolso em Dia", que representam iniciativas no contexto das políticas públicas de educação financeira no Brasil. O I-SFB é uma ferramenta diagnóstica gratuita que permite aos cidadãos mensurar sua saúde financeira ao longo do tempo, comparando-a com a média nacional e identificando suas vulnerabilidades, a serem aprimoradas com iniciativas de educação financeira. Lançado em julho de 2021, o índice foi calculado em uma escala de 0 a 100 pontos, sendo 57 o índice médio do brasileiro, a partir de mais de cinco mil pessoas pesquisadas. Além disso, o índice também é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de políticas públicas de educação e inclusão financeira, bem como para o desenho e oferta de produtos financeiros adequados às necessidades dos cidadãos (Relatório de Economia Bancária, 2021).

A plataforma "Meu Bolso em Dia", por sua vez, é um resultado direto da cooperação técnica entre o Banco Central do Brasil (BC) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) para a promoção de ações de educação financeira. Essa ferramenta gratuita, voltada a toda a população, oferece trilhas de aprendizagem personalizadas de acordo com o Índice de Saúde Financeira aferido pelo cidadão. Desde a fase-piloto, iniciada em maio de 2021, até o final do ano, a plataforma já teve 306 mil visitantes distintos (Relatório de Economia Bancária, 2021).

Em conjunto, o I-SFB e a plataforma "Meu Bolso em Dia" representam produtos decorrentes do campo da educação financeira no Brasil. Essas iniciativas podem contribuir significativamente para a promoção da inclusão financeira e para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e direcionadas às

necessidades dos cidadãos brasileiros. Considerando o aumento da relevância das políticas públicas de educação financeira no contexto brasileiro, o desenvolvimento dessas ferramentas representa um importante movimento a ser analisado com cautela em termos de alcances e limites. Neste caso, é importante considerar se tais indicadores efetivamente dão conta das assimetrias e situações de vulnerabilidades num contexto complexo como o das instituições bancárias e usuários no Brasil.

Para Mézáros (2012) o capitalismo é um sistema econômico que coloca o lucro acima do bem-estar humano e que cria desigualdades e injustiças sociais. Nesse sentido, a crítica em relação às políticas públicas de educação financeira é que as mesmas visam apenas ensinar as pessoas a se adaptar e a ter sucesso no sistema financeiro capitalista sem questionar os valores e pressupostos subjacentes a esse sistema.

As análises sobre a educação financeira precisam ser críticas e examinar as causas da desigualdade financeira. A sua promoção por meio de políticas públicas é um tema relevante na literatura acadêmica e tem sido amplamente discutida por pesquisadores em todo o mundo. A justificativa para essas iniciativas é baseada na ideia de que a educação financeira é um fator determinante para o bem-estar financeiro e a estabilidade financeira individual e coletiva.

Assim, a eficácia das políticas públicas de educação financeira tem sido amplamente debatida na literatura acadêmica e um dos principais desafios é como avaliar o impacto dessas políticas em termos de mudanças no comportamento financeiro das pessoas e na melhoria de sua situação financeira diante da situação concreta que vivem. Alguns estudos sugerem que a simples disponibilização de informações financeiras pode não ser suficiente para alterar o comportamento financeiro das pessoas, e que é necessário adotar abordagens mais abrangentes e integradas, que envolvam incentivos e mecanismos de apoio à adoção de comportamentos financeiros saudáveis.

Além disso, é importante considerar a diversidade cultural e socioeconômica do país na elaboração de políticas públicas de educação financeira. Diferentes grupos populacionais têm necessidades e desafios específicos em relação ao gerenciamento de suas finanças, e políticas públicas eficazes devem ser capazes de abordar essas diferenças de forma adequada. Portanto, a literatura acadêmica aponta que a promoção da educação financeira por meio de políticas públicas é

uma iniciativa importante e necessária, mas que requer uma abordagem coerente que contemple as diversas dimensões do comportamento financeiro humano e leve em consideração a diversidade cultural e socioeconômica dos seus potenciais beneficiários. Problematizar tal circunstância implica em compreender a estrutura e agentes deste processo, como se visualiza no quadro a seguir:

Quadro 2 - Estrutura da ENEF em 2010

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	
CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira	Diretor do Banco Central do Brasil Presidente da Comissão de Valores Mobiliários Diretor-Superintendente da PREVIC Superintendente da SUSEP Secretário-Executivo do MEC Secretário-Executivo do MF Secretário-Executivo do MPS Secretário-Executivo do MJ Representantes da Sociedade Civil (ANBIMA, BM&FBOVESPA, FEBRABAN, e CNseg)
GAP - Grupo de Apoio Pedagógico	Ministério da Educação Presidente Banco Central CVM Ministério da Fazenda SUSEP PREVIC Conselho Nacional de Educação Instituições de Ensino Federais (até 05) CONSED UNDIME
CP - Comissão Permanente	12 membros efetivos, representando cada participante do CONEF
Secretaria Executiva	Departamento de Educação Financeira do Banco Central
AEF - Associação de Educação Financeira do Brasil	ANBIMA BM&FBOVESPA CNseg FEBRABAN
CAF - Comitê de Acompanhamento e Fiscalização	Banco Central CVM SUSEP PREVIC Ministério da Fazenda
Programas Setoriais	Reguladores Banco Central CVM SUSEP PREVIC
	Governo Ministério da Educação Ministério da Fazenda Ministério da Justiça Ministério do Desenvolvimento Social Ministério da Previdência Social
	Sociedade Civil ANBIMA BM&FBOVESPA CNseg FEBRABAN

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira (2012, p. 07).

Figura 2 - Estrutura da ENEF em 2020

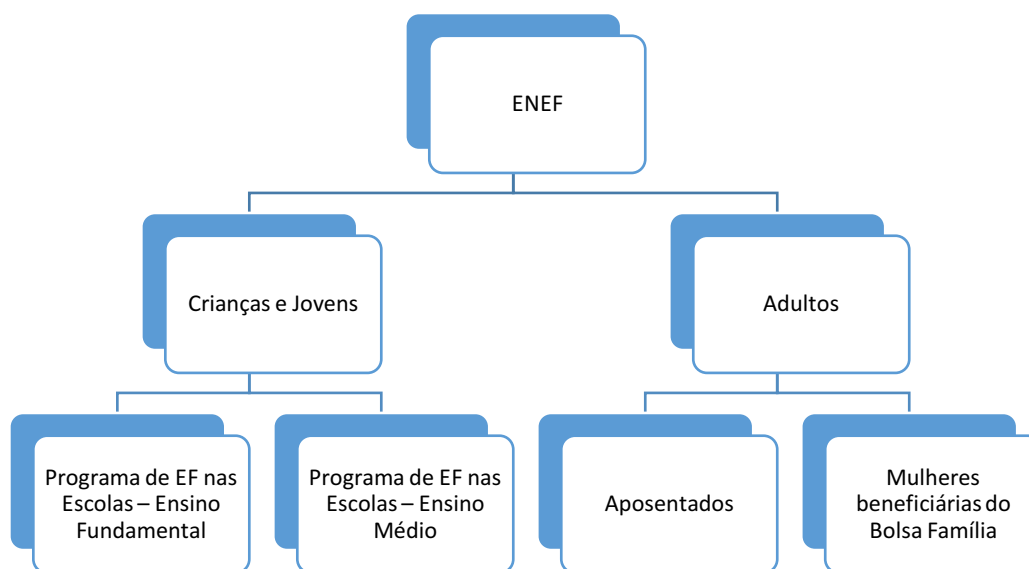


Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto nº 10.393/2020

O entendimento detalhado da estrutura da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) possibilita uma análise aprofundada das bases organizacionais, institucionais e governamentais que sustentam a implementação da educação financeira em escala nacional. A compreensão da ENEF pode oferecer insights sobre a colaboração e interação entre diferentes partes interessadas, como entidades reguladoras, órgãos governamentais, instituições educacionais e representantes da sociedade civil, visando alcançar objetivos educacionais e socioeconômicos. Em uma análise preliminar, é importante constatar desde já, que a estrutura existente privilegia e reforça relações de poder especialmente privilegiando organismos relacionados ao mercado financeiro e Governo Federal. Destaca-se o papel de órgãos reguladores e instâncias diretamente ligadas ao contexto da educação. De outro turno, pouco se vislumbra a efetividade de participação da sociedade civil como movimentos sociais organizados e alinhados aos públicos-alvo. Tal aspecto denota as assimetrias de poder e potenciais conflitos de interesses em relação aos objetivos pretendidos, recursos investidos e ações desenvolvidas.

Além disso, a familiaridade com a estrutura da ENEF é essencial para avaliar criticamente a eficácia da implementação da estratégia ao longo do tempo. Ao analisar sua composição, pode-se discernir como as decisões são tomadas, políticas são formuladas e programas educacionais são executados, permitindo uma avaliação informada das ações destinadas a atingir metas de literacia financeira e empoderamento do público. Compreender a estrutura da ENEF também facilita a contextualização da educação financeira em relação às definições dos públicos-alvo atendidos pela mesma, como ilustrado a seguir:

Figura 3 - Público Alvo ENEF



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do documento Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira (2012, p. 12-15).

De modo a compreender os desdobramentos da ENEF, foi realizada análise sobre o documento síntese denominado Mapeamento das Iniciativas de Educação Financeira, realizado em abril de 2018 e conduzido pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil). O estudo tinha como objetivo caracterizar e compreender o funcionamento dessas iniciativas, além de fornecer dados para a elaboração do Selo ENEF para aquelas que cumprissem os requisitos mínimos além de subsídios à formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas, com o objetivo de promover a inclusão financeira e bem-estar da população.

Inicialmente, a associação elaborou um questionário específico para coletar informações relevantes sobre as instituições envolvidas. Em seguida, esse questionário foi estruturado em uma plataforma digital e passou por análises conduzidas pelo Plano CDE, pesquisa com foco em impacto social para as classes CDE. Para a divulgação foram adotadas estratégias abrangentes sendo o link do questionário enviado para três grupos de contatos distintos, primeiramente, a lista de contatos da AEF- Brasil, a lista de contatos relacionados à educação e inclusão financeira do Plano CDE e por fim, os parceiros do Plano CDE foram incentivados a divulgar o questionário para suas redes.

A coleta de dados ocorreu no período compreendido entre 02/02/2018 e 30/03/2018 e durante esse tempo o questionário foi enviado diretamente para mais

de 25 mil contatos por e-mail. Além disso, mais de 10.000 pessoas foram impactadas através das redes sociais e da newsletter do Plano CDE, bem como, por meio da divulgação realizada pelos parceiros.

Essa metodologia permitiu uma abrangência significativa na obtenção de respostas, alcançando tanto contatos diretos quanto um público mais amplo por meio das redes sociais e da newsletter. O processo de cadastramento foi estruturado de forma a facilitar a participação das instituições interessadas, buscando obter informações abrangentes e relevantes para a análise posterior dos dados (Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, 2018).

Os resultados do mapeamento revelaram um aumento significativo no número de iniciativas mapeadas em comparação com o relatório elaborado em 2013. Em 2018, foram mapeadas 1.383 iniciativas, enquanto que em 2013 foram registradas apenas 803, um aumento de 72%. Houve também um aumento significativo no número de cadastros realizados, passando de 317 em 2013 para 526 em 2018. Esses dados indicam um crescimento expressivo de mais de 65% na participação e engajamento evidenciando um maior interesse no desenvolvimento de iniciativas sobre o tema.

A partir do relatório, é possível verificar que aproximadamente 80% das inscrições foram provenientes de instituições, Pessoas Jurídicas, enquanto os outros 20% corresponderam à participação de Pessoas Físicas. Ao analisar o perfil dos inscritos para o desenvolvimento de ações voltadas à Educação Financeira, observa-se que as Pessoas Jurídicas (PJ) desempenham um papel dominante nas iniciativas de educação financeira, representando a maioria das inscrições. Embora tenha havido uma pequena diminuição na participação comparando os períodos de 2013 a 2018 essa queda ainda é relativamente pequena, indicando que as organizações continuam desempenhando um papel significativo nesse campo, em contraste com a participação das Pessoas Físicas (PF) que aumentou ligeiramente as inscrições. Embora essa proporção tenha aumentado, ainda é um número relativamente baixo em comparação com as instituições PJ, sugerindo que o envolvimento individual na educação financeira ainda não é tão expressivo.

Quanto ao perfil das instituições participantes no ano de 2018, observou-se que a maioria das iniciativas foi registrada por instituições públicas (50%) sendo

que cerca de metade delas eram escolas, faculdades ou instituições ligadas ao setor educacional. Houve também um aumento significativo de iniciativas do terceiro setor (28%) e uma diminuição das iniciativas de instituições privadas (21%).

Tabela 1 - Perfil das Instituições

Tipo de Instituição	2013 (%)	2018 (%)	Subcategorias	2018 (%)
Instituição Pública	32%	50%	Escola/Faculdade/Educação	49,4%
Terceiro Setor	14%	28%	Serviços	36%
Instituição Privada	54%	21%	Comércio	0,60%
			Indústria	0,20%
			Não se aplica	13,80%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do documento Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018, p. 09).

Observa-se um cenário interessante em relação ao perfil dos profissionais inscritos. Entre os profissionais que se cadastraram como Pessoa Física (PF), houve um significativo aumento de profissionais da área de educação, especialmente professores. Em comparação aos dados de 2013, houve uma queda expressiva no número de profissionais da área financeira, que representavam 65% naquele ano, reduzindo para 48% em 2018. Por outro lado, os profissionais da área de educação aumentaram consideravelmente e correspondiam a 43% dos inscritos em 2018.

Esses números refletem uma mudança de perfil das iniciativas mapeadas, indicando que metade delas são provenientes da área de educação, incluindo escolas, professores e secretarias de educação. Isso revela um maior envolvimento e engajamento do setor educacional na promoção da educação financeira. Em relação ao perfil geral dos inscritos, considerando tanto Pessoa Física quanto Pessoa Jurídica, cerca de 48% são ligados à área de educação, enquanto os outros 52% estão relacionados a áreas que não são voltadas para a educação.

Essa proporção indica um forte interesse e comprometimento por parte das instituições públicas e indivíduos ligados ao setor educacional em abordar a educação financeira como parte do currículo escolar e das atividades educativas. Dessa forma, é crucial verificar as formas pelas quais a EF tem sido apropriada no âmbito escolar, especialmente considerando seu processo de curricularização.

Além disso, é importante indicar que houve um aumento significativo no número de iniciativas gratuitas sem fim comercial em comparação com o último

mapeamento. Especificamente, houve um aumento considerável, no qual esse tipo de iniciativa foi ampliada de 36% do total em 2013 para atingir impressionantes 80% em 2018. Além disso, o mapeamento também revela que um pequeno percentual de (7%) das iniciativas gratuitas tem uma finalidade comercial, ou seja, têm o objetivo de vender produtos ou serviços relacionados à educação financeira. Embora essa abordagem possa ser compreendida como uma maneira de sustentar financeiramente as iniciativas e garantir sua continuidade é importante analisar cuidadosamente como essa finalidade comercial pode influenciar a imparcialidade e a objetividade das informações e orientações oferecidas aos indivíduos. De certa forma, tal situação desperta o interesse de verificar quais intenções ou retornos indiretos estão atrelados a tais práticas.

Outro ponto relevante é que uma pequena porcentagem das iniciativas (4%) é paga, o que significa que há um custo associado para participar desses programas ou ter acesso aos recursos educacionais oferecidos. Essas iniciativas podem oferecer conteúdos e serviços de maior valor agregado ou um suporte mais personalizado, mas também podem limitar o acesso a um público mais amplo, especialmente aqueles que têm recursos financeiros limitados.

Tabela 2 - Formas de Financiamento

Forma de Pagamento	Representatividade	2013	2018
Gratuito sem finalidade comercial	80%	36%	80%
Gratuito com divulgação de patrocinadores	09%		
Gratuito com finalidade de venda de produtos	07%		
Paga	04%		

Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento Iniciativas de Educação Financeira (2018, p.13).

O documento demonstra também, que nos últimos anos, houve um aumento significativo no número de iniciativas em escolas, o que resultou em uma maior proporção de iniciativas apenas presenciais. Em 2013, as iniciativas apenas presenciais representavam 45% do total, enquanto em 2018 esse número aumentou para 60%. Por outro lado, as iniciativas apenas virtuais apresentaram uma leve queda, passando de 17% em 2013 para 12% em 2018. Já as iniciativas que combinam formatos presenciais e virtuais diminuíram de 37% em 2013 para 28% em 2018. Todavia, tais dinâmicas podem ter sido alteradas pelo contexto estabelecido pela pandemia de COVID-19.

Observa-se que as iniciativas digitais ou híbridas tendem a atingir um maior número de beneficiários. Essas iniciativas utilizam diversos meios para

disseminar informações, sendo os videoblogs geralmente associados a sites e perfis em redes sociais. Entre as formas de acesso, o uso de sites é o mais comum, alcançando 69% das iniciativas, seguido pelas redes sociais (53%), videoblogs (30%), mensagens e contatos telefônicos (30%), blogs (19%), aplicativos (13%), softwares (8%), webséries (7%) e jogos (5%).

É importante destacar que a maioria das iniciativas virtuais disponibiliza conteúdo gravado e promove interação entre os participantes. No entanto, grande parte dessas iniciativas não se beneficiam das leis de incentivo existentes. A medição de impacto nesse contexto se resume principalmente ao controle de audiência. As plataformas de análise de audiência são utilizadas por 54% das iniciativas, seguidas pelo número de conclusões no curso (24%) e número de inscrições (23%). No que diz respeito ao uso de leis de incentivo, a maioria das iniciativas (83%) não se beneficia delas e apenas 17% das iniciativas utilizam alguma forma de incentivo, sendo que 30% dessas são instituições públicas.

Quanto às iniciativas presenciais, os formatos mais comuns são palestras e aulas expositivas. Os seminários, palestras e encontros representam 69% dessas iniciativas, com 40% delas ocorrendo em escolas. As aulas expositivas correspondem a 65% das iniciativas presenciais, sendo que 66% delas ocorrem em escolas. Outros formatos incluem cursos de curta duração (31%), concursos e prêmios (6%) e outras formas não especificadas (8%).

2.2.2 A ENEF nos espaços educativos

O acompanhamento realizado indica que as iniciativas de educação financeira estão concentradas principalmente nas escolas públicas, de acordo com os números apresentados e isso pode ser explicado por diversos fatores. Primeiramente, observa-se um aumento significativo das instituições públicas inscritas em relação ao mapeamento anterior. Ainda, outro fator que contribui para a concentração das iniciativas de educação financeira nas escolas públicas é o perfil dos profissionais envolvidos, pois houve um grande aumento de profissionais de educação inscritos, principalmente professores.

O enfoque predominante nas iniciativas escolares recai sobre escolas públicas, sendo que quase 90% das iniciativas mapeadas são provenientes dessas instituições. Em relação ao tipo de escola inscrita, 78% são escolas públicas, 7% são

escolas privadas, 6% são universidades públicas, 2% são secretarias de educação, 1% são universidades privadas e 1% são escolas técnicas (Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018).

Tabela 3 - Perfil do Público

Sua iniciativa é direcionada a alguma comunidade específica?	Qual o setor das instituições para quem sua iniciativa é direcionada?	Setor de Educação
Escola/Faculdade/Universidade 88%	Todos (sem distinção de setor) 52%	Ensino Fundamental 53%
Indivíduos diretamente 77%	Escola / Faculdade / Universidade 40%	Ensino Médio 14%
Públicos Específicos não citados 13%	Prestação de serviços 10%	Ensino Superior 4%
Sindicato 7%	Comércio 6%	EJA 4%
Educação índios e quilombolas 2%	Indústria 4%	
	Agropecuária e agricultura familiar 4%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do documento Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018, p.40).

Quanto ao cargo na instituição do responsável pelo registro das iniciativas, 42% são diretores, 16% são professores, 16% são coordenadores pedagógicos, 12% são outros gestores, 3% são supervisores escolares, 2% são da Secretaria de Educação e 10% são classificados como outros.

A educação financeira é abordada de forma transversal nos currículos escolares, conforme relatado por 92% das iniciativas, significando que o tema é integrado às diferentes disciplinas e não é tratado de forma isolada. Em relação ao conteúdo de educação financeira apresentado nas escolas e instituições, em 80% dos casos, o conteúdo é ministrado para mais da metade dos alunos. Entre as opções, 42% dos casos o conteúdo é obrigatório, 38% são eletivas com a participação de 50% ou mais dos alunos, e 20% são eletivas com a participação de menos de 50% dos alunos (Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, 2018).

Esses números evidenciam a predominância das escolas no desenvolvimento de iniciativas de educação financeira, com a inclusão do tema de forma transversal nos currículos. No entanto, também revelam que tal processo não necessariamente está vinculado a um processo consolidado de formação crítica para tal fim.

Embora as iniciativas de Educação Financeira estejam presentes no dia a dia das escolas, apenas 30% delas receberam capacitação das Secretarias de Educação. Quanto à organização do conteúdo, o tema da Educação Financeira

está presente em 77% das reuniões de planejamento das escolas e em 60% dos Projetos Político-Pedagógico (PPP). Além disso, 62% das iniciativas contam com materiais específicos fornecidos, e 31% delas receberam capacitação promovida pela Secretaria de Educação. Contudo, alguns estados indicam a força pela qual o conteúdo foi inserido no âmbito escolar, tais como no Estado do Tocantins e Rio Grande do Sul. A maioria dos professores (67%) conhece o material da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Quanto à formação dos professores, 59% deles já fizeram algum curso relacionado à Educação Financeira, sendo que esses cursos são geralmente gratuitos. Esses números indicam que, embora haja um apoio considerável por parte das Secretarias de Educação e uma presença das iniciativas de Educação Financeira nas escolas, ainda existem desafios a serem superados. A variação entre os estados na oferta de apoio, à falta de capacitação abrangente da Secretaria de Educação e a dependência de materiais específicos fornecidos são pontos que requerem atenção.

As iniciativas estão concentradas principalmente nos eixos de orientação e informação, onde 55% delas estão no eixo de orientação, enquanto 46% estão no eixo de informação e 41% no eixo de formação. No que diz respeito aos temas abordados, cerca de 90% das iniciativas focam em informações do dia-a-dia financeiro e 85% abordam informações financeiras básicas.

Tabela 4 - Eixos de Ensino

Eixos de Ensino	Orientação	Informação	Formação
Orientação	55%	56%	37%
Informação	47%	46%	32%
Formação	28%	29%	41%
Base	369	309	277

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do documento Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018, p.46).

Dentre as iniciativas em escolas, destacam-se os temas relacionados aos meios de pagamento (74%), defesa do consumidor (63%), consumo consciente (95%) e ferramentas de organização financeira (84%). No eixo de formação, o comportamento empreendedor é o tópico principal, presente em 76%. Quanto aos materiais utilizados, 87% das iniciativas fazem uso de ferramentas tecnológicas, como computadores, e 59% utilizam materiais impressos, como jornais e revistas. Jogos educativos são utilizados em 40% das iniciativas, e 40% delas utilizam

materiais gratuitos produzidos pela ENEF, incluindo livros didáticos especialmente por professores. Os temas tratados nas iniciativas incluem mudança de comportamento financeiro (76%), planejamento (67%), consumo (60%) e poupança (46%). As iniciativas educacionais têm um maior foco nos direitos do consumidor (Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, 2018).

Tabela 5 - Materiais utilizados

Materiais utilizados	%	Quais materiais da ENEF	%
Ferramenta tecnológica (computador)	87%	Livros didáticos Ensino Médio	22%
Materiais impressos (jornais, revistas)	59%	Livros didáticos Ensino Fundamental	22%
Materiais on-line	54%	Plataforma Vida e Dinheiro	17%
Jogos educativos	40%	Curso de Educação a Distância	12%
Materiais gratuitos produzidos ENEF	40%	Sua Escola, Nossa Escola (TV Escola)	8%
Uso de música	34%	Web Série R\$100 Neuras (TV Escola)	7%
CD/DVD	27%	Tecnologias Sociais para Adultos	3%
Outros Livros Didáticos Pagos	21%		
Outros	26%		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do documento Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018, p.51).

As formações em geral incluem conteúdos além da formação financeira onde cerca de 58% das formações abordam tanto conteúdos de formação financeira quanto outros conteúdos, enquanto 42% são centradas apenas na formação financeira (Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, 2018).

Esses números revelam a diversidade de temas e abordagens nas iniciativas de educação financeira. No entanto, é importante avaliar a qualidade e efetividade dessas iniciativas, bem como garantir que os conteúdos sejam ministrados de forma adequada e pelos profissionais capacitados.

Para, além disso, também é significativo verificar a agenda de conteúdos verificada nos processos de formação e como os mesmos são aderentes às racionalidades e intencionalidades que compactuam com os processos de financeirização da vida. Ao aprofundar aspectos relativos aos dados mapeados, algumas inquietações se alinham às considerações elaboradas por Britto (2012), tais como:

- a elaboração da educação financeira como produto educacional;
- a potencialização da capacidade de consumo de produtos financeiros;
- a promoção do sistema econômico-financeiro como um todo;
- a inclusão de pessoas sem recursos para posterior exclusão financeira.

Estabelecidos aspectos preliminares de caracterização e problematização, é possível indicar os principais elementos do percurso metodológico assumidos para a condução do estudo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Caracterização da pesquisa

Entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, devendo dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (Minayo, 2007).

Trata-se de uma pesquisa voltada para avaliar questões pertinentes a um subtema específico, qual seja, a Estratégia Nacional da Educação Financeira, dentro da grande temática teórica das políticas públicas, buscando nesse estudo analisar racionalidades e intencionalidades existentes no contexto brasileiro contemporâneo.

Para isso, este estudo se caracteriza por uma pesquisa de natureza qualitativa, procurando tanto encontrar sentido no fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas têm deles através da análise de conteúdo.

A pesquisa qualitativa se concentra na análise dos elementos subjetivos inerentes aos fenômenos sociais e ao comportamento humano. Esta abordagem requer uma exploração abrangente do objeto de estudo, tendo em vista a contextualização do fenômeno e as características do ambiente no qual está inserido (Bryman, Bell, 2011).

A pesquisa tem caráter exploratório, buscando identificar questões relevantes e emergentes no campo das políticas públicas, sendo também descritiva, permitindo uma análise minuciosa das características e particularidades dessas políticas. A pesquisa exploratória buscou obter um entendimento sobre um tópico, problema ou fenômeno pouco compreendido, realizada quando se deseja explorar novas perspectivas e o principal objetivo é mapear o campo, identificar variáveis relevantes e desenvolver hipóteses preliminares (Minayo, 2007).

Em relação à pesquisa descritiva, ela estabeleceu conexões entre variáveis e delineou suas características centrais, sem a obrigação de explicar detalhadamente os fenômenos em análise, embora ofereça uma base para explicações futuras. Sua relevância se dá quando o estudo visa detalhar as características de grupos, determinar proporções de elementos com atributos específicos em uma população definida (Minayo, 2007).

Do mesmo modo, a pesquisa tem como pressuposto a realização de pesquisa de campo de forma a atender os seus objetivos. De modo subsidiário, o estudo utilizará também das potencialidades da pesquisa documental.

A pesquisa de campo envolve a coleta direta de dados no ambiente onde o fenômeno ocorre, o pesquisador vai para o campo de estudo, para observar, interagir e coletar informações, possibilitando se aproximar da realidade investigada e interagir com os envolvidos (Minayo, 2007).

No que se refere à pesquisa documental, cada vez mais utilizada em pesquisas de ciências sociais e humanas, "uma abordagem conjuntural, focada, sobretudo, nos fatos e gestos dos políticos desse mundo" (Cellard, 2008, p. 296).

Segundo Cellard (2008), na análise de um documento é importante considerar a natureza do texto, antes de tirar conclusões, e procurar desvendar os subentendidos, considerando o contexto e o espaço autoral, nos quais ele foi redigido.

As características da pesquisa são aprofundadas e detalhadas nas subseções seguintes.

3.2 Sobre o objeto de estudo

O objeto de estudo desta pesquisa abrange, especialmente a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), uma iniciativa governamental que coordena e promove a educação financeira no país.

Além disso, foram investigados os papéis desempenhados por organismos internacionais com força política, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU), na influência e direcionamento das políticas públicas de educação financeira no Brasil. Essas instituições desempenham um papel importante ao elaborar diretrizes, padrões e recomendações que podem influenciar as políticas adotadas pelo país em relação à educação financeira.

A pesquisa também abarcou o estudo dos documentos elaborados por organismos nacionais envolvidos na implementação e regulamentação das políticas de educação financeira. O Banco Central do Brasil (BACEN), o Ministério da Educação (MEC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF) são alguns dos organismos nacionais que

desempenham papéis relevantes nesse contexto, visto que têm a responsabilidade de supervisionar, regular e promover iniciativas que visam à educação financeira da população.

Ademais, a participação de associações do setor financeiro, como a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), também foi estudada, uma vez que essas entidades podem ter influência e participação ativa no desenvolvimento e implementação das políticas públicas de educação financeira.

O estudo buscou compreender as dinâmicas, interações e relações entre esses diferentes atores e entidades em relação às políticas públicas de educação financeira, explorando suas perspectivas, interesses e motivações no desenvolvimento dessas políticas. A análise de múltiplos objetos de estudo proporcionou uma compreensão mais completa e aprofundada das políticas de educação financeira no Brasil, permitindo uma análise crítica de sua eficácia e relevância para o contexto socioeconômico do país.

3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

O procedimento de coleta de dados envolveu duas sistemáticas específicas, a saber: análise documental e entrevistas semiestruturadas.

A análise documental é um processo que envolve a compreensão e interpretação de dados empíricos e pode ser dividido em três procedimentos distintos: “a ordenação dos dados, a classificação dos dados e a análise propriamente dita” (Minayo, 2007, pg. 27). A análise documental é o exame, a interpretação e a organização de informações contidas em documentos para compreender contextos, padrões e significados relevantes (Minayo, 2007).

No que se refere à análise documental foram utilizados relatórios oficiais, diretrizes e documentos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) para subsidiar a análise das políticas públicas de educação financeira. Esses documentos proporcionaram informações complementares e relevantes sobre as estratégias, objetivos e desdobramentos dessas políticas, bem como, sobre seus princípios.

A ENEF oferece uma visão detalhada das estratégias, metas e ações específicas empreendidas pelo Brasil no campo da educação financeira. Ao examinar documentos como planos de ação, relatórios e iniciativas educacionais,

pretendeu-se compreender a orientação nacional e as soluções adaptadas ao contexto brasileiro. Para tanto, foram selecionados os seguintes documentos mapeados como relevantes:

Quadros 3 - Documentos

DOCUMENTOS QUE SERÃO ANALISADOS
Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020
Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013
Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010
Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness Recommendation Of The OCDE Council/2005
Mapeamento de iniciativas de Educação Financeira Abril/2018
Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira/2022
Estratégia Nacional De Educação Financeira (ENEF)
Recommendation of the Council on OCDE Legal Instruments Financial Literacy/2022
Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira/2012
Plano Diretor ENEF
Financial Literacy and Consumer Protection: Overlooked Aspects of the Crisis/OCDE 2009
Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais/BACEN,2013

Fonte: Elaboração própria (2023).

A incorporação de documentos internacionais assume um papel significativo, o que evidencia a marcante influência exercida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no processo de formulação e implementação dessas políticas. Ao combinar esses conjuntos de documentos, a pesquisa examinou as convergências e discrepâncias entre as estratégias nacionais e as recomendações internacionais. O quadro a seguir indica tal perspectiva:

Quadro 4 - Origem dos documentos

DOCUMENTOS NACIONAIS	DOCUMENTOS INTERNACIONAIS
Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010	Recommendation Of The OCDE Council/2005
Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013	
Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020	
Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira/2012	Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness
Mapeamento de iniciativas de Educação Financeira Abril/2018	Recommendation of the Council on OCDE Legal Instruments Financial Literacy/2022
Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira/2022	Financial Literacy and Consumer Protection: Overlooked Aspects of the Crisis/OCDE 2009
Estratégia Nacional De Educação Financeira (ENEF)	
Plano Diretor ENEF	
Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais/BACEN,2013	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Além da pesquisa documental, o estudo focou também nas entrevistas semiestruturadas realizadas com organizações responsáveis pela implementação da ENEF, obedecendo à composição e estrutura da mesma.

Dentre os sujeitos da pesquisa, aceitaram participar os representantes de dois organismos reguladores relativo ao mercado financeiro. Para complementar a análise, foi incluído um docente que atua nas iniciativas de Educação Financeira, e apesar de não representar diretamente os órgãos vinculados à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), desempenha um papel relevante na implementação da estratégia, trazendo uma perspectiva diferenciada e enriquecedora ao estudo.

As entrevistas foram conduzidas de forma semiestruturadas para permitir a exploração aprofundada das perspectivas, motivações e desafios enfrentados por esses atores políticos em relação às políticas de educação financeira. Perguntas abertas foram formuladas com base nos objetivos da pesquisa, permitindo que os entrevistados expressassem suas opiniões, experiências e conhecimentos sobre o tema em estudo. As entrevistas foram gravadas e transcritas para uma análise mais detalhada dos dados. Para tanto, foi utilizado roteiro de entrevista, inicialmente contendo as questões elaboradas no Apêndice A e o mesmo foi elaborado a partir dos estudos de Soares (2017). A conjugação dessas metodologias permitiu explorar os principais atores políticos envolvidos, suas racionalidades e intencionalidades.

Para tanto, como possibilidade de análise dos dados, considerou-se a análise de conteúdo um referencial pertinente. De acordo com Bardin:

A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 2011, p.44).

A análise de conteúdo tem como seu principal componente o sentido das palavras e da interpretação das sentenças e dos enunciados, ou seja, tem o objetivo de compreender o verdadeiro significado de um texto. Além disso, tal perspectiva analítica considera oportuna a definição de categorias *a priori* ou *a posteriori*. Inicialmente, são consideradas duas categorias *a priori*: 1) Elementos de Caracterização da Estratégia da Educação Financeira e 2) Racionalidades e Intencionalidades Orientadoras das Políticas Públicas de Educação Financeira.

Na primeira categoria, foram identificados elementos que caracterizam a estratégia da Educação Financeira, como seus objetivos, abrangência, metodologias e principais ações. Esses elementos fornecerão uma visão geral sobre como a Educação Financeira é concebida e implementada no contexto brasileiro contemporâneo.

Na segunda categoria, foram identificados aspectos que revelam racionalidades e intencionalidades presentes nas políticas públicas de educação financeira, incluindo perspectivas, motivações e interesses dos atores políticos envolvidos na formulação e implementação dessas políticas, bem como a influência de organismos internacionais e de entidades da sociedade civil.

Contudo, é importante ressaltar as possibilidades relativas às categorias emergentes, suscitadas pela pesquisa de campo. Por meio dessa análise detalhada e cuidadosa, a pesquisa buscou responder às questões de pesquisa e forneceu compreensões significativas sobre as políticas públicas de educação financeira no contexto brasileiro contemporâneo, contribuindo para um entendimento mais abrangente e crítico dessas políticas e suas implicações para a sociedade brasileira.

Diante dessas compreensões, a educação financeira no Brasil foi avaliada à luz de suas racionalidades e intencionalidades, questionando a adequação das abordagens atualmente empregadas.

Outra ressalva diz respeito ao comprometimento ético da pesquisa, no sentido de esclarecer que a mesma foi submetida ao Comitê de Ética da UTFPR e utilizou os termos necessários de Consentimento e Livre Esclarecido.

4 ANÁLISE DE DADOS: PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISES

Nessa seção, serão apresentados os principais resultados obtidos a partir da discussão dos dados coletados e que envolveram, especialmente, a análise documental, entrevistas e análise de iniciativas vinculadas à ENEF.

Para tanto, são retomadas as duas principais categorias analíticas anteriormente descritas. Assim, a primeira categoria buscou delinear os elementos centrais que compõem a estratégia da Educação Financeira, destacando seus objetivos, abrangência, metodologias e principais ações. Essa abordagem oferece uma visão geral de como a Educação Financeira é estruturada e aplicada no contexto brasileiro contemporâneo.

Por sua vez, a segunda categoria explora os aspectos que revelam as racionalidades e intencionalidades subjacentes a essas políticas, abrangendo as perspectivas, motivações e interesses dos atores políticos envolvidos, além da influência de organismos internacionais e de entidades da sociedade civil na formulação e implementação dessas políticas.

4.1 Emergência e estrutura da educação financeira no contexto das políticas públicas

A temática da Educação Financeira emergiu como uma necessidade em meio a uma série de transformações socioeconômicas que moldaram o cenário financeiro contemporâneo. Contudo, apesar das manifestações discursivas apontarem sua relevância, são apontados também contradições na sua implementação e adoção. Uma das principais justificativas para a existência da ENEF encontrou como principal aspecto convergente a crescente complexidade do ambiente financeiro global. Deste modo, há a construção de racionalidades que se apoiariam na globalização e no avanço tecnológico, que repercutiriam em mercados financeiros que se tornam mais complexos e interconectados, demandando dos indivíduos uma compreensão mais profunda de conceitos financeiros básicos, como investimentos, crédito e poupança, ressaltando a dificuldade dos cidadãos em se familiarizarem com eles (Arruda, 2019).

Para os autores, desde diferentes tipos de empréstimos até opções de investimento sofisticadas, os consumidores estariam enfrentando um desafio

crescente para entender as características e os riscos associados a esses produtos, onde a falta de conhecimento nesse sentido pode levar a decisões financeiras prejudiciais e até mesmo ao endividamento excessivo (Monteiro; Silva, 2023).

Além disso, outras intenções também são apontadas, tais como a necessidade da constituição de novos produtos e materiais de orientação à população. Como aponta Paiva (2016) existiria uma escassez de produtos financeiros adequados e o desenvolvimento de materiais educacionais limitados e ineficientes de programas de educação financeira. Da mesma forma, a falta de comprometimento e coordenação entre os diferentes atores envolvidos na sua promoção poderia levar à fragmentação e inconsistência das iniciativas implementadas.

Ao se debruçar em torno de racionalidades e intencionalidades da ENEF, não se pode desconsiderar, a partir dos materiais analisados, outra dimensão explorada por atores relevantes do segmento. Para os mesmos, a ENEF também é elemento estratégico para enfrentar o que denominam como barreiras culturais e sociais relativas ao dinheiro. Tal aspecto dialoga com situações relativas ao estigma em torno do dinheiro, tabus sobre a discussão de assuntos financeiros e da falta de confiança nas instituições financeiras que podem impedir a adesão aos programas de educação financeira.

Logo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) passa a ser percebida como um avanço na promoção da educação financeira no Brasil, sendo caracterizada não apenas como um conjunto de diretrizes, mas também como um sistema abrangente de políticas e práticas coordenadas pelo governo que fornece informações financeiras básicas, abrangendo uma gama diversificada de atividades e iniciativas destinadas a capacitar os cidadãos em todas as faixas etárias e camadas sociais (Forte, 2021).

De acordo com os documentos verificados, a ENEF informa que abrange uma série de ações que visam não apenas aumentar o conhecimento financeiro da população, mas também promover uma mudança de comportamento em relação às finanças pessoais e ao consumo. Por meio de campanhas de conscientização, programas de capacitação de educadores e desenvolvimento de materiais educacionais, a estratégia busca alcançar desde crianças em idade escolar até adultos em diferentes estágios da vida (Brasil, 2020).

Outro argumento diz respeito ao endividamento da população brasileira. Um dos principais objetivos mencionados pela ENEF é prevenir o superendividamento, um problema crescente e produtor de sérias consequências econômicas e sociais. Ao capacitar os cidadãos a tomar decisões financeiras mais informadas e conscientes, a estratégia visa reduzir a incidência de endividamento excessivo e promover uma cultura de consumo responsável e sustentável (Pereira et al., 2022).

Contudo, como aponta Britto (2012), novamente aqui reside uma contradição significativa. Em suas análises, os documentos orientadores da ENEF estariam a produzir elementos de efeito duplo: o primeiro estaria preocupado na inserção de uma população cada vez maior junto ao sistema financeiro, ao mesmo tempo, em que a escassez de recursos decorrente seria o principal elemento de exclusão financeira. Por um lado, a ENEF visa aumentar a inclusão financeira ao promover o acesso a serviços como contas bancárias, cartões de crédito e outros produtos financeiros com o objetivo de ampliar o acesso e a participação no sistema financeiro. Por outro lado, a realidade enfrentada por muitos brasileiros é marcada pela falta de recursos financeiros, onde essa escassez não apenas dificulta o acesso a esses serviços, mas também se torna um obstáculo à inclusão financeira. Ou seja, os indivíduos que mais necessitam de acesso a serviços financeiros são frequentemente os que menos podem se beneficiar deles devido à sua situação econômica precária.

Entretanto, verifica-se que a mesma passou por alterações em sua estruturação. A mudança na sua estrutura foi motivada pela necessidade de uma abordagem mais eficaz e abrangente para lidar com os desafios financeiros enfrentados pela população. O Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF), apesar de sua importância, pode ter sido considerado menos flexível ou menos capaz de lidar com as demandas em evolução nesse campo. A atualização da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a criação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) representa uma resposta a esses desafios, buscando uma coordenação mais eficaz entre os diferentes órgãos e entidades envolvidos na promoção da educação financeira (Brasil, 2020).

Essa reestruturação também pode refletir uma mudança na compreensão do papel do governo e da sociedade na promoção da educação financeira, reconhecendo a necessidade de uma abordagem mais colaborativa e integrada para enfrentar questões como superendividamento, falta de conhecimento financeiro e

consumo irresponsável. O FBEF surge alinhado aos novos princípios e diretrizes da ENEF, que priorizam a atuação contínua em âmbito nacional, a busca pelo interesse público, a disseminação por meio de informação, formação e orientação, o estabelecimento de parcerias público-privadas, a avaliação sistemática das ações e a proibição de oferta de produtos durante atividades educativas (Brasil, 2020).

Percebe-se então que a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) busca transferir a responsabilidade pela administração financeira para a população, aliviando o Estado de algumas de suas obrigações, promovendo a ideia de que os cidadãos devem tomar decisões financeiras conscientes, enquanto se preparam para atender às exigências do mercado. Ao mesmo tempo, transforma as pessoas em potenciais clientes de instituições financeiras, como bancos, que lucram com o consumo e a poupança. Essa abordagem reflete uma lógica neoliberal que procura transformar a educação em um meio para moldar indivíduos mais governáveis economicamente, com o objetivo de que os cidadãos adotem comportamentos que minimizem os riscos para o Estado, reduzindo sua dependência de serviços sociais. Isso se alinha a uma visão governamental que coloca a economia e a população no centro, promovendo à autogestão e a adaptação às mudanças do mercado. Entretanto, há um paradoxo nessa abordagem, pois ao tentar aliviar o Estado, o neoliberalismo acaba transformando serviços sociais essenciais, como educação e saúde, em mercadorias, deslocando-os da esfera social para a lógica do mercado, o que pode enfraquecer a qualidade e o acesso a esses serviços (Abreu, 2015).

Juntamente com a atualização da ENEF, foram definidas diretrizes que abordam temas como governança, planejamento estratégico, medição de resultados, liderança, elaboração de planos de ação, reconhecimento de iniciativas externas, comunicação eficaz e prestação de contas transparente. Nesse contexto, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) passa a fazer parte da promoção da cidadania financeira, integrando-se à nova abordagem da ENEF para difundir conhecimentos sobre previdência, seguros e finanças (Brasil, 2020).

A governança da ENEF, agora conduzida pelo FBEF, reflete uma coalizão de entidades, composta exclusivamente por órgãos públicos, como o Banco Central (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Secretaria de Previdência (SPP), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP),

a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e o Ministério da Educação (MEC). De acordo com a ENEF (2022) essa mudança foi realizada com o objetivo de fortalecer a coordenação e a eficácia das suas ações, garantindo uma abordagem alinhada aos interesses públicos no desenvolvimento e promoção da educação financeira no país. Dessa maneira, a Educação Financeira pode ser entendida como uma estratégia do Estado para direcionar os cidadãos, substituindo as formas tradicionais de proteção social, enfatizando o comportamento individual e reduzindo a capacidade da classe trabalhadora de resistir e contestar o neoliberalismo. Seria uma abordagem mais ampla de controle social, que procuraria promover maior conformidade entre os indivíduos, enfraquecendo sua disposição para se opor às condições estabelecidas (Saraiva, 2017).

A criação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) foi estabelecida com o objetivo de integrar a educação financeira com outras iniciativas governamentais visando alcançar seus objetivos de forma mais abrangente, entretanto a eficácia da ENEF e de outras políticas públicas relacionadas à educação financeira depende da avaliação contínua de seu impacto, sendo necessário medir os resultados alcançados, como o aumento do conhecimento financeiro, a redução do endividamento excessivo e o aumento da capacidade de poupança, permitindo identificar áreas de melhoria e oportunidades para aprimorar a integração e eficácia das políticas existentes (Brasil, 2020).

O quadro a seguir apresenta alguns argumentos que auxiliam a compreender os delineamentos acerca das racionalidades e intencionalidades no âmbito da estratégia da educação financeira, destacando motivações e objetivos subjacentes a essas iniciativas.

Quadro 5 – Contextos e argumentos das políticas públicas de educação financeira

Elemento das Políticas Públicas	Contextos	Argumentos
Necessidade de Abordagem Colaborativa e Integrada	A complexidade do ambiente financeiro global e os desafios financeiros enfrentados pela população exigem uma abordagem mais colaborativa e integrada.	Promover a coordenação eficaz entre diferentes órgãos e entidades para enfrentar questões como superendividamento, falta de conhecimento financeiro e consumo irresponsável.
Prevenção do Superendividamento e Promoção do Consumo Responsável	O superendividamento é um problema crescente com sérias consequências econômicas e sociais.	Capacitar os cidadãos a tomar decisões financeiras mais informadas e conscientes, promovendo uma cultura de consumo responsável e sustentável.
Criação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF)	A necessidade de uma estrutura mais eficaz para coordenar as ações da ENEF.	Fortalecer a coordenação e a eficácia das ações da ENEF, garantindo uma abordagem alinhada aos interesses públicos no desenvolvimento e promoção da educação financeira no país.
Integração com Outras Políticas Públicas	A educação financeira deve ser integrada com outras iniciativas governamentais para alcançar seus objetivos de forma mais abrangente.	Integrar a educação financeira com programas de assistência social, proteção ao consumidor e outras medidas governamentais para promover a conscientização e o conhecimento financeiro.
Influência de Organismos Internacionais e Entidades da Sociedade Civil	A globalização e o avanço tecnológico exigem que as políticas públicas sejam informadas por melhores práticas internacionais.	Alinhar as políticas de educação financeira com os princípios e diretrizes internacionais, promovendo uma abordagem transparente, colaborativa e eficaz.
Avaliação Contínua e Melhoria das Políticas	A eficácia das políticas públicas de educação financeira depende da avaliação contínua de seu impacto.	Medir os resultados alcançados, como o aumento do conhecimento financeiro, a redução do endividamento excessivo e a capacidade de poupança, permitindo identificar áreas de melhoria e oportunidades para aprimorar a integração e eficácia das políticas existentes.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Apesar dos esforços para promover uma maior compreensão financeira e prevenir o superendividamento, as políticas públicas de educação financeira, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), enfrentam limitações que merecem atenção e embora a intenção de capacitar os cidadãos com conhecimento

financeiro seja válida, há desafios e contradições significativas que precisam ser abordados.

Alguns estudiosos argumentam que a racionalidade completa nem sempre domina as decisões financeiras pessoais e isso ocorre porque tomar uma decisão financeira exige raciocínios lógicos complexos e envolve variáveis subjetivas, como foco, esforço, insegurança e autocontrole. Assim, as decisões financeiras são influenciadas por aspectos emocionais e psicológicos, dificultando o pleno controle pessoal e o domínio técnico das informações disponíveis, por essa razão o comportamento real das pessoas na tomada de decisões financeiras está longe da ideia teórica de racionalidade plena, que pressupõe que os indivíduos absorvem completamente todas as informações e habilidades disponíveis sendo necessário considerar uma variedade de elementos que influenciam essas decisões (Pereira, 2021).

(...) a educação financeira convencionalmente tratada pela ENEF não tem condições de atender ao objetivo geral proposto, porque, ainda que consiga suprir a grande lacuna de habilidades, técnicas e informações requeridas para uma boa relação pessoal com o sistema financeiro, é incapaz de lidar com a natureza das emoções e dos vieses comportamentais das decisões pessoais, conforme descrito pelos economistas comportamentais (Pereira, 2021 pg.2).

Um problema notável é a ausência de políticas efetivas voltadas para questões estruturais de trabalho e renda, pois sem uma abordagem sólida para melhorar as condições de trabalho e garantir uma renda adequada, muitos cidadãos continuam a enfrentar dificuldades financeiras que não são completamente resolvidas apenas com educação financeira, já que sem um suporte sistêmico para essas questões, a capacidade dos indivíduos de gerenciar suas finanças pode ser limitada. Além disso, há uma tendência de culpabilização dos indivíduos por suas dificuldades financeiras que ignora frequentemente fatores estruturais e socioeconômicos que afetam a situação financeira das pessoas. Para ser eficaz, a educação financeira deve ir além da capacitação individual e também abordar as causas subjacentes dos problemas financeiros, oferecendo suporte que considere essas complexidades.

Um dos argumentos é que a educação financeira é promovida como uma ideologia que serve ao processo de acumulação e reprodução do capital, sendo apresentada como uma parte natural do cotidiano, em vez de uma imposição da

classe dominante. Para ser eficaz, a educação financeira deve influenciar a subjetividade dos indivíduos, incentivando características que atendam às demandas do mercado já que essa abordagem neoliberal propaga a ideia de que a adaptabilidade individual é a chave para o sucesso, desconsiderando fatores estruturais como desemprego e a diminuição das políticas sociais. As iniciativas da ENEF buscam moldar os indivíduos para serem resilientes e empreendedores, mas ao mesmo tempo, parecem ignorar as crises estruturais do capital (Souza; Gawryszewski, 2024).

O foco predominante em crédito e produtos financeiros nas iniciativas de educação financeira também é outro argumento que pode desviar a atenção de outras áreas importantes, como o planejamento familiar, e embora a identificação com produtos financeiros ainda possa não ser plenamente expressiva, as mensagens publicitárias das instituições financeiras frequentemente associam o consumo de seus produtos a imagens de consumidores financeiramente realizados, que parecem ter alcançado seus sonhos de consumo (Britto, 2012).

A integração das políticas de educação financeira com outras iniciativas governamentais muitas vezes pode ser superficial, pois embora a coordenação com programas de assistência social e outras medidas seja um objetivo declarado, a prática pode não refletir uma integração eficaz. Para que essas políticas tenham um impacto real, é necessário um esforço contínuo para garantir que se complementem e contribuam de maneira efetiva para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. Adicionalmente, as avaliações das políticas muitas vezes se concentram em métricas de curto prazo, como o aumento imediato do conhecimento financeiro, sem considerar o impacto sustentável e a longo prazo pois medir a eficácia das políticas de maneira mais abrangente pode ajudar a identificar áreas de melhoria e aprimorar a integração e a eficácia das políticas existentes.

A análise desta seção sobre a emergência e a estrutura da educação financeira no contexto das políticas públicas evidenciou como as abordagens e estratégias adotadas ao longo do tempo têm moldado o panorama atual da educação financeira e suas implicações para os cidadãos.

Na próxima seção, será realizada a análise das principais iniciativas de educação financeira, com o objetivo de aprimorar a pesquisa ao explorar mais profundamente as racionalidades e intencionalidades que orientam as políticas públicas de educação financeira.

4.2 Principais iniciativas de educação financeira

Nesta seção, será conduzida uma análise detalhada das principais iniciativas de educação financeira. Essa análise tem como objetivo complementar os resultados obtidos na revisão de documentos e nas entrevistas realizadas, proporcionando uma visão mais abrangente do tema. Ao explorar as iniciativas mais relevantes, busca-se enriquecer a discussão sobre as políticas de educação financeira, examinando não apenas suas racionalidades e intencionalidades, mas também o impacto e a eficácia dessas ações na prática.

Com o propósito de elaborar a Estratégia Nacional de Educação Financeira, o COREMEC, que reunia os quatro principais órgãos reguladores do Sistema Financeiro Nacional (Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, e Superintendência de Seguros Privados), estabeleceu um grupo de trabalho em 2007, denominado "Grupo de Trabalho do COREMEC", por meio da Deliberação nº 3, de 06 de julho de 2007. Esse grupo elaborou um esboço da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2009, o qual foi validado pelos quatro reguladores que compunham o COREMEC e em dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.397 formalizou a ENEF e criou o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) (Brasil, 2010).

Em 2020, ocorreu uma atualização instituindo a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) para garantir a continuidade da eficácia e relevância das iniciativas de promoção da educação financeira. Essas atualizações foram necessárias para alinhar a estratégia com as demandas e desafios contemporâneos da sociedade brasileira, além de fortalecer as ações e políticas relacionadas à educação financeira, possibilitando a incorporação de novos conhecimentos, práticas e tecnologias que podem aprimorar a eficácia das iniciativas de educação financeira em todo o país (Brasil, 2020).

A governança da ENEF é conduzida pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), integrado por Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON); e Ministério da Educação (MEC).

A presidência do Fórum é rotativa e alternada a cada 24 meses. Iniciada pelo BACEN em 2020, com a CVM assumindo o cargo em 2022 até junho de 2024, quando a presidência passou para a SUSEP. A nova ENEF, instituída junto com o FBEF, foca em iniciativas, projetos e programas realizados pelos integrantes do Fórum, tanto individualmente quanto em parcerias com instituições públicas, privadas ou do terceiro setor.

Quadro 6 - Princípios e diretrizes da nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

Princípios	Diretrizes
Atuação permanente e em âmbito nacional	Governança e coordenação
Prevalência do interesse público	Planejamento e articulação
Atuação por meio de informação, formação e orientação	Ciclos de mensuração e mapeamento
Formação de parcerias com órgãos públicos e privados	Liderança e orientação em educação financeira
Avaliação e revisão das ações implementadas	Plano de ação
Proibição de oferta de produtos e serviços nas ações de educação financeira	Reconhecimento de ações de terceiros
	Comunicação e prestação de contas

Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto nº 10.393/2020.

É importante reconhecer que, embora esses órgãos e entidades tenham objetivos comuns relacionados à promoção da educação financeira, nem sempre trabalham de forma integrada ou coordenada. Na prática, a colaboração entre esses órgãos pode ser limitada devido a uma série de fatores, incluindo diferenças de agendas, prioridades e recursos disponíveis. Embora haja instâncias em que esses órgãos possam interagir ou colaborar em iniciativas específicas, como campanhas de conscientização ou eventos educacionais, é possível que nem sempre exista uma comunicação ou uma estratégia conjunta para abordar questões de educação financeira de maneira abrangente e coordenada.

Saraiva (2017) sugere que a Educação Financeira funciona como uma forma de governança sobre a vida, em que o Estado adota um papel de orientador, substituindo as tradicionais formas de proteção social. Essa abordagem faz parte de um conjunto de estratégias utilizadas pelas estruturas de poder, cujo objetivo é reduzir a capacidade de ação política dos indivíduos, ao mesmo tempo em que promove sua adaptação às condições sociais vigentes, sem a necessidade de imposições disciplinares.

4.2.1 Resultados PISA 2022 de Educação Financeira

Em 2022, o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) foi conduzido em um contexto global de recuperação pós-pandemia da COVID-19, envolvendo 81 países membros e parceiros da OCDE com aproximadamente 29 milhões de alunos avaliados mundialmente. Verifica-se que cerca de 100.000 participaram especificamente da avaliação de literacia financeira que tem como objetivo avaliar a capacidade dos alunos de enfrentar desafios financeiros futuros e mostrar a educação financeira como uma habilidade para o desenvolvimento pessoal e profissional. Esse relatório é o primeiro estudo em grande escala a coletar dados sobre o desempenho, o bem-estar e a equidade dos alunos antes e depois da pandemia sobre educação financeira (OCDE, 2022).

Para Somavilla et al. (2016, pg.10) literacia financeira “envolve a compreensão e a aplicação eficaz de conceitos financeiros básicos, como planejamento, orçamento, poupança e investimento, para tomar decisões financeiras informadas e responsáveis”.

(...) termo literacia é pouco utilizado no Brasil e é definido pela capacidade de usar a leitura e a escrita para desenvolver as potencialidades individuais, como forma de obter conhecimentos e participar ativamente na sociedade (Somavilla; Silva; Bassoi, 2016, pg. 02).

Apesar dos esforços, houve um declínio sem precedentes no desempenho médio em matemática, leitura e ciências. Embora parcialmente atribuído à pandemia, o estudo revelou tendências negativas pré-existentes em várias economias, exigindo uma análise cuidadosa sobre o impacto das políticas educacionais e tecnológicas. No contexto brasileiro, assim como em outros países, houve uma queda no desempenho acadêmico, refletindo preocupantes tendências já observadas antes da pandemia.

O relatório PISA 2022 também aponta a importância crescente da tecnologia na educação, com resultados mostrando que alunos que utilizaram tecnologias educacionais de forma construtiva obtiveram melhores desempenhos acadêmicos. No entanto, o uso excessivo de tecnologia para fins não instrucionais mostrou correlações negativas, evidenciando a necessidade de estratégias equilibradas de integração digital nas escolas (OCDE, 2022).

Tabela 6 - Desempenho dos países em educação financeira

Categoria	País	Desempenho Educação Financeira
Acima da Média OCDE	Bélgica	527
	Dinamarca	521
	Canadá	519
	Holanda	517
	Republica Tcheca	507
	Áustria	506
	Polônia	506
	Estados Unidos	505
Média OCDE		498
Abaixo da Média OCDE	Noruega	489
	Portugal	486
	Hungria	492
	Espanha	486
	Itália	484
	Emirados Árabes	441
	Bulgária	426
	Peru	421
	Costa Rica	418
	Brasil	416
	Arábia Saudita	412
	Malásia	406

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Resultados PISA 2022, pg. 23.

O Brasil obteve uma pontuação média de 416 pontos no desempenho em educação financeira, posicionando-o abaixo da média da OCDE que é de 498 pontos, sendo um dos últimos na classificação e a diferença de desempenho entre meninas e meninos foi de 05 pontos, com meninas apresentando um desempenho ligeiramente superior (PISA, 2022).

Houve uma significativa disparidade no desempenho entre estudantes socioeconomicamente mais favorecidos e desfavorecidos. Com uma diferença média de 86 pontos entre esses grupos, estudantes provenientes de famílias mais favorecidas socioeconomicamente obtiveram pontuações superiores em comparação aos estudantes de famílias menos favorecidas.

Cerca de 45,1% dos estudantes brasileiros foram classificados como de baixo desempenho (abaixo do Nível 2), enquanto 2,0% foram identificados como de alto desempenho (Nível 5). O índice de 9,4% na variação socioeconômico para o Brasil significa que cerca de 9,4% da variação observada no desempenho dos estudantes em educação financeira pode ser atribuída às diferenças no status econômico, social e cultural dos alunos, representado pelo índice ESCS (Economic, Social and Cultural Status). Em outras palavras, essa métrica indica até que ponto fatores socioeconômicos influenciam as habilidades em educação financeira dos

estudantes brasileiros avaliados pelo PISA 2022, onde quanto maior o índice, maior a influência desses fatores na disparidade de desempenho entre os alunos.

Tabela 7 - Comparação de desempenho em educação financeira

País	Pontuação Média	% de Baixo Desempenho	% de Alto Desempenho	Diferença de Desempenho entre Meninas e Meninos	Diferença de Desempenho entre Estudantes Socioeconomicamente Favorecidos e Desfavorecidos	% Força do Gradiente Socioeconômico
Brasil	416	45,1%	2,0	5	86	9,4%
Peru	421	41,9%	1,0	-5	105	18,9%
Costa Rica	418	43,0%	1,3	-7	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados PISA (2022).

O Brasil está em uma posição relativamente desfavorável em comparação a outros países da América do Sul, como o Peru e a Costa Rica, em termos de educação financeira, apresentando uma pontuação média mais baixa e uma maior proporção de estudantes de baixo desempenho.

A diferença de desempenho entre estudantes favorecidos e desfavorecidos é alta, embora menor do que a observada no Peru. Além disso, a força da variação socioeconômico é menor no Brasil, o que indica que, apesar das disparidades, o status socioeconômico explica uma proporção menor da variação no desempenho em comparação ao Peru. A Costa Rica, embora tenha dados limitados disponíveis, demonstra um perfil de desempenho intermediário.

Tabela 8 - Comparação de desempenho Brasil X OCDE

Categoria	Média OCDE	Brasil
Pontuação	498	416
Desempenho por gênero	-5	5
Disparidades Socioeconômica	87 pontos	86 pontos
Alunos de baixo desempenho	17,9%	45,1%
Alunos de alto desempenho	10,6%	2,0%
Impacto socioeconômica no desempenho	11,6%	9,4%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados PISA (2022).

As diferenças entre os dados do Brasil e a média da OCDE em educação financeira revelam disparidades significativas, em termos de pontuação média. O Brasil está substancialmente abaixo da média da OCDE, com uma diferença de 82 pontos, indicando um desafio que pode afetar a preparação dos estudantes em habilidades financeiras essenciais em comparação com outros países mais bem colocados.

O Brasil apresenta uma diferença positiva de 05 pontos no desempenho entre meninas e meninos, sugerindo que as meninas têm um desempenho ligeiramente melhor em educação financeira comparado aos meninos. Entretanto, as disparidades socioeconômicas são marcantes, com uma diferença de 86 pontos entre estudantes mais favorecidos e menos favorecidos e embora menor que a média da OCDE nesse aspecto, ainda representa um grande desafio em termos de equidade educacional.

A proporção de alunos de baixo desempenho no Brasil é substancialmente maior do que a média da OCDE (45,1% contra 17,9%), enquanto a proporção de alunos de alto desempenho é consideravelmente menor (2,0% contra 10,6%), sugerindo uma distribuição desigual de habilidades financeiras entre os estudantes brasileiros, com uma parcela significativa de alunos apresentando dificuldades nessa área. A força do impacto socioeconômico, que indica a influência do status econômico, social e cultural dos alunos no desempenho em educação financeira, também é menor no Brasil (9,4%) em comparação com a média da OCDE (11,6%). Esses dados destacam a necessidade de políticas públicas mais focadas em melhorar a educação financeira no Brasil, visando reduzir as disparidades de desempenho entre diferentes grupos socioeconômicos e aumentar a preparação geral dos estudantes nessa área (OCDE, 2022).

Muitas estratégias nacionais de educação financeira em diversos países identificam especificamente os estudantes como seus principais grupos alvo e apoiam a introdução da educação financeira nas escolas. A Recomendação da OCDE sobre Educação Financeira aconselha os países a "tomar medidas para desenvolver a educação financeira desde a idade mais precoce possível e continuar ao longo da vida" (OCDE, 2020).

Um número crescente de países ensina educação financeira nas escolas, embora a extensão e a natureza desse ensino variem e geralmente integram a educação financeira em outras disciplinas e cursos existentes, em vez de introduzir uma disciplina adicional. Mais países estão ensinando educação financeira nas escolas do que quando a primeira avaliação de alfabetização financeira do PISA foi realizada em 2012.

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definida pelo Ministério da Educação inclui a educação financeira como um tema transversal obrigatório, a ser integrado em outras disciplinas obrigatórias. O Banco Central do Brasil

desenvolveu um programa chamado "Aprender Valor" para apoiar escolas e professores a ensinarem efetivamente tópicos de educação financeira, incluindo o desenvolvimento de uma estrutura de competências financeiras para a educação primária e secundária e de recursos de ensino prontos para uso, para apoiar a integração da educação financeira em disciplinas obrigatórias, como matemática, língua portuguesa e ciências humanas (OCDE, 2022).

Quadro 7 - Ensino da educação financeira em diferentes países

País	Educação Financeira
Áustria	Integrada em "Economia: experiência e aprendizado" (pré-primário e primário) e "Geografia e Economia" e "Pessoas e Sociedade" (5º ao 12º ano).
Bélgica	Ensinada nas escolas primárias como parte de "Matemática" e "Pessoas e Sociedade". Obrigatória para crianças no 1º e 3º ano do Ensino Secundário (12 a 18 anos).
Brasil	Incluída como tema transversal obrigatório na Base Nacional Comum Curricular. Programa "Aprender Valor" apoia escolas e professores implementado em mais da metade dos municípios.
Bulgária	Ensinada dentro de diferentes disciplinas obrigatórias, como tecnologia e empreendedorismo, matemática, geografia e economia, tecnologia da informação e educação cívica.
Canadá	Integrada no currículo em várias províncias, ensinada através de atividades extracurriculares.
Costa Rica	Obrigatória e integrada desde o ensino pré-primário até o ensino secundário como parte da disciplina "Educação para a vida doméstica".
República Tcheca	Integrada como tópico transversal no currículo do ensino secundário na disciplina "Pessoas, Estado e Economia".
Dinamarca	Incluída na disciplina de estudos sociais e na área de conhecimento e habilidades de "Finanças Pessoais e Comportamento do Consumidor".
Hungria	Integrada em disciplinas obrigatórias como matemática, estudos ambientais e tecnologia e design. Ensinada como disciplina autônoma opcional chamada "Finanças dos Cidadãos".
Malásia	Integrada no currículo para crianças de 3 a 17 anos. Manual de educação financeira disponível.
Noruega	Parte do currículo de matemática e estudos sociais para escolas primárias, secundárias inferiores e superiores.
Peru	Incluída no currículo desde 2016, integrada nos cursos obrigatórios de "Individual Social" (primário) e "Ciências Sociais" (secundário).
Polônia	Integrada nas disciplinas do currículo básico para a educação primária. Incluída na disciplina obrigatória "Negócios e Gestão" no ensino secundário.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados PISA (2022).

A análise dos métodos de ensino da educação financeira em diferentes países mostra que o Brasil tem adotado diversas estratégias, mas ainda enfrenta desafios em relação a outras nações. A inclusão da educação financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica uma tentativa de integrar esse conhecimento em múltiplas disciplinas. Contudo, é preocupante que tal aspecto tenha ganho tamanha prioridade, pois a curricularização por si só não resolverá os problemas estruturais que afetam o país. A inclusão de temas

financeiros pode parecer um avanço, mas corre o risco de se tornar mais um item superficial no currículo, sem um impacto real na vida dos alunos, especialmente daqueles em situações de maior vulnerabilidade.

A mera inserção de conteúdos de educação financeira nas disciplinas tradicionais não aborda questões fundamentais, como a desigualdade de acesso a recursos, a falta de formação adequada dos professores, e a ausência de um apoio contínuo para que os alunos apliquem esse conhecimento em seu cotidiano. Além disso, a ênfase excessiva na curricularização pode desviar a atenção das verdadeiras necessidades, como a criação de políticas públicas mais inclusivas e a promoção de um ambiente econômico que permita aos cidadãos praticar o que aprendem.

O programa "Aprender Valor", desenvolvido pelo Banco Central do Brasil em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, é apresentado como uma solução para apoiar escolas e professores na implementação da educação financeira. Embora a criação de um conjunto de competências financeiras para a educação básica e a disponibilização de recursos didáticos prontos para uso sejam medidas importantes, é preciso questionar a eficácia dessas iniciativas. O fornecimento de recursos didáticos e a definição de competências são passos importantes, mas não garantem que a educação financeira será implementada de maneira eficaz em todas as escolas. Existem questões mais profundas que não são abordadas como a falta de formação específica e contínua para os professores, a adaptação dos materiais às realidades diversas das escolas e a integração verdadeira desse conhecimento no cotidiano dos alunos.

Comparando com outros países, como a Áustria, onde a educação financeira é parte integrante do currículo desde a educação pré-primária, o Brasil tem espaço para melhorias, especialmente em termos de alcance. A experiência de Portugal, que tornou a educação financeira obrigatória dentro de um programa mais amplo de "Educação para a Cidadania", também serve como um exemplo de como uma abordagem integrada pode ser eficaz.

Segundo Britto (2012) a racionalização global do comportamento econômico-financeiro pode ser vista como um elemento central de um processo mais amplo de dominação e legitimação. Esse processo não apenas padroniza práticas financeiras em todo o mundo, mas também contribui para a desconstrução de identidades nacionais ao promover um padrão identitário com características globais. Em outras

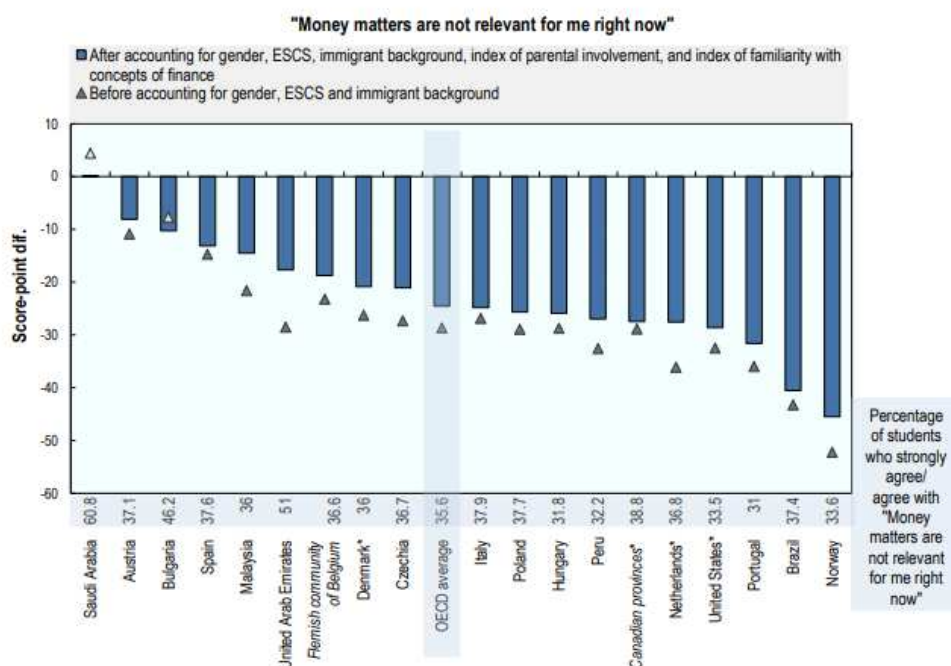
palavras, ao impor um conjunto de normas e comportamentos financeiros que transcendem fronteiras culturais e nacionais, esse processo busca criar um indivíduo financeiramente competente e homogêneo, apto a operar dentro das dinâmicas de um mercado globalizado cada vez mais interconectado e complexo. No entanto, essa aparente neutralidade esconde o fato de que, ao estabelecer padrões globais, a Educação Financeira também reforça estruturas de poder que podem servir para manter e perpetuar desigualdades. O que, à primeira vista, parece ser um esforço para empoderar indivíduos com conhecimento financeiro, pode também ser interpretado como uma estratégia para garantir a conformidade a um sistema econômico global que beneficia certas nações e classes sociais em detrimento de outras.

Dessa forma, a racionalização do comportamento econômico-financeiro vai além do simples ensino de finanças pessoais, sendo parte de uma estratégia mais abrangente que visa ajustar as práticas financeiras dos indivíduos aos interesses de um mercado globalizado. Esse alinhamento, embora tenha o potencial de fortalecer a segurança financeira individual, também atua como um mecanismo de validação e fortalecimento do próprio sistema econômico. Ao padronizar comportamentos, essa abordagem contribui para a formação de um novo modelo de governança global, que tende a minimizar as singularidades culturais e nacionais, promovendo uma identidade econômica homogênea em escala global (Britto, 2012).

O Brasil apresenta um índice de 50,8% de estudantes que concordam fortemente ou concordam com a afirmação "Eu gosto de falar sobre questões financeiras". Este índice está ligeiramente acima da média da OCDE, que é de 49,9%, entretanto, é importante contextualizar esses dados com as disparidades observadas no desempenho em literacia financeira. A diferença de 40 pontos no desempenho entre os estudantes brasileiros que consideram as questões financeiras relevantes e aqueles que não consideram é significativa, sugerindo que, no Brasil, o interesse por questões financeiras está fortemente correlacionado com um melhor desempenho em literacia financeira, ainda mais do que em muitos outros países. Entretanto, a diferença no desempenho mostra que apesar de muitos estudantes brasileiros expressarem interesse em falar sobre dinheiro, isso não se traduz diretamente em um desempenho uniforme em literacia financeira e isso pode indicar que, embora os estudantes estejam interessados, eles podem não estar

recebendo a educação financeira adequada ou suficiente para transformar esse interesse em habilidades práticas.

Figura 4 - Percentual de estudantes que concordam que falar sobre dinheiro não é relevante.



Fonte: OCDE, Resultado PISA 2022, pg.107.

No Brasil, 37,4% dos estudantes concordam fortemente ou concordam com a afirmação "Questões financeiras não são relevantes para mim no momento" e este índice está ligeiramente acima da média da OCDE, que é de 35,6%. O fato de que uma parcela significativa dos estudantes brasileiros não considera as questões financeiras relevantes pode estar contribuindo para a disparidade observada no desempenho em literacia financeira já que os estudantes que não percebem a relevância das finanças em suas vidas podem ter menos motivação para aprender e se engajar com a educação financeira, resultando em um desempenho mais fraco.

Esses resultados aparentemente contraditórios podem ser explicados pelo fato de que os dados do PISA não permitem determinar causalidade, pois pode ser que os estudantes que se interessam por questões financeiras busquem aprender sobre o assunto por diversos meios, incluindo cursos opcionais na escola que tratem de finanças pessoais, o que acaba melhorando sua literacia financeira, mesmo que não diretamente pelo ensino escolar formal, conseqüentemente mais pesquisas são necessárias para desvendar essas relações e identificar os fatores que as influenciam (OCDE, 2022).

Nesse cenário, a Educação Financeira acaba fortalecendo a ideologia neoliberal e se integrando profundamente na vida social, atuando como um meio de internalizar a lógica capitalista, promovendo valores, crenças e comportamentos que sustentam esse sistema. Esse processo é amplamente subjetivo e é moldado por fatores estruturais que orientam os indivíduos a perpetuarem as relações sociais existentes, restringindo, assim, suas capacidades de questionar ou desafiar o sistema político e econômico predominante (Sachs et al. 2023).

Figura 5 - Número de alunos que fizeram parte da avaliação de alfabetização financeira

	Number of students who were part of the financial literacy assessment (unweighted)	Number of students who were part of the financial literacy assessment (weighted)
OECD		
Austria	4 538	75 720
Flemish community of Belgium	2 735	70 626
Canadian provinces*	9 474	257 422
Costa Rica	3 279	53 068
Czechia	4 947	98 220
Denmark*	3 621	55 889
Italy	6 268	495 624
Hungary	3 690	88 268
Netherlands*	2 886	150 143
Norway	4 882	58 641
Poland	3 526	336 936
Portugal	4 075	97 702
Spain	3 789	457 980
United States*	3 206	3 504 432
Partners		
Brazil	6 477	2 290 291
Bulgaria	3 614	53 249
Peru	4 092	493 760
Malaysia	4 161	387 945
Saudi Arabia	4 119	317 128
United Arab Emirates	14 604	60 848

Fonte: OCDE, Resultado PISA 2022, pg.107.

O Brasil teve um número significativo de estudantes participando da avaliação do PISA, com 6.477 estudantes na amostra não ponderada e 2.290.291 na amostra ponderada. Comparado com outros países, o Brasil apresentou uma das maiores amostras entre os países parceiros, demonstrando um esforço para incluir uma amostra representativa de estudantes brasileiros na avaliação, refletindo a diversidade e a amplitude do sistema educacional do país.

A taxa de exclusão geral para o Brasil, levando em conta o percentual de estudantes que responderam a avaliação do PISA foi de 3,17%. Esta taxa é relativamente baixa, indicando que a maioria dos estudantes inicialmente selecionados para participar da avaliação realmente completou o teste, sugerindo que o Brasil conseguiu engajar eficazmente seus estudantes na avaliação do PISA,

minimizando a exclusão. A taxa de exclusão do Brasil é comparável à de muitos países da OCDE, como Áustria (3,98%), Bélgica (5,77%) e Polônia (4,78%) e em termos de tamanho da amostra ponderada, o Brasil destaca-se entre os países parceiros (OCDE, 2022).

Os resultados do PISA para o Brasil oferecem uma base importante para avaliar e aprimorar as políticas de educação financeira. A participação significativa dos estudantes e a baixa taxa de exclusão indicam que esses dados podem contribuir para o desenvolvimento de futuras estratégias educacionais. O envolvimento do Brasil na avaliação da literacia financeira de seus estudantes sugere um esforço para melhorar a compreensão e a gestão financeira entre os jovens brasileiros. No entanto, desafios persistem, como a necessidade de políticas públicas mais focadas e uniformemente implementadas para reduzir disparidades de desempenho e melhorar a preparação geral dos estudantes.

Embora o Brasil tenha implementado diversas iniciativas de educação financeira, os dados indicam que o país ainda está aquém de muitos de seus pares internacionais, tanto em termos de desempenho geral quanto de equidade educacional. Disparidades socioeconômicas e de gênero persistem, e muitos estudantes ainda não atingem níveis básicos de alfabetização financeira. A internalização, o processo pelo qual normas e valores externos se tornam parte da consciência e do comportamento pessoal e muitas vezes influenciado por fatores estruturais como educação e socialização, leva as pessoas a aceitar e reproduzir as relações sociais existentes, limitando sua capacidade de questionar o sistema político e econômico dominante. Nesse contexto, os sistemas de ensino desempenham um papel importante ao incorporar a educação financeira no currículo obrigatório, contribuindo para a disseminação e reforço dessa ideologia (Sachs et al. 2023).

4.2.2 Desenrola Brasil

A introdução de uma nova lei no Brasil relacionada à educação financeira levanta questões importantes sobre possíveis alterações nas políticas públicas neste campo, justificando sua menção e análise.

O Programa Desenrola Brasil entrou em vigor no dia 05 de junho de 2023 através da medida provisória nº 1.176 representando uma iniciativa do Governo

Federal com o propósito de viabilizar a renegociação de créditos inadimplentes, tendo como objetivo principal a restauração das condições de crédito para aqueles devedores que se encontram em situação negativada (Ministério da Fazenda, 2023).

O Programa de Renegociação de Dívidas do Governo Federal foi estruturado em três etapas, visando atender diversas categorias de devedores em situação de inadimplência. Na primeira etapa, iniciada em 17 de julho de 2023, o foco foi na desnegativação de dívidas de pequeno valor, destinada a quem possui dívidas bancárias negativadas em até R\$100,00 e esta fase dispensou a necessidade de ação por parte dos devedores.

Na segunda etapa, também iniciada em 17 de julho de 2023, concentrou-se na renegociação de dívidas bancárias com um limite de valor determinado, destinada a pessoas físicas com renda de até 20 mil, os interessados deveriam entrar em contato diretamente com seus respectivos bancos para dar início ao processo de renegociação (Ministério da Fazenda, 2023).

Por fim, a terceira etapa, iniciada em 02 de outubro de 2023, direcionava-se à renegociação de dívidas para quem possui renda de até 2 salários mínimos ou está inscrito no CadÚnico, com dívidas de até 5 mil e para participar, era necessário possuir conta na plataforma do governo com nível de certificação prata ou ouro e providenciar a atualização dos dados cadastrais para acessar a plataforma de renegociação de dívidas.

O programa foi prorrogado até 31 de março de 2024 e essa prorrogação abrange a faixa 1, que diz respeito às negociações realizadas diretamente na plataforma, enquanto a faixa 2, que engloba as negociações diretas com bancos e outros credores, permanece vigente até 31 de dezembro de 2024, estima-se que cerca de 12,7 milhões de pessoas serão beneficiadas com essa ampliação.

Coordenado pelo Ministério da Fazenda, o programa beneficiou aproximadamente 11 milhões de brasileiros, possibilitando a renegociação de quase R\$30 bilhões em dívidas, onde os descontos médios foram de 90% para pagamentos à vista e 85% para parcelamentos, conforme mostrado pelo Censo Nacional do Programa Desenrola Brasil. Na segunda fase do programa, iniciada em outubro de 2023, foram incluídas as renegociações de dívidas bancárias e não bancárias, como contas de luz, água, varejo e educação (Censo Nacional do Programa Desenrola Brasil, 2023).

Tabela 9 - Dados gerais

Categoria	Fase 1	Fase 2	Fase 1 e 2
Pessoas Atendidas (dívidas até R\$100,00)	07 milhões	01 milhão	08 milhões
Pessoas Atendidas (outras dívidas)	2,7 milhões	-	2,7 milhões
Dívidas Renegociadas	-	R\$5 bilhões	-
Total de Pessoas Atendidas	-	-	10,7 milhões
Total de Dívidas Renegociadas	-	-	R\$29 bilhões

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Nacional do Programa Desenrola Brasil (2023, p.02).

Os setores que lideraram o ranking de renegociações na Fase 2 foram serviços financeiros, securitizadoras e contas de luz, onde mais de 82 mil pessoas foram beneficiadas, com uma redução significativa no valor original das dívidas. A ampliação do programa permitiu que todas as dívidas na plataforma possam ser renegociadas com a opção de parcelamento, alcançando mais 7,3 milhões de dívidas que antes estavam disponíveis apenas para pagamento à vista.

Tabela 10 - Dados da fase 2

Categorias	Contratos à Vista	Contratos Parcelados
Percentual de contratos	47%	53%
Percentual de valores	21%	79%
Negociação por celular	82%	-
Negociação por computador	18%	-
Ticket Médio	R\$248,00	R\$791,00
Média de desconto	90%	85%
Pagamento por Pix	75%	-
Pagamento por boleto	25%	91%
Pagamento por débito em conta	-	9%

Fonte: Elaboração a própria do Censo Nacional do Programa Desenrola Brasil (2023, p.03 e 04).

Os dados mencionados foram revelados em 06 de dezembro de 2023 pelo Ministério da Fazenda e pela Bolsa de Valores do Brasil (B3) durante uma coletiva de imprensa realizada em Brasília, onde foram apresentados os resultados do Censo Nacional do Programa Desenrola Brasil (BACEN, 2023).

Ao implementar o Programa, o governo está proporcionando assistência à população, mas o desafio reside em como essas pessoas administrarão as parcelas das dívidas renegociadas pelo Desenrola e as novas obrigações assumidas, em outras palavras, a discussão gira em torno da capacidade delas de compreenderem suas finanças pessoais e gerenciá-las adequadamente. Considerando o perfil desse público e as conhecidas limitações estruturais da educação no Brasil, é provável que, em alguns meses, muitos indivíduos estejam novamente endividados e com registros negativos.

No ano passado, o Governo, por meio do Conselho Monetário Nacional, também fixou em 100% o teto dos juros no rotativo do cartão de crédito em resposta à falta de uma proposta concreta dos agentes financeiros, buscando reduzir o impacto das altas taxas de juros sobre os consumidores. Essa medida, agora transformada na Lei 14.690/23, impede que a dívida no rotativo do cartão de crédito exceda o dobro do valor original, representando um avanço na proteção aos consumidores. Paralelamente, foi lançado um programa de renegociação de dívidas para pessoas físicas inadimplentes, com um prazo de 90 dias para um acordo sobre a redução dos juros, porém sem sucesso (Ministério da Fazenda, 2023).

Como resultado, as instituições financeiras que não aderirem à nova regra estarão sujeitas a sanções previstas na Lei 13.506, que variam de advertências até o fechamento da empresa, refletindo a preocupação do governo em promover uma regulamentação mais rigorosa para proteger os consumidores e garantir maior transparência nas relações comerciais (Ministério da Fazenda, 2023).

O Desenrola Brasil, foi lançado com o propósito de mitigar o endividamento entre os brasileiros, principalmente os de renda mais baixa e a iniciativa, embora tenha méritos, apresenta desafios que podem limitar sua eficácia em abordar questões mais profundas de educação financeira no país.

A portaria que estabelece as diretrizes do programa aborda a renegociação de dívidas para aqueles com renda de até 2 salários mínimos, visando débitos acumulados até o ano anterior. A proposta inclui descontos e garantias de pagamento ao Tesouro Nacional, com um foco particular em dívidas de até R\$5 mil, visando aliviar a situação financeira de um amplo grupo de pessoas, especialmente diante das dificuldades econômicas enfrentadas (Censo Nacional do Programa Desenrola Brasil, 2023).

No entanto, é importante reconhecer que a simples renegociação de dívidas não resolve os problemas subjacentes à educação financeira e embora a medida possa oferecer um alívio imediato, existe o risco de que muitos indivíduos voltem a se endividar no médio e longo prazo e isso ocorre porque o programa não aborda diretamente a necessidade de conscientização financeira e mudança de comportamento, fatores fundamentais para evitar futuros problemas financeiros.

Um dos pontos de preocupação é a taxa de juros estabelecida em 1,99% ao mês, que pode ser considerada elevada em comparação com as garantias

oferecidas pelo programa. Esse cenário pode resultar em um aumento do valor da dívida ao longo do tempo, mesmo após a renegociação.

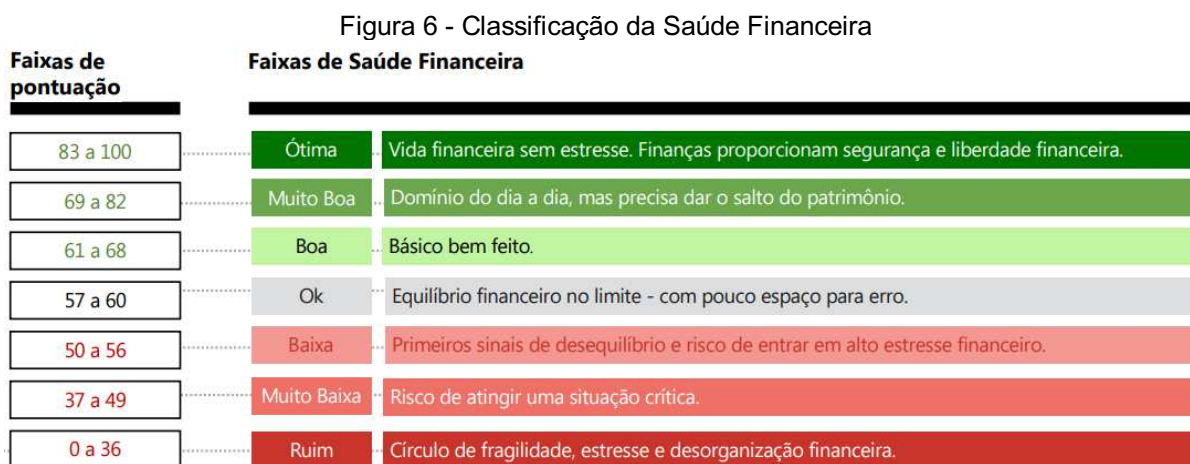
Entretanto, a ausência de uma estratégia educacional clara dentro do programa representa outro desafio, pois embora a portaria mencione a importância da educação financeira para os participantes, não especifica quais conteúdos serão disponibilizados, levantando preocupações sobre a capacidade dos beneficiários de gerenciar suas finanças de forma eficaz no longo prazo. Para mitigar esses riscos, seria prudente que o governo incorporasse ações complementares que promovessem a conscientização financeira e o desenvolvimento de habilidades de gestão financeira.

4.2.3 Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros (I-SFB)

O Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB) foi desenvolvido pela FEBRABAN com o objetivo de ajudar as pessoas a avaliar sua situação financeira e identificar áreas que precisam de melhoria. O I-SFB é resultado de um trabalho de colaboração entre mais de 70 especialistas da FEBRABAN, em conjunto com o Banco Central, membros do Sistema Financeiro Nacional e universidades, sendo ajustado para refletir a realidade social do Brasil (Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros, 2023).

O I-SFB tem como principal objetivo fornecer uma avaliação abrangente da saúde financeira, tanto no âmbito individual quanto agregado. No nível micro, o índice realiza um diagnóstico personalizado da saúde financeira, permitindo a identificação de lacunas e a adaptação de estratégias de educação financeira. Dessa forma, ajuda os brasileiros a entender melhor sua situação financeira e a tomar decisões mais informadas sobre suas finanças pessoais. No nível macro, o I-SFB possibilita uma análise agregada da saúde financeira dos brasileiros, contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas e iniciativas do setor privado voltadas à educação financeira. Ao oferecer dados estatísticos sobre as tendências gerais da saúde financeira da população, o índice capacita formuladores de políticas e instituições financeiras a desenvolver estratégias mais eficazes para promover a literacia financeira e o bem-estar econômico do país como um todo (Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros, 2023).

O objetivo do índice no nível individual é ajudar as pessoas a melhorarem sua saúde financeira pessoal, quanto no nível coletivo, de influenciar o desenvolvimento de políticas e programas que beneficiem a sociedade como um todo. Ele mede a Saúde Financeira das pessoas usando uma escala de 0 a 100 pontos e, de acordo com a pontuação, classifica a pessoa em uma das sete faixas (ou níveis) de Saúde Financeira que o compõem (Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros, 2023).



Fonte: Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros, 2023.

De acordo com o Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros (I-SFB) ele é uma ferramenta para avaliar a estabilidade econômica dos brasileiros, fornecendo uma análise tanto individual quanto agregada. Nesta terceira rodada anual do I-SFB, conduzida entre 15 de junho e 13 de setembro de 2023, 5.000 respondentes foram entrevistados, representando uma amostra ponderada de 4.769 pessoas acima de 18 anos, com ou sem relacionamento com o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Os dados coletados nesta pesquisa revelaram uma oscilação do I-SFB para 56,2 em 2023, marcando uma estabilização como observado em 2022. Enquanto em 2022 as faixas de saúde financeira entre “Ok” e “Ótima” diminuíram e as faixas de “Baixa”, “Muito Baixa” e “Ruim” aumentaram, na Rodada de 2023 observou-se um equilíbrio, com as faixas “Ótima”, “Muito Boa” e “Boa” somando 39,8% e as faixas “Baixo”, “Muito Baixo” e “Ruim” somando 51,7% (Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros, 2023).

Apesar dos desafios enfrentados, o I-SFB permanece estável, refletindo uma saúde financeira do Brasil no mesmo patamar de 2022, sugerindo uma resistência

da economia brasileira diante das adversidades, com um I-SFB de 56,2 pontos representando uma estabilidade em relação ao ano anterior.

Tabela 11 - Principais resultados da pesquisa de saúde financeira dos brasileiros de 2023

Principais Resultados	Porcentagem
Aperto Financeiro	50%
Orçamento Justo	74%
Dificuldade para Pagar as Contas	43%
Controle Financeiro	46%
Compromissos financeiros são motivos de estresse	28%
Cuidar das finanças não permite aproveitar a vida	33%
Falta de segurança sobre o futuro financeiro	68%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros, 2023.

A promoção da educação financeira surge como uma intenção de melhorar a literacia financeira tanto em nível individual quanto coletivo, utilizando dados do I-SFB para garantir que os brasileiros tomem decisões financeiras mais informadas e seguras. Essa intenção é racionalizada pela busca de uma saúde financeira aprimorada através de políticas públicas baseadas em dados concretos e estratégias direcionadas às necessidades específicas identificadas. A redução das disparidades econômicas e sociais é outra intenção significativa, com foco em grupos mais vulneráveis, visando promover maior equidade financeira e melhorar a qualidade de vida ao reduzir o estresse financeiro e aumentar o bem-estar geral.

No entanto, de acordo com Britto (2012) as propostas de educação financeira parecem destacar a liberdade individual, mas frequentemente interpretam essa liberdade de forma restrita, deixando os indivíduos por conta própria e tratando-os como passivos e adaptáveis. Embora essas propostas visem estimular comportamentos e atitudes específicas como parte de um projeto educacional, a realidade é que a promoção da educação financeira e a redução das disparidades econômicas e sociais são metas complexas e desafiadoras. A eficácia na educação financeira requer uma abordagem mais abrangente e integrada, que vá além da ênfase na autonomia individual.

O Brasil ainda precisa avançar significativamente nesse campo, enfrentando dificuldades relacionadas à implementação uniforme e à integração com outras políticas sociais e econômicas. A ausência de um plano estratégico coeso pode levar a esforços fragmentados e menos eficazes, limitando o impacto das iniciativas e não abordando completamente questões como a implementação desigual, a integração deficiente com outras políticas, as disparidades socioeconômicas e regionais, a falta

de consideração das interações sociais no aprendizado e a necessidade de avaliações contínuas e adaptativas.

4.2.4 Semana ENEF

Além dos materiais citados, foi identificado um documento relevante que contribuiu para a compreensão e análise do tema em questão, a cobertura detalhada das edições de 2022 e 2023 da Semana ENEF.

A Semana ENEF, uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), informa ter como objetivo promover a educação financeira, previdenciária, securitária e fiscal no Brasil, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e tomada de decisões conscientes pelos consumidores (BACEN, 2024).

As edições de 2022 e 2023 foram organizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), atual presidente do FBEF, em um contexto de mudanças e desafios globais. Ambas as edições abordaram o tema "Resiliência Financeira", porém com enfoques diferentes da edição de 2020. Em 2020, a ênfase estava na resposta imediata à crise da pandemia, com medidas emergenciais e transformação digital rápida. Já em 2022 e 2023, o foco mudou para enfrentar novos desafios e incertezas globais, reconhecendo a necessidade de abordagens estratégicas e contínuas para fortalecer a resiliência financeira a longo prazo (CVM, 2023).

Durante a 9ª edição da Semana ENEF, realizada de 12 a 18 de dezembro de 2022, ocorreram 1.765 iniciativas, divididas entre eventos específicos e campanhas em massa. Exemplificam-se ações como a campanha "Vida Financeira não é sorte, é conhecimento" e o Projeto de Planejamento Financeiro com jovens universitários desenvolvidos. O setor cooperativista se destacou como o segmento preponderante, responsável por 92% das iniciativas (CVM, 2023).

Na 10ª edição, realizada de 15 a 21 de maio de 2023, foram realizadas 6.879 iniciativas, divididas em 6.043 eventos específicos e 836 campanhas em massa, abrangendo todas as 26 unidades federativas, além do Distrito Federal. Esta edição marcou a retomada das atividades presenciais após o término da pandemia, com cerca de 86% das iniciativas realizadas de forma presencial. O setor cooperativista foi responsável por 94% das iniciativas (CVM, 2023).

Ambas as edições tiveram um aumento no alcance das iniciativas específicas em relação à edição anterior, embora ainda tenham ficado abaixo da 8ª Semana ENEF em 2021. A migração do site da Semana ENEF para o Portal “gov.br” e a redução do alcance das campanhas de massa realizadas pelo setor de associações de classe foram fatores contribuintes para esse resultado (CVM, 2023).

Observa-se que essas iniciativas podem não alcançar toda a população de forma equitativa, frequentemente beneficiando certos grupos enquanto outros ficam sem acesso à informação. A eficácia dessas ações na promoção da educação financeira e no fortalecimento da resiliência financeira para toda a população é difícil de medir, pois muitas vezes se concentram em um grupo restrito, como indivíduos de maior renda. Portanto, apesar dos esforços realizados, é importante revisar e ajustar essas estratégias para assegurar que a educação financeira seja inclusiva e acessível a todos os segmentos da sociedade.

4.2.4.1 Semana ENEF 2024

Para 2024, o evento planejou aumentar suas atividades oferecendo cursos, palestras, oficinas e outras ações gratuitas. Os principais focos deste ano incluíram: mitigar riscos financeiros, promoção do combate e a prevenção a fraudes e segurança da informação (BACEN, 2024).

Diante da calamidade no Rio Grande do Sul, que foi marcada por enchentes que afetaram praticamente todo o estado, os membros do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) mudaram o tema da 11ª Semana Nacional de Educação Financeira para "Proteção Financeira e Solidariedade aos Irmãos do Rio Grande do Sul", mantendo a data de 13 a 19/05/2024, mas planejando uma edição extraordinária da Semana ENEF no segundo semestre, somente para o estado do Rio Grande do Sul focada na resiliência financeira e na reconstrução do estado (BACEN, 2024).

Os resultados da Semana ENEF 2024 ainda estão em processo de apuração e somente após a publicação desses dados será possível avaliar de maneira detalhada como foram incluídas essas iniciativas e os números do que foi realizado. Após a divulgação, também será possível comparar esses dados com os das Semanas ENEF anteriores onde a análise desses resultados poderá fornecer dados importantes sobre o impacto das atividades, permitindo ajustar e aprimorar as

futuras edições para melhor atender às necessidades da população em termos de educação financeira.

4.2.5 Letramento Financeiro

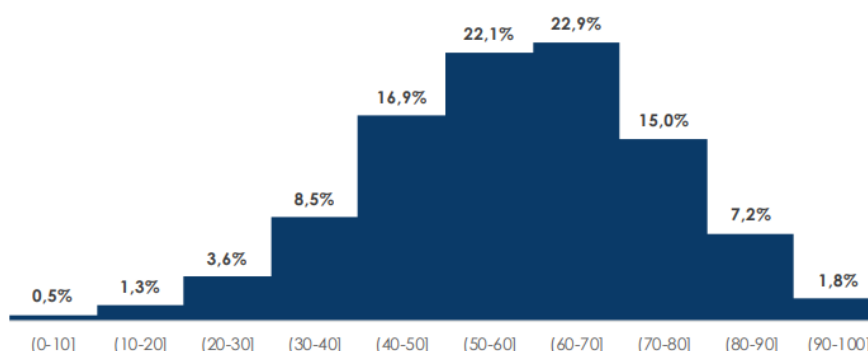
O letramento financeiro, também conhecido como literacia financeira, refere-se à capacidade de um indivíduo de compreender e utilizar informações financeiras de maneira eficaz para tomar decisões informadas sobre o uso e a gestão do dinheiro, e apesar dessa diferença de nomenclatura, ambos visam promover a educação financeira. O letramento financeiro abrange a compreensão de conceitos como orçamento, poupança, investimento, crédito e endividamento, além da capacidade de aplicar esse conhecimento na prática cotidiana, funcionando como uma ferramenta que permite às pessoas planejar o futuro financeiro, evitar o endividamento excessivo e tomar decisões que possam melhorar sua qualidade de vida (Somavilla; Silva; Bassoi, 2016).

Em 2023, o Banco Central do Brasil, em colaboração com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), conduziu uma pesquisa com o intuito de avaliar o nível de letramento financeiro da população brasileira.

Neste estudo, o letramento financeiro foi avaliado considerando três dimensões principais: comportamento financeiro, atitude ao tomar decisões financeiras e conhecimento sobre finanças. No período compreendido entre os dias 13 de março e 12 de abril, foram realizadas 2.000 entrevistas com indivíduos com idades entre 16 e 79 anos em todo o território nacional. A amostra construída é representativa para o Brasil, levando em consideração a distribuição da população pelas Unidades Federativas, bem como critérios como sexo, idade e renda, e apresenta um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 2,19% (Mensuração do Letramento e da Inclusão Financeira, 2023).

Os resultados revelaram que, em uma escala que varia de 0 a 100, o nível médio de letramento financeiro da população foi calculado em 59,6. Além disso, foi observado que 75% dos entrevistados alcançaram pontuações de até 70. Esses números sugerem que há margem considerável para melhorias no letramento financeiro, indicando a necessidade de intervenções educacionais e informativas (Mensuração do letramento e da inclusão financeira, 2023).

Figura 7 - Distribuição da pontuação de letramento financeiro digital na população



Fonte: Mensuração do letramento e da inclusão financeira, 2023.

É importante notar que determinados grupos da população apresentaram um letramento financeiro particularmente baixo sendo o caso de mulheres, idosos, indivíduos com renda familiar de até dois salários mínimos e residentes da região Nordeste do Brasil. Por outro lado, foi observado que pessoas com maior nível de escolaridade e aquelas que possuem diversos produtos e serviços financeiros contratados apresentaram um desempenho superior na pesquisa onde esse resultado sugere uma correlação entre educação formal e o grau de letramento financeiro, bem como a exposição e experiência com diferentes aspectos do sistema financeiro.

Figura 8 - Estatísticas da pontuação de letramento financeiro digital

Grupos	Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	Desvio-Padrão
Média	0,0	50,0	60,0	62,9	70,0	100,0	17,0
Feminino	0,0	50,0	60,0	62,4	70,0	100,0	17,0
Masculino	0,0	50,0	60,0	63,5	77,5	100,0	17,0
16 a 24 anos	20,0	60,0	70,0	65,1*	80,0	100,0	16,2
25 a 34 anos	10,0	60,0	70,0	68,4*	80,0	100,0	16,0
35 a 44 anos	20,0	50,0	70,0	65,0*	80,0	100,0	16,0
45 a 59 anos	0,0	50,0	60,0	61,7*	70,0	100,0	16,7
60 ou mais	0,0	50,0	60,0	55,5*	70,0	90,0	17,3
Até 2 SM	0,0	50,0	60,0	60,1*	70,0	100,0	16,9
+ de 2 a 5 SM	0,0	50,0	60,0	63,9*	80,0	100,0	16,9
Acima de 5 SM	0,0	60,0	70,0	66,3*	80,0	100,0	16,6
Centro-Oeste	0,0	50,0	60,0	62,8	80,0	100,0	18,2
Nordeste	0,0	50,0	60,0	61,9*	70,0	100,0	16,7
Norte	0,0	50,0	60,0	61,5	70,0	100,0	16,8
Sudeste	10,0	50,0	70,0	64,7*	80,0	100,0	16,8
Sul	0,0	50,0	60,0	60,5*	70,0	100,0	17,3

Fonte: Mensuração do letramento e da inclusão financeira, 2023.

O índice de letramento financeiro, uma métrica para avaliar a capacidade da população em lidar com questões financeiras, é composto por três dimensões principais: comportamento, atitude e conhecimento. O comportamento financeiro dos brasileiros em relação às suas finanças demonstra um desempenho relativamente positivo, com uma média de 67,8 em uma escala de 0 a 100. Notavelmente, a maioria dos entrevistados (81,8%) afirma pagar suas contas em dia com frequência, enquanto 81,4% pensam cuidadosamente antes de realizar uma compra e 79,6% adotam mais de uma medida de controle de orçamento. Estes são indicativos de hábitos financeiros responsáveis que contribuem para uma gestão mais eficaz dos recursos pessoais (Mensuração do letramento e da inclusão financeira, 2023).

A atitude financeira e perspectivas dos brasileiros em relação ao dinheiro e ao planejamento financeiro apesar de apresentar uma pontuação média de 53, indica que ainda há espaço para melhorias. A pesquisa revela que uma parcela significativa da população (37,3%) se sente mais satisfeita ao gastar dinheiro do que em economizá-lo a longo prazo, e uma proporção considerável (35,2%) tende a viver no presente sem considerar o futuro. Essas tendências sugerem a necessidade de uma maior conscientização sobre a importância do planejamento financeiro a longo prazo (Mensuração do letramento e da inclusão financeira, 2023).

Já o conhecimento financeiro dos brasileiros sobre conceitos financeiros básicos revela uma pontuação média de 53. Apesar de uma porcentagem significativa (85%) compreender a inflação como o aumento generalizado do custo de vida, apenas uma minoria (14,3%) conseguiu realizar corretamente um cálculo de juros simples. Além disso, somente 54% responderam corretamente à questão sobre o impacto da inflação no poder de compra. Esses resultados destacam a necessidade de melhorias na alfabetização financeira da população, especialmente no que diz respeito a conceitos e cálculos básicos (Mensuração do letramento e da inclusão financeira, 2023).

Tabela 12 - Índice de Letramento Financeiro no Brasil

Dimensão	Indicador	Valor
Comportamento Financeiro	Média de desempenho	67,8/100
	Pagam contas em dia com frequência	81,8%
	Pensam cuidadosamente antes de realizar uma compra	81,4%
	Adotam mais de uma medida de controle de orçamento	79,6%
Atitude Financeira	Média de desempenho	53/100
	Satisfação em gastar dinheiro mais que economizar	37,3%
	Tendência a viver no presente sem considerar o futuro	35,2%
Conhecimento Financeiro	Média de desempenho	53/100
	Compreendem a inflação como aumento do custo de vida	85%
	Realizaram corretamente um cálculo de juros simples	14,3%
	Compreendem o impacto da inflação no poder de compra	54%

Fonte: Elaboração própria a partir da Mensuração do Letramento e da Inclusão Financeira, 2023.

Agora a inclusão financeira foi avaliada a partir do conhecimento e uso de uma lista de 23 produtos e serviços financeiros entre os brasileiros onde o conhecimento sobre produtos e serviços financeiros é considerado relativamente alto, com 74,0% dos entrevistados conhecendo ao menos 13 dos itens da lista. Entre os produtos mais conhecidos e utilizados estão o Pix, cartão de crédito e conta corrente ou conta salário, com o Pix sendo o mais proeminente, com 91,6% de conhecimento e 64% de uso (Mensuração do letramento e da inclusão financeira, 2023).

No entanto, apesar do conhecimento aparente, a pesquisa revela que 64% dos brasileiros enfrentaram desequilíbrio financeiro nos últimos anos, buscando reduzir gastos e procurar outras fontes de renda para equilibrar o orçamento. Além disso, 65% da população não possui resiliência financeira, o que significa que não seriam capazes de arcar com uma grande despesa inesperada sem recorrer a empréstimos ou ajuda externa.

O letramento financeiro digital, que aborda decisões e comportamentos relacionados ao uso de produtos e serviços financeiros por meio da tecnologia, é outro aspecto importante que mostra que a média do letramento financeiro digital no Brasil foi de 62,9, indicando um nível razoável de compreensão e habilidades nessa área. No entanto, ainda existem preocupações, como a baixa frequência de atualização de senhas em sites financeiros e a falta de preocupação com a segurança online.

A pesquisa também mediu o bem-estar financeiro dos brasileiros, utilizando a escala da Agência de Proteção Financeira ao Consumidor dos EUA onde a média nacional ficou em 45,7, um número relativamente baixo, com uma parcela significativa da população relatando falta de dinheiro no final do mês e preocupações

com a duração de suas reservas financeiras (Mensuração do letramento e da inclusão financeira, 2023).

Tabela 13 - Avaliação da inclusão e bem-estar financeiro no Brasil

Dimensão	Indicador	Valor
Conhecimento de Produtos e Serviços Financeiros	Conhecem ao menos 13 dos 23 itens da lista	74,0%
Situação Financeira	Conhecimento do Pix	91,6%
	Uso do Pix	64%
	Enfrentaram desequilíbrio financeiro	64%
Letramento Financeiro Digital	Sem resiliência financeira	65%
	Média do letramento financeiro digital	62,9/100
Bem-Estar Financeiro	Média do bem-estar financeiro dos brasileiros na escala da Agência de Proteção Financeira ao Consumidor dos EUA	45,7/100

Fonte: Elaboração própria a partir da Mensuração do Letramento e da Inclusão Financeira, 2023.

Em resumo, apesar do aparente conhecimento sobre produtos e serviços financeiros, o Brasil enfrenta desafios significativos relacionados ao equilíbrio financeiro e bem-estar econômico. A consciência do consumo frequentemente entra em conflito com a realidade financeira individual, onde o desejo de consumir é limitado pelas restrições econômicas pessoais. Contudo, essas limitações muitas vezes são ignoradas como resultado de um sistema desigual que restringe as oportunidades de consumo e os desejos das pessoas com menor poder aquisitivo, em contraste com aqueles que têm mais recursos. Em vez de abordar a responsabilidade estrutural, a culpa é frequentemente atribuída ao indivíduo, que é incentivado a buscar soluções como empréstimos ou trabalho extra para melhorar sua situação financeira. Esse ciclo perpetua as desigualdades, favorecendo ainda mais os já privilegiados no sistema capitalista (Sachs et al., 2023).

4.2.6 Inclusão Financeira Digital

O Brasil assumiu em dezembro de 2023 a presidência temporária do G20, grupo que reúne as 19 principais economias do mundo, a União Europeia e agora, também a União Africana. A posição do Brasil concede a ele uma influência nas discussões sobre políticas econômicas e financeiras em nível global, sendo uma oportunidade para moldar a agenda internacional e advogar por temas de relevância nacional onde neste contexto colocar em pauta a educação financeira mostra o compromisso do Brasil em promovê-la (BACEN, 2024).

A Advogada Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Financiamento Inclusivo para o Desenvolvimento (UNSGSA) esteve no Brasil no dia 15 de março de 2024 para a Primeira Plenária da Parceria Global do G20 para a Inclusão Financeira (GPII) onde se refletiu sobre as conquistas que foram alcançadas na expansão dos serviços financeiros em todo o mundo e na reunião o governo brasileiro foi reconhecido por incorporar a saúde financeira nas prioridades do GPII (UNSGSA, 2024).

A sigla GPII refere-se à Parceria Global do G20 para a Inclusão Financeira, estabelecida em 2010 com o objetivo de promover a inclusão financeira, facilitando o acesso a serviços financeiros básicos para todos os indivíduos e empresas, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade econômica. Para alcançar esse objetivo, a GPII colabora com governos, organizações internacionais, o setor público e privado e outras partes interessadas no desenvolvimento de políticas e práticas que ampliem o acesso a serviços financeiros (UNSGSA, 2024).

A Parceria Global para a Inclusão Financeira (GPII) atua como uma plataforma inclusiva para promover a aprendizagem, a partilha de conhecimentos e a defesa de políticas, sendo o principal mecanismo de implementação do Plano de Ação para a Inclusão Financeira do G20. Desde a sua criação em 2010, o Brasil tem sido um membro ativo e sua participação demonstra um compromisso em promover o acesso equitativo a serviços financeiros e em fortalecer a resiliência econômica através da inclusão financeira.

Tanto nas economias desenvolvidas quanto nas emergentes, muitos cidadãos enfrentam dificuldades financeiras, desde lidar com despesas imprevistas até gerenciar o impacto da dívida familiar, entretanto os produtos financeiros projetados para reforçar a resiliência financeira e apoiar investimentos futuros, como seguros e poupanças, não têm sido amplamente adotados. Essa discrepância destaca a necessidade de serviços financeiros que abordem preocupações reais e melhorem a saúde financeira a longo prazo, contudo, não basta apenas oferecer esses serviços, as ferramentas precisam ser acessíveis e fáceis de usar para que possam efetivamente melhorar a saúde financeira dos indivíduos (Waters et al., 2022).

A saúde financeira do consumidor para as Nações Unidas (2023) é um aspecto importante que engloba a capacidade de gerenciar as finanças a curto prazo, construir resiliência diante de crises econômicas, estabelecer e atingir metas financeiras de longo prazo, e cultivar confiança em seu futuro financeiro.

Muitas instituições financeiras ainda não consideram a saúde financeira como uma parte essencial de suas operações, entretanto enxergam potencial para adotarem essas práticas especialmente através do compartilhamento de conhecimento e da utilização de ferramentas especializadas (Waters et al.,2022).

Há sete anos, o mundo se comprometeu com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e desde então, o governo e os setores público e privado informam adotar a inclusão financeira como uma ferramenta para alcançar esses objetivos, entretanto, é possível verificar a fragilidade desse progresso, especialmente devido aos impactos contínuos da COVID-19, conflitos globais, inflação e insegurança alimentar já que esses desafios afetam de forma desproporcional os países em desenvolvimento (UNSGSA, 2023).

Em tempos desafiadores, a inclusão financeira digital é proposta como uma possível ferramenta para fortalecer a resiliência e promover a prosperidade compartilhada, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Durante a pandemia, países com infraestrutura digital foram capazes de implementar rapidamente programas de transferência de dinheiro do governo, facilitando o acesso ao sistema financeiro formal para muitos, pela primeira vez. No Brasil, por exemplo, o programa de emergência COVID-19 ofereceu suporte a microempreendedores, trabalhadores informais e desempregados por meio de contas de poupança digital (UNSGSA, 2024).

Nesse cenário, a inclusão financeira digital se apresenta como uma ferramenta promissora, embora sua eficácia ainda necessite de uma avaliação mais aprofundada. O conceito de consciência do consumo conecta o desejo de adquirir bens com a realidade financeira individual. No entanto, frequentemente ignora-se que essa realidade é influenciada por um sistema desigual que limita as oportunidades de consumo e desejo para aqueles com menos recursos, em contraste com os mais privilegiados. Em vez de enfrentar as causas estruturais dessas desigualdades, a responsabilidade é muitas vezes colocada sobre o indivíduo, que é incentivado a buscar soluções como empréstimos ou trabalho adicional para melhorar sua situação financeira. Esse ciclo tende a perpetuar as vantagens dos já favorecidos no sistema capitalista (Sachs et al. 2023).

Tabela 14 - Dados sobre inclusão financeira no Brasil e no mundo

Aspecto	Dados
Brasileiros adultos com conta bancária	84%
Brasileiros que já realizaram transferência via PIX	75%
Índice de bancarização global	76%
Índice de bancarização em países emergentes	71%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Documento G20 Ed.73, 2023.

No Brasil, 84% dos adultos têm conta bancária, 75% já utilizaram o PIX e comparativamente, a taxa global de bancarização é de 76%, e nos países emergentes, 71%. O avanço no Brasil não se deve apenas a políticas públicas, mas também a iniciativas como correspondentes bancários e digitalização dos bancos (G20, 2023).

Contudo, a inclusão financeira também resultou em altos níveis de endividamento devido ao uso inadequado dos produtos financeiros, portanto discutir o bem-estar financeiro no âmbito do G20 é importante para garantir que a inclusão não leve ao superendividamento propondo métricas para medir a satisfação com a inclusão, monitorando a qualidade da inserção no sistema bancário formal para garantir uma vida financeira equilibrada (UNSGSA, 2024).

Para parceria global do G20 a inclusão financeira é importante para o crescimento econômico e o progresso social, sendo um dos elementos para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Ela busca melhorar a qualidade da inserção no sistema financeiro, especialmente para os segmentos mais vulneráveis e esse esforço é importante também para promover o desenvolvimento e reduzir a desigualdade, alinhando-se à premissa da presidência do G20 de construir um mundo justo e sustentável. A parceria é um mecanismo para implementar o Plano de Ação para a Inclusão Financeira do G20 e replicar a experiência brasileira em outros países, debatendo obstáculos e soluções para avançar a inclusão financeira (GPFI,2023).

No entanto, essa estratégia enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à aplicação prática do conhecimento financeiro adquirido. Embora muitos brasileiros estejam familiarizados com produtos financeiros como o PIX e tenham acesso a contas bancárias, há uma desconexão entre o que aprendem sobre finanças e como aplicam esse conhecimento no dia a dia. Por exemplo, mesmo com a educação financeira em vigor, muitos ainda não gerenciam suas finanças de maneira eficaz, utilizando de forma inadequada os produtos financeiros disponíveis, revelando que, apesar do aumento no acesso e familiaridade com serviços

financeiros a capacidade de aplicar esse conhecimento para tomar decisões financeiras responsáveis e sustentáveis ainda é limitada.

Ademais, a inclusão financeira pode não ser igualmente benéfica para todos os segmentos da população já que grupos vulneráveis, como mulheres, idosos e pessoas de baixa renda, frequentemente enfrentam barreiras adicionais que limitam o acesso e os benefícios reais desses serviços, fazendo com que esse tipo de situação perpetue ao invés de mitigar as desigualdades existentes. E mesmo com o reconhecimento global e a posição de liderança do Brasil no G20, a execução uniforme de políticas de inclusão financeira enfrenta dificuldades, como a falta de infraestrutura adequada e resistência cultural. Além disso, há o risco de que a inclusão financeira digital possa ampliar a divisão entre aqueles que têm acesso e habilidades para utilizar as tecnologias e aqueles que não têm, pois a falta de alfabetização digital e preocupações com a segurança online podem exacerbar a exclusão financeira para os mais desfavorecidos.

Por último, a ênfase excessiva em métricas quantitativas, como a porcentagem de bancarização, pode não refletir a qualidade real da inclusão financeira.

4.2.7 Aprender Valor

O Aprender Valor é um programa do Banco Central dedicado a promover a educação financeira entre os estudantes de escolas públicas de ensino fundamental em todo o país e o objetivo é capacitar esses estudantes a gerenciar suas finanças pessoais de maneira eficiente e consciente, preparando-os para um futuro financeiro mais seguro e promissor (BACEN, 2024).

O programa foi iniciado em 2020 com um piloto em escolas selecionadas de seis estados brasileiros e teve como objetivo testar sua proposta e recursos antes da expansão nacional. Durante essa fase, mais de 400 escolas participaram em mais de 250 municípios, envolvendo mais de 4,6 mil profissionais e 33 mil estudantes. Com o ajuste do calendário devido à pandemia da COVID-19, as atividades foram flexibilizadas para melhor se adaptar à realidade das redes de educação. Após essa fase piloto, o Programa foi expandido para todas as escolas públicas de Ensino Fundamental do Brasil, com atividades que incluem adesão de redes e escolas, cadastro de profissionais e estudantes, formação de diretores e professores,

execução de projetos escolares e avaliações de aprendizagem e impacto. Essa experiência serviu de base para estruturar a fase de expansão, que visa fortalecer a difusão da Educação Financeira no contexto escolar em todo o país (Aprender Valor, 2024).

O Aprender Valor é financiado pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e é desenvolvido em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), que garante a expertise acadêmica e a eficácia das ferramentas e metodologias aplicadas no programa.

O programa disponibiliza uma plataforma digital exclusiva onde ocorrem todas as atividades e interações facilitando o acesso a materiais, treinamentos e comunicação entre os participantes, promovendo uma experiência de aprendizado integrada e acessível. O programa também inclui cursos online destinados a professores e gestores escolares, projetados para capacitar os educadores a integrar a educação financeira em suas aulas. A formação abrange tanto o conhecimento financeiro pessoal quanto técnicas pedagógicas para ensinar esses conceitos de maneira envolvente e compreensiva.

As iniciativas práticas são implementadas diretamente em sala de aula, elaboradas para ensinar conceitos financeiros de maneira interativa, permitindo que os alunos apliquem o que aprenderam em situações reais e dinâmicas. Para medir o progresso e o impacto das atividades, o programa utiliza ferramentas de avaliação detalhadas, aplicadas antes e depois da implementação dos projetos escolares, proporcionando uma visão clara do desenvolvimento dos alunos em relação aos conceitos financeiros ensinados, permitindo ajustar e aprimorar continuamente as abordagens pedagógicas do programa.

Quadro 8 - Responsabilidades dos envolvidos no programa Aprender Valor

Envolvidos	Responsabilidades
BACEN	Idealizador e gestor do programa, responsável pela disponibilização dos projetos escolares e pelo acompanhamento de todas as etapas.
Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)	Principal colaborador do programa, responsável pela elaboração das avaliações de aprendizagem, criação da plataforma, assistência técnica à plataforma e certificação das formações.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Garante a expertise acadêmica e a eficácia das ferramentas e metodologias aplicadas no programa.
Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)	Financiador do programa, uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Secretarias de Educação	Responsáveis pela mobilização das escolas, divulgação do programa, engajamento dos diretores escolares e acompanhamento da implementação do programa nas escolas de suas redes.
Diretores das Escolas	Responsáveis pela gestão e implementação do programa no âmbito de cada escola, engajamento e motivação de professores e estudantes, além de atuação nas etapas de adesão, cadastros e avaliações.
Professores	Responsáveis pelo ensino da educação financeira em sala de aula e pela aplicação dos projetos escolares após cursarem a formação.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Aprender Valor (BACEN, 2024).

Ao contrário de outras abordagens de integração de temas transversais no currículo escolar, o Programa Aprender Valor foca no ensino de Educação Financeira e na Educação para o Consumo dentro das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências Humanas. Assim, ao implementar os projetos escolares do programa, os professores não deixam de abordar o conteúdo curricular específico de suas disciplinas para incluir os temas propostos.

O Programa também oferece formação especializada para os diretores das escolas aprimorarem suas habilidades em metodologias de trabalho com projetos e para implementar o tratamento de temas contemporâneos transversais no ambiente escolar. Por outro lado, os professores recebem treinamento prático sobre como ensinar esses temas de forma transversal e integrada à sala de aula, conforme recomendado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os participantes do programa recebem formação em Educação Financeira, com o objetivo de influenciar a gestão de suas finanças pessoais e possibilitar uma abordagem mais confiante sobre o tema em suas escolas e salas de aula, junto aos estudantes (Aprender Valor, 2024).

E estrutura do programa Aprender Valor é composta em sete etapas:

Quadro 9 - Etapas do programa Aprender Valor

Etapa	Descrição
Adesão	Secretarias estaduais, municipais de educação e escolas se inscrevem no programa.
Cadastro de Profissionais	Registro de professores e gestores que participarão da iniciativa.
Avaliações de Entrada	Diagnóstico inicial para entender o nível de conhecimento financeiro dos alunos.
Formações Online de Profissionais	Capacitação dos educadores através de cursos online.
Aplicação de Projetos Escolares	Implementação de atividades didáticas em sala de aula.
Avaliações de Saída	Verificação do progresso dos alunos após execução dos projetos.
Divulgação dos Resultados	Compartilhamento dos dados de impacto e aprendizado.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Aprender Valor (BACEN, 2024).

Desde sua criação, o programa Aprender Valor registrou a participação de mais de 1,2 milhão de estudantes de 17 mil escolas em 43% dos municípios brasileiros na plataforma do programa, o que sugere um aumento na conscientização financeira dos alunos e no fortalecimento das habilidades dos educadores (BACEN, 2024).

Os principais benefícios que são frequentemente mencionados em relação ao programa Aprender Valor incluem:

Quadro 10 - Principais benefícios mencionados do programa Aprender Valor

Benefícios	Descrição
Formação Online	Capacitação contínua para professores, gestores e técnicos escolares, preparando-os para ensinar e gerenciar finanças pessoais e educacionais.
Projetos Escolares Integrados	Material didático alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que integra educação financeira às disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Humanas.
Avaliações Completas	Ferramentas de avaliação que acompanham o progresso dos alunos em tópicos de letramento financeiro, além de habilidades em Língua Portuguesa e Matemática.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Aprender Valor (BACEN, 2024).

A adesão ao programa é voluntária e pode ser realizada por qualquer escola pública de ensino fundamental, além de secretarias estaduais e municipais de educação. Cada escola precisa formalizar sua adesão, mesmo que a secretaria correspondente já tenha aderido e o diretor da escola é responsável por cadastrar os profissionais e organizar a logística de aplicação das avaliações.

No início de 2024, o programa Aprender Valor introduziu algumas mudanças e orientações voltadas para a interpretação dos resultados dos testes de letramento

financeiro, além de novas formações e recursos educacionais. As formações para gestores e professores foram mantidas, juntamente com o módulo opcional de educação financeira pessoal (BACEN, 2024).

Quadro 11 - Recursos adicionais para o programa Aprender Valor

Recurso	Descrição	Detalhes
Modulo Ciclo Extra	Curso sobre Elaboração de Projetos Escolares	Carga horária de 30 horas, direcionado a professores e gestores interessados em desenvolver suas próprias propostas de projetos escolares com a temática de educação financeira.
Modulo Saiba Mais	Podcasts de Educação Financeira Pessoal	Quatro podcasts com duração total de 80 minutos, que sintetizam o conteúdo do módulo de educação financeira pessoal.
Modulo Saiba Mais	Vídeos sobre Educação Financeira	Cinco vídeos curtos, de até Cinco minutos, abordando temas emergentes de educação financeira, incluindo um vídeo sobre golpes e fraudes financeiras.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Aprender Valor (BACEN, 2024).

O programa também disponibilizou oito novos projetos escolares, somando-se aos 60 projetos já prontos de Língua Portuguesa, Matemática e Geografia. As avaliações de aprendizagem do programa serão simplificadas, eliminando a necessidade de cadastro de estudantes, turmas ou lançamento de respostas na plataforma e o foco será exclusivamente nos testes de Letramento Financeiro para turmas do 3º, 5º, 7º e 9º anos, disponíveis para os diretores e coordenadores do programa nas escolas, além de todos os perfis na plataforma terão acesso aos gabaritos e ao manual de interpretação de resultados, promovendo maior autonomia. Paralelamente, uma pesquisa sobre necessidades educacionais específicas está em andamento, envolvendo grupos focais e escolas quilombolas, indígenas e rurais (Aprender Valor, 2024).

As avaliações de aprendizagem do programa são baseadas em uma escala única de proficiência em letramento financeiro, desenvolvida pelo CAEd/UFJF em parceria com o BACEN. A construção desta escala foi discutida no "Seminário de Divulgação de Resultados - Parte 1", realizado em agosto de 2023 e disponível no Canal do BACEN no YouTube. Os resultados dos testes realizados por aplicadores externos em uma amostra representativa de estudantes do 3º, 5º, 7º e 9º anos em 2022 permitiram a definição de uma escala única de pontuação para todo o Ensino Fundamental.

Esta escala varia de 0 a 1000 e está classificada em cinco níveis de proficiência:

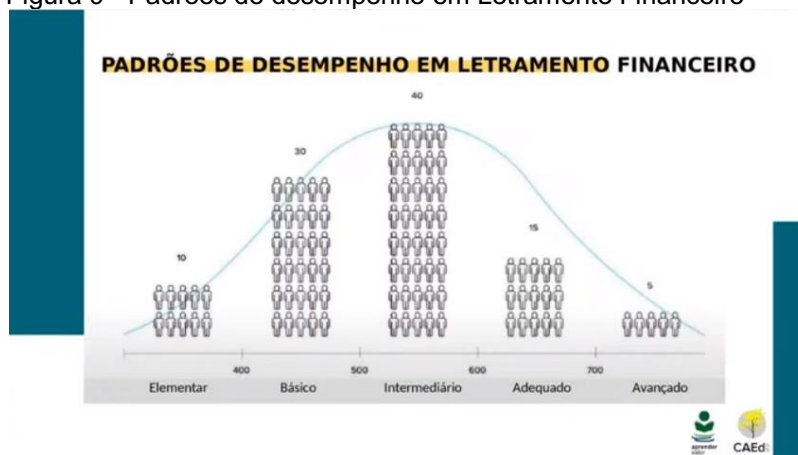
Quadro 12 - Escala de proficiência em letramento financeiro no programa Aprender Valor

Nível de Proficiência	Descrição
Elementar	Estudantes compreendem elementos práticos relacionados ao planejamento.
Básico	Estudantes começam a entender o léxico do mundo financeiro, articulando conceitos de consumo e poupança.
Intermediário	Estudantes desenvolvem consciência sobre o uso do crédito.
Adequado	Estudantes relacionam poupança e uso de recursos naturais.
Avançado	Estudantes dominam os três eixos: planejamento, poupança e crédito.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Aprender Valor (BACEN, 2024).

A matriz de referência utilizada nas avaliações é um recorte da matriz curricular, denominada "matriz de competências" no contexto do Aprender Valor. Para cada etapa escolar, o número de acertos foi associado a um nível de proficiência em letramento financeiro, estabelecendo pontos de corte com base no comportamento estatístico dos resultados dos testes.

Figura 9 - Padrões de desempenho em Letramento Financeiro



Fonte: Aprender Valor, 2024.

As mudanças e orientações divulgadas pelo programa Aprender Valor para 2024 visam aprimorar a eficácia do ensino de educação financeira, proporcionando maior autonomia aos participantes e disponibilizando novos recursos educacionais. A simplificação das avaliações e a introdução de novos projetos e materiais educativos reforçam o compromisso do programa com a melhoria contínua e a adaptação às necessidades específicas das escolas e dos estudantes.

O programa hoje conta com a participação de 23.925 escolas em todo o Brasil, cadastradas até 17 de abril de 2024 e distribuídas da seguinte forma:

Tabela 15 - Percentual de adesão das escolas em relação ao total de escolas por Estado

Estado	Total Escolas Estaduais	Total Escolas Municipais	Número Adesões Escolas Estaduais	Número Adesões Escolas Municipais	Percentual Adesão Escolas Estaduais	Percentual Adesão Escolas Municipais
Acre	606	860	71	164	11,72	19,07
Alagoas	310	2.024	144	351	46,45	17,33
Amapá	378	402	229	71	60,58	17,66
Amazonas	756	4.307	143	409	18,89	9,50
Bahia	1.040	11.956	82	1.989	7,88	16,63
Ceará	753	5.107	4	1.481	0,53	28,99
Distrito Federal	661	-	190	-	28,76	-
Espírito Santo	408	2.228	08	345	17,65	15,48
Goiás	963	2.516	694	574	72,04	22,82
Maranhão	1.069	9.182	39	1.449	3,65	15,87
Mato Grosso	675	1.1573	53	231	7,85	14,69
Mato Grosso Sul	349	988	238	209	68,20	21,14
Minas Gerais	3.458	8.398	22	1.142	0,64	13,62
Pará	977	3.643	145	1.857	14,84	50,98
Paraíba	633	3.100	34	396	5,37	12,77
Paraná	2.103	5.227	419	1.125	19,94	21,51
Pernambuco	1.053	4.759	333	1.630	31,64	34,19
Piauí	634	3.038	172	732	27,13	24,09
Rio de Janeiro	1.284	5.377	215	1.393	16,75	25,87
Rio Grande do Norte	580	2.087	26	493	4,48	23,64
Rio Grande do Sul	2.345	4.793	993	571	42,29	11,91
Rondônia	408	633	147	27	36,03	4,27
Roraima	371	460	105	106	28,33	23,04
Santa Catarina	1.278	3.840	79	307	61,93	7,99
São Paulo	5.601	13.052	992	769	17,72	5,89
Sergipe	318	1.250	51	61	16,04	4,88
Tocantins	497	907	230	181	46,28	19,96

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Dados Educacionais do Brasil, 2023.

É importante observar que os estados com os melhores índices estão espalhados por diferentes regiões do país, o que poderia ser visto como um indicativo de que o compromisso com a educação financeira transcende barreiras geográficas. No entanto, essa distribuição superficialmente positiva pode mascarar a falta de uma estratégia eficaz e integrada. A aparente conscientização nacional pode não refletir um entendimento profundo ou uma aplicação consistente da educação financeira, mas sim, uma adoção desigual e fragmentada de iniciativas que variam em qualidade e impacto. A diversidade regional dos resultados sugere que, apesar dos esforços, a educação financeira ainda não foi adequadamente internalizada ou uniformemente promovida, deixando lacunas na efetividade dessas políticas.

Tabela 16 - Os cinco melhores estados em adesão de escolas estaduais

Estado	Percentual de Adesão de Escolas Estaduais (%)
Goiás	72,04
Mato Grosso do Sul	68,20
Santa Catarina	61,93
Amapá	60,58
Alagoas	46,45

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Dados Educacionais do Brasil, 2023.

Apesar de todos os estados listados na tabela acima terem índices de adesão consideráveis, há uma variação significativa entre eles, indo de 72,04% em Goiás a 46,45% em Alagoas e essa diferença pode ser influenciada por uma série de fatores, como políticas educacionais estaduais, recursos disponíveis e conscientização sobre a importância da educação financeira. Embora não seja o único determinante, o contexto socioeconômico de cada estado pode influenciar sua abordagem em relação à educação financeira já que estados com maiores desafios socioeconômicos podem priorizar essa temática como uma ferramenta para capacitar os alunos e prepará-los para lidar com questões financeiras no futuro.

Tabela 17 - Os cinco melhores estados em adesão de escolas municipais

Estado	Percentual de Adesão de Escolas Municipais (%)
Pará	50,98
Pernambuco	34,19
Ceará	28,99
Rio de Janeiro	25,87
Piauí	24,09

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Dados Educacionais do Brasil, 2023.

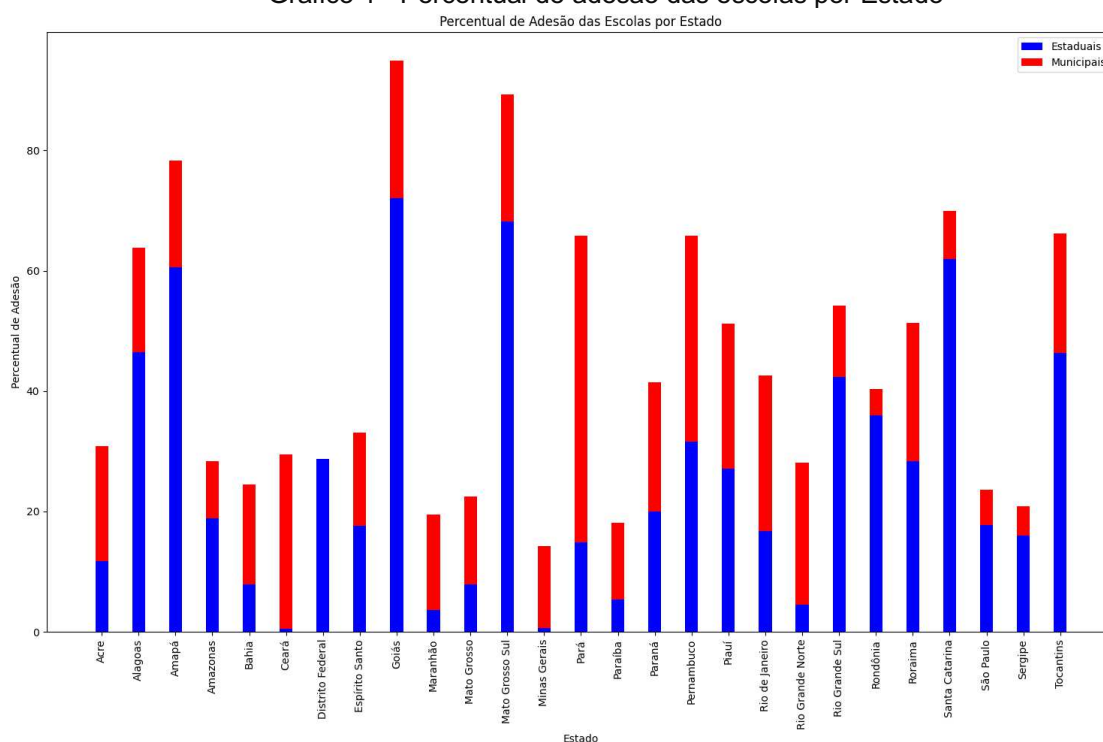
Na tabela acima há uma variação considerável entre os dois primeiros estados indo de 50,98% no Pará a 34,19% em Pernambuco mostrando que essa diferença também pode ser influenciada por uma série de fatores, como os recursos disponíveis, por exemplo, que pode influenciar a capacidade de implementar programas educacionais.

Quando a educação financeira é integrada aos sistemas de ensino, ela frequentemente é abordada de maneira simplista e com foco em resultados imediatos. Muitos estudos e artigos tratam a educação financeira como uma solução para problemas de endividamento e perspectivas limitadas, sem uma análise mais aprofundada do sistema capitalista e das estratégias de acumulação de capital. Essa abordagem, por vezes ingênua, não considera as complexidades estruturais do sistema econômico, resultando em soluções que podem ser superficiais e não

abordar integralmente os desafios financeiros enfrentados pelos indivíduos (Sachs et al., 2023).

Para avaliar a adesão das escolas ao ensino de educação financeira, é importante analisar os percentuais de participação das escolas estaduais e municipais em todo o Brasil. O gráfico a seguir oferece uma visão detalhada do nível de engajamento das instituições educacionais em diferentes regiões, permitindo identificar pontos fortes e desafios. A partir dessa análise, podem ser desenvolvidas estratégias educacionais mais eficazes e equitativas, aumentando a participação e garantindo que os programas de educação financeira beneficiem um maior número de estudantes, o que pode contribuir para a eficácia das políticas públicas.

Gráfico 1 - Percentual de adesão das escolas por Estado



Fonte: Elaboração própria com os Dados Educacionais do Brasil utilizando a ferramenta Google Colab.

O programa Aprender Valor revela a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre a formação do sujeito e a responsabilidade pela gestão financeira. O foco predominante na educação financeira nas escolas, apesar de sua relevância, acaba se revelando uma solução paliativa quando confrontado com a realidade do planejamento financeiro familiar e da gestão de renda. O programa, embora funcional em oferecer uma base educacional, não aborda profundamente as questões estruturais que afetam a capacidade das famílias e dos indivíduos em

aplicar esses conhecimentos na prática. A responsabilidade é muitas vezes deslocada para o indivíduo, ignorando a ausência de políticas integradas que tratem de forma abrangente os desafios financeiros. Além disso, a dificuldade encontrada por muitos professores em gerenciar suas próprias finanças compromete a eficácia do ensino de educação financeira, já que a falta de preparo adequado e de suporte pode limitar a capacidade desses educadores de transmitir com eficácia as competências financeiras aos alunos. Sem uma abordagem que também considere o suporte contínuo e a formação prática para os docentes, as iniciativas de educação financeira tendem a se tornar menos eficazes e mais superficiais.

Compreende-se que a educação financeira considera essa disciplina como uma área interdisciplinar, que está sendo progressivamente integrada ao sistema educacional (Sachs et al, 2023). Nesse cenário, a educação financeira nas escolas tem o objetivo de esclarecer o funcionamento das finanças, capacitando os indivíduos a planejar racionalmente seus gastos, gerenciar seu dinheiro de forma eficaz, desenvolver habilidades empreendedoras e adotar práticas de consumo responsável.

A educação financeira é vista como uma ideologia com duas funções principais, a primeira é naturalizar a importância das finanças na vida econômica da sociedade e a segunda é promover uma ética e padrões de conduta que estejam alinhados com a lógica financeira, tanto na vida individual quanto familiar.

No entanto, a implementação uniforme do programa, que visa alcançar todas as escolas públicas, pode enfrentar críticas por não considerar as variações significativas nas condições e necessidades das instituições em diferentes regiões do país. Embora a expansão do acesso à educação financeira busque democratizar essa formação, a falta de adaptação às especificidades locais pode resultar em uma execução menos eficaz e em resultados que não atendem plenamente às realidades de muitas escolas.

4.2.8 Semana Mundial do Investidor

A Semana Mundial do Investidor, WIW (World Investor Week), é uma campanha global de proteção e educação financeira, promovida pela Organização Internacional das Comissões de Valores, IOSCO (International Organization of

Securities Commissions), que oferece oportunidades educacionais em mais de 100 países (WIW, 2023).

No Brasil a 7ª edição da WIW ocorreu entre os dias 02 e 08 de outubro de 2023, coordenada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), membro ordinário da IOSCO, e aberta à participação de entidades convidadas, como a Associação Brasileira de Investimentos e Mercados Financeiros (ANBIMA) e a B3, com foco em proteção e educação do investidor, bem como educação financeira.

As iniciativas incluem cursos presenciais e à distância, divulgação de mensagens por redes sociais, lançamento de projetos educacionais e vídeos com temas de interesse do público. Os temas centrais da campanha foram resiliência do investidor, criptoativos e finanças sustentáveis, e também temas complementares como prevenção contra golpes e fraudes financeiras, noções de investimento, tecnologia e finanças digitais (WIW, 2023).

A CVM incentiva que outras instituições e organizações no Brasil, governamentais ou não, incluindo universidades, faculdades, escolas e demais interessados, participem da Semana Mundial do Investidor, organizando e promovendo iniciativas que atendam aos objetivos da campanha respeitando as diretrizes estabelecidas, como iniciativas não comerciais e gratuitas, sem divulgação direta ou indireta de empresas, marcas ou produtos sendo que todas as informações fornecidas devem ser imparciais, sem recomendação de produtos, empresas, marcas ou serviços específicos (IOSCO, 2023).

O objetivo principal da WIW de 2023 foi conscientizar sobre a importância da educação e da proteção do investidor, tendo como foco a construção de resiliência financeira para um mundo pós-COVID. A campanha abordou diferentes segmentos da população, incluindo funcionários e empresários, investidores seniores, jovens e adolescentes, bem como grupos vulneráveis, considerando a importância da educação financeira para a formação de novos investidores (WIW, 2023).

Conforme informado no relatório público da WIW de 2022, a participação de diferentes regiões, tanto em áreas desenvolvidas quanto em mercados emergentes, continua aumentando e embora as condições desafiadoras durante a pandemia global tenham afetado a participação, o número de regiões participantes e de partes interessadas aumentou nas campanhas de 2020, 2021 e 2022, ressaltando a necessidade da educação financeira para aprimorar a proteção do investidor de varejo em todo o mundo (IOSCO, 2023).

Quadro 13 - Informações sobre a WIW 2023

Indicador	Quantidade
Total de iniciativas realizadas	1.273 iniciativas
Alcance total	3,1 milhões de pessoas
Eventos	880 eventos como lives, webinars, palestras, podcasts e treinamentos
Alcance direto dos eventos	113.904 de pessoas
Sessões de assessoria	156 sessões de reunião individual e/ou em grupo
Alcance direto das sessões de assessoria	864 pessoas
Ações de marketing	237 ações como posts nas redes sociais, divulgação em rádio/TV e e-mail marketing
Alcance indireto das ações de marketing	Aproximadamente 03 milhões de pessoas
Empresas participantes	59 empresas
Segmentos das empresas participantes	reguladores, bancos, corretoras, cooperativas, associações, fintechs, empresas privadas, entidades privadas, universidades, escolas, órgãos públicos e consultorias

Fonte: Elaboração própria a partir do WIW, 2023.

Ao analisar os dados da WIW de 2023, observa-se as iniciativas realizadas para promover a educação financeira e o desenvolvimento do mercado de capitais, com números que indicam a participação de diversos setores da sociedade e o alcance dessas ações na construção de uma base de conhecimento e conscientização financeira para a comunidade.

A WIW é uma campanha internacional de conscientização sobre educação financeira e proteção do investidor e apesar de não ser uma política pública, ela é importante no Brasil por complementar os esforços da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Essa campanha global ajuda a disseminar a importância da educação e proteção do investidor, complementando as ações da ENEF e outras iniciativas governamentais de educação financeira no país, contribuindo para conscientizar a população sobre temas relevantes de investimentos, finanças e proteção do investidor, fortalecendo o ecossistema de educação financeira no país.

Quadro 14 – Principais eventos realizados durante a WIW 2023

Evento	Detalhes
Debates sobre educação financeira no evento de lançamento	Diversos debates sobre educação financeira ocorreram, incluindo temas como educação financeira em favelas, introdução à prática da educação financeira e desafios do MEC na implantação nas escolas.
Cerimônia na estátua do Cristo Redentor	Iluminação especial das cores da Semana Mundial do Investidor para o lançamento da WIW 2023 na região das Américas com representantes da CVM, B3 e Banco Central do Uruguai.
Lançamento de episódios de podcast sobre Criptoeconomia	A CVM e a ABCripto lançaram uma série de quatro episódios de podcast focados em criptoeconomia. Os episódios exploraram tópicos como a origem das criptomoedas, fundamentos, regulação aplicada aos criptoativos e mecanismos para evitar fraudes.
Lançamento da série de vídeos educacionais sobre Day Trade	A CVM lançou uma série educacional composta por três vídeos focados em Day Trade apresentados por representantes da CVM abordando questões como mitos e verdades sobre Day Trade, análise estatística e riscos associados à prática.
Lançamento do Plano de Ação de Finanças Sustentáveis da CVM	O Plano de Ação de Finanças Sustentáveis da CVM para 2023-2024 que visa promover práticas sustentáveis no mercado de capitais brasileiro, enfatizando a integridade institucional e a transparência ativa.
Série de webinars do Laboratório de Inovação Financeira (LAB)	A série de webinars do LAB abordou temas de inovação financeira e finanças sustentáveis, incluindo regulação de tecnologia, uso de Distributed Ledger Technology (DLT) na agenda ESG e desenvolvimento sustentável do mercado.
Webinar global sobre educação e proteção dos investidores no contexto da digitalização	No dia 06/10/23 houve um webinar internacional que abordou questões relacionadas à educação e proteção dos investidores em um cenário de crescente digitalização do mercado financeiro. Esse evento reuniu palestrantes especializados para discutir os benefícios e riscos dos serviços financeiros digitais e ativos digitais.
Webinars sobre fraudes financeiras e vieses comportamentais	A CVM e a Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (PLANEJAR) promoveram webinars abordando fraudes financeiras e vieses comportamentais, destacando as características das fraudes financeiras, estratégias para identificá-las e como os vieses comportamentais podem influenciar as decisões de investimento. Além disso, foram discutidas boas práticas para prevenir fraudes e promover uma abordagem mais consciente e informada para investimentos financeiros.
Cursos sobre educação financeira e empreendedora na Plataforma Se Liga Finanças ON	O Instituto Sicoob ofereceu cursos na Plataforma Se Liga Finanças ON, abordando educação financeira e empreendedorismo. Os cursos incluíram 'Se Liga Finanças Pessoais', que explorou temas como orçamento pessoal, dívidas e introdução a investimentos, e 'Se Liga Finanças para MEI', focado em gestão financeira e crédito para microempreendedores individuais.
Capacitação sobre finanças pessoais e sustentabilidade para crianças	O Instituto Sicoob proporcionou uma capacitação focada em finanças pessoais e sustentabilidade para crianças entre 6 e 14 anos por meio da Coleção Financinhas, disponível em diferentes idiomas, incentivando a reflexões sobre o uso consciente do dinheiro e dos recursos naturais, preparando as crianças para tomadas de decisões responsáveis e sustentáveis ao longo da vida.
Webinar sobre os impactos do novo marco regulatório dos assessores de investimentos	A CVM, a ABRACI (Associação Brasileira de Assessores de Investimentos) e a Liberta Investimentos organizaram um webinar para discutir os impactos do novo marco regulatório dos assessores de investimentos no mercado de varejo. O evento abordou a Resolução CVM 178 e a Resolução CVM 179, destacando mudanças como o fim da exclusividade, a designação de diretor responsável e a importância da transparência para os investidores.
Palestras sobre educação financeira e investimentos para adolescentes, jovens e adultos	A CVM, a Fundação MUDÉS e a PLANEJAR colaboraram para oferecer cinco palestras educativas sobre educação financeira para jovens aprendizes da Fundação MUDÉS. Essas palestras abordaram tópicos essenciais como gestão de orçamento, planejamento financeiro e noções de investimentos.

Fonte: Elaboração própria a partir do WIW, 2023.

Os eventos buscaram conscientizar os participantes sobre investimentos e o desenvolvimento do mercado de capitais, como o webinar global, por exemplo, que abordou as implicações da digitalização do mercado financeiro na educação financeira e proteção dos investidores. No referido evento, especialistas internacionais discutiram os benefícios e os riscos dos serviços financeiros digitais, destacando a necessidade de uma abordagem proativa para proteger os investidores contra fraudes e práticas enganosas. O evento acabou servindo como uma plataforma para compartilhar melhores práticas e estratégias para enfrentar os desafios emergentes associados à digitalização do mercado financeiro. Outro webinar foi dedicado às fraudes financeiras e vieses comportamentais que desempenharam um papel necessário na conscientização e na prevenção de práticas fraudulentas no mercado financeiro. Os participantes foram informados sobre as características das fraudes financeiras, estratégias para identificá-las e como os vieses comportamentais podem influenciar as decisões de investimento. Além disso, foram discutidas boas práticas para prevenir fraudes e promover uma abordagem mais consciente e informada para investimentos financeiros.

A racionalidade por trás da Semana Mundial do Investidor (WIW) pode ser vista como uma tentativa de consolidar a imagem de um mercado financeiro mais seguro e educado, particularmente em um contexto de crescente digitalização e complexidade financeira. A campanha busca elevar o nível de conhecimento dos investidores sobre temas como criptoativos, finanças sustentáveis e prevenção de fraudes, entretanto essa abordagem pode ser interpretada como uma forma de direcionar o foco majoritário para um grupo relativamente pequeno: os investidores. O Brasil, com uma vasta maioria da população enfrentando problemas de endividamento e falta de noções básicas de finanças, tem uma necessidade que vai além do escopo dos investimentos.

A intencionalidade subjacente ao foco na proteção do investidor pode ser vista como uma tentativa de justificar a relevância e a existência das entidades participantes, como a CVM e a B3, ao demonstrar seu compromisso com a educação e proteção financeira. Essa estratégia pode fortalecer a imagem dessas instituições no mercado, mas não necessariamente abordar as questões mais amplas de educação financeira que afetam a maior parte da população brasileira. Além disso, a campanha, apesar de seu sucesso em atingir milhões de pessoas e promover diversos eventos educacionais, pode não ter conseguido alcançar

efetivamente a parcela da população que mais necessita de suporte financeiro. O foco em temas avançados e na proteção do investidor pode desviar a atenção de questões fundamentais, como a gestão de dívidas, planejamento financeiro pessoal e educação financeira básica.

4.2.9 Global Money Week

A Global Money Week (GMW) é uma iniciativa promovida pela OCDE que ocorre anualmente, com o intuito de promover a educação financeira entre crianças e jovens em escala global (GMW, 2023).

A Semana Global Money Brasil é coordenada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em 2023 contou com a participação de 31 organizações, incluindo instituições financeiras, educacionais, reguladoras e ONGs. Durante o evento, foram abordados diversos temas como finanças sustentáveis, orçamento familiar, consumo consciente, crédito e dívida. Um dos destaques foram as palestras realizadas sobre finanças e investimentos sustentáveis, visando promover uma maior conscientização sobre a importância da sustentabilidade no contexto financeiro, além do lançamento da "Calculadora do Investidor" e a "Coleção Financinhas", projetos destinados a disseminar conceitos de educação financeira de forma lúdica e inteligente entre crianças e jovens (GMW, 2023).

Ao todo mais de 1.245 iniciativas foram realizadas em todo o Brasil, incluindo eventos como lives, webinars, palestras, seminários, workshops, entre outros, alcançando cerca de 11,3 milhões de pessoas representando um aumento significativo em relação ao ano anterior, com um aumento de 364% no número de pessoas alcançadas, além de contar com a participação de mais de 32 empresas de diversos setores, mostrando o engajamento de diferentes segmentos da sociedade na promoção da educação financeira (GMW, 2023).

Nesse ano foi realizada sua 12^o edição entre os dias 18 a 24 de março sendo seu principal objetivo a conscientização sobre a importância de garantir que os jovens obtenham conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, por consequência, alcançar o bem-estar financeiro e a resiliência financeira ao longo da vida (GMW, 2024).

O tema de 2024 foi "Proteja seu dinheiro, assegure seu futuro", destacando a conscientização sobre as decisões individuais de poupança e investimento, sendo

realizados durante a semana uma variedade de eventos gratuitos, como palestras, oficinas e debates, com o objetivo de promover a educação financeira para crianças e jovens.

A GMW é uma iniciativa global e ao longo de 10 edições, a campanha atingiu mais de 60 milhões de crianças e adolescentes em 176 países, além de contar com o apoio de 40.416 organizações dedicadas à promoção da educação financeira (GMW, 2023).

Tabela 18 - Participação e alcance da Semana Global Money no Brasil 2017-2023

Ano	Organizações Participantes	Crianças e Jovens atendidos	Adultos atendidos	Pessoas atendidas indiretamente
2023	31	61.115	8.500	11.282.126
2022	93	554.697	1.915.187	2.469.784
2021	27	1.400.000	1.400.000	Não reportado
2019	04	166.000	Não reportado	70.200.000
2018	344	1.230.182	Não reportado	04 milhões
2017	01	33	Não reportado	200

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Global Money Week Annual Report, 2023.

Na tabela observa-se um crescimento no número de organizações participantes de 2017 até 2023, indicando um aumento no engajamento de diversos setores na promoção da educação financeira, sugerindo um reconhecimento crescente da importância da conscientização financeira em todas as faixas etárias e em diversos segmentos da sociedade. O número de crianças e jovens atendidos também mostra uma tendência de equipar as futuras gerações com habilidades financeiras para uma vida adulta equilibrada.

A racionalidade por trás da Global Money Week (GMW) é promover a educação financeira entre as gerações mais jovens para prepará-las para uma vida financeira saudável e sustentável. A campanha foca em desenvolver habilidades financeiras desde cedo, o que pode potencialmente reduzir problemas financeiros futuros e aumentar a resiliência financeira e ao incluir temas avançados como finanças sustentáveis e investimentos, a GMW pretende preparar os jovens para um ambiente financeiro cada vez mais complexo e interconectado.

No entanto, a intencionalidade pode ser questionada em relação à adequação do foco da campanha ao perfil do público-alvo, pois embora a ênfase em temas avançados como finanças sustentáveis e investimentos seja relevante, o Brasil enfrenta um desafio fundamental: a falta de educação financeira básica. A maioria da população, especialmente os adultos e famílias que lidam com endividamento e

falta de conhecimento financeiro, pode não se beneficiar plenamente de temas avançados sem primeiro dominar conceitos básicos de gerenciamento de dinheiro, orçamento e endividamento.

O número elevado de participantes e eventos não garante necessariamente uma compreensão aprofundada ou uma mudança comportamental significativa. A falta de dados completos sobre a eficácia e a retenção do aprendizado também limita a avaliação do impacto real da iniciativa. E a priorização de conceitos avançados pode criar uma falsa sensação de segurança e compreensão, enquanto a verdadeira necessidade é a educação financeira básica e acessível.

4.2.10 Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEP)

A Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEP) surgiu a partir da Olimpíada Paraibana de Educação Financeira, transcendendo as fronteiras da Paraíba e expandindo-se para todo o Brasil. Desde sua concepção, a OBEP teve como missão primordial estimular e promover o estudo da Educação Financeira nas escolas por meio de competições, desafios e programas educacionais, não apenas fomentando o aprendizado sobre finanças pessoais, mas também cultivando habilidades essenciais para a gestão responsável de recursos e tomada de decisões financeiras conscientes (Sousa, Lucena, 2021).

Idealizada pelo Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, a OBEP ganhou projeção nacional a partir da ideia do projeto “Educação Financeira para toda a Vida”, que começou a se configurar em 2017. Como decorrência, ocorreu a I Olimpíada Paraibana de Educação Financeira (I OPEF), direcionada a todos os estudantes da rede pública e privada do estado da Paraíba. A ideia surgiu a partir de um curso de especialização em finanças empresariais em 2008 e para os seus coordenadores, foi percebido o despreparo dos alunos com relação ao controle das despesas. Após a OBEP ter mostrado bons resultados, expandiu-se o conceito, sendo organizada a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEP), a partir de 2019 (Sousa, Lucena, 2021).

Tabela 19 - Início das Olimpíadas Brasileira de Educação Financeira

Ano	Evento	Participantes
2017	I Olimpíada Paraibana de Educação Financeira (I OPEF)	1.000 alunos
2018	II Olimpíada Paraibana de Educação Financeira (II OPEF)	4.000 alunos
2019	I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (I OBEF)	40.000 alunos
2020	II Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (II OBEF)	Remota

Fonte: Elaboração própria a partir do trabalho de Sousa e Lucena, 2021.

A participação na OBEF está aberta a alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, seus objetivos são testar e aprofundar o conhecimento sobre questões relacionadas à educação financeira, buscando despertar nos participantes a importância desta temática para suas vidas. A competição consiste em uma prova com questões objetivas e subjetivas para todos os alunos regularmente matriculados nas instituições de ensino pública e privada, subdividida em cinco níveis.

Quadro 15 - Classificação por Níveis de Ensino

Nível	Faixa Escolar
1	2º ao 3º ano do Ensino Fundamental
2	4º ao 5º ano do Ensino Fundamental
3	6º ao 7º ano do Ensino Fundamental
4	8º ao 9º ano do Ensino Fundamental
5	1º ao 3º ano do Ensino Médio

Fonte: Elaboração própria a partir do trabalho de Sousa e Lucena, 2021.

A competição busca contribuir para a melhoria da qualidade da educação no país, oferecendo uma plataforma onde os estudantes podem não apenas testar seus conhecimentos, mas também expandi-los por meio de desafios e questões elaboradas. Neste sentido, os objetivos da OBEF são diversos e abrangentes, indo desde despertar o interesse das crianças e adolescentes pela Educação Financeira até fornecer informações importantes para o desenvolvimento de políticas públicas que visem minimizar os problemas financeiros existentes em nossa sociedade.

Quadro 16 - Objetivos da OBEF

Objetivos
Estimular e promover o estudo da Educação Financeira nas instituições de ensino de cada estado da federação brasileira.
Contribuir para a melhoria da qualidade da Educação no Brasil.
Despertar o interesse de crianças e adolescentes no aprendizado da Educação Financeira desde a infância, para que acompanhe todo o seu desenvolvimento.
Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento
Conhecer o nível de conhecimento, sobre Educação Financeira, dos alunos alvo deste projeto
Fornecer informações para o desenvolvimento de políticas públicas, no sentido de minimizar os problemas financeiros existentes na nossa sociedade, para as futuras gerações.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento I OBEF, 2019,

De acordo com Sousa e Lucena (2021) a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF) surge como uma ferramenta essencial para fomentar o diálogo sobre Educação Financeira nas instituições de ensino, impulsionar a inclusão social por meio da competição e, através de suas análises, oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas a mitigar os desafios financeiros enfrentados pela nossa sociedade, mas embora seja um indicador positivo de engajamento, o caráter simbólico da competição não garante necessariamente um impacto profundo na educação financeira dos participantes. A natureza da OBEF, centrada em provas e desafios, pode levar a uma abordagem superficial do tema, onde os alunos podem se preparar para as provas sem realmente adquirir um conhecimento duradouro sobre finanças pessoais.

O seu formato orientado para a competição e focado em testes, pode promover um entendimento inicial da educação financeira, mas não necessariamente resulta em uma transformação significativa nos comportamentos financeiros dos jovens. Os alunos podem se concentrar em aprender para a prova, sem realmente integrar ou questionar os conceitos financeiros em suas vidas diárias. Além disso, a competição pode privilegiar os alunos que já possuem algum conhecimento prévio ou que têm acesso a recursos adicionais para estudar, deixando de lado aqueles que mais precisam de educação financeira básica e acessível.

A Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF) é um exemplo de como iniciativas educacionais podem aumentar a conscientização sobre finanças pessoais e incentivar a inclusão social, mas também revela as limitações de abordagens que não se aprofundam nas necessidades educativas reais da maioria da população.

Na próxima seção, serão apresentados os resultados da análise dos documentos examinados, fornecendo uma visão detalhada das informações coletadas e suas implicações para a pesquisa. Na seção seguinte, será realizada a análise das entrevistas, que fornecerá informações adicionais sobre as perspectivas e experiências relacionadas às políticas públicas de educação financeira.

4.3 Alguns achados de pesquisas a partir da análise dos documentos

A análise de documentos envolve o estudo, a interpretação e a sistematização das informações presentes para entender contextos, identificar padrões e extrair significados importantes (Minayo, 2007).

No contexto desta pesquisa, foram examinados documentos relacionados à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) que apoiaram na análise das políticas públicas de educação financeira, oferecendo dados complementares e relevantes sobre as estratégias, objetivos e desdobramentos dessas políticas, além de esclarecer seus princípios fundamentais.

Quadro 17 - Evolução do tema Educação Financeira

Ano	Evento	Localização
2005	Recommendation Of The OCDE Council	Mundial
2009	Financial Literacy and Consumer Protection: Overlooked Aspects of the Crisis Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness	Mundial
2010	Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.	Brasil
2012	Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira	Brasil
2012	Recommendation of the Council on High-Level Principles on Financial Consumer Protection	Mundial
2013	Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013.	Brasil
2018	Mapeamento de iniciativas de Educação Financeira	Brasil
2020	Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020	Brasil
2020	Recommendation of the Council on Financial Literacy	Mundial
2022	Recommendation of the Council on Public Policy Evaluation	Mundial
2022	Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira	Brasil

Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao examinar os relatórios oficiais, diretrizes e documentos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), foi possível obter informações complementares e relevantes sobre as estratégias, objetivos e desdobramentos dessas políticas, bem como sobre seus princípios subjacentes. A diversidade dos documentos analisados, que incluem decretos governamentais, recomendações internacionais e relatórios de iniciativas educacionais, proporciona uma visão das políticas de educação financeira no Brasil e permite uma compreensão mais aprofundada das práticas e desafios neste campo.

A construção e desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) tiveram início com o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a ENEF, definindo seus princípios e objetivos fundamentais, onde se estabeleceu os papéis e responsabilidades dos órgãos governamentais e entidades privadas envolvidas na promoção da educação financeira, além de criar os mecanismos de coordenação e avaliação do progresso da estratégia.

Para coordenar a execução da ENEF, foi instituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) no âmbito do Ministério da Fazenda, composto por representantes de diversos órgãos governamentais e da sociedade civil, os quais foram indicados e designados conforme procedimentos estabelecidos. O CONEF tinha o papel de promover a ENEF por meio da elaboração de planos, programas e ações, além de estabelecer metas para sua execução.

Quadro 18 - Principais aspectos do Decreto nº 7.397/2010

Aspectos	Detalhes
Assunto	Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).
Publicação	Dezembro de 2010.
Autor	Presidente da República
Objetivo	Promover a educação financeira e previdenciária, fortalecer a cidadania e contribuir para a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional.
Abrangência	Todo o território nacional
Diretrizes	Atuação permanente em âmbito nacional, gratuidade das ações de educação financeira, prevalência do interesse público, formação de parcerias com órgãos públicos, instituições privadas e sociedade civil.
Atuação	Realizada por meio de informação, formação e orientação, com centralização da gestão e descentralização da execução das atividades, com avaliação e revisão periódica.
Ações	Inclusão da educação financeira no currículo escolar, promoção de campanhas educativas, estímulo à criação de programas de educação financeira em instituições financeiras.
Desafios	Falta de recursos para implementação efetiva, resistência de algumas instituições em incluir a educação financeira no currículo, necessidade de monitoramento contínuo dos resultados das ações, abordagem limitada ou superficial em relação à educação financeira, possível viés da estratégia em favor das instituições financeiras.

Fonte: Elaboração própria a partir do decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

A "Recommendation of the OECD Council" de 2005 é um documento emitido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma organização internacional que busca promover políticas que visem ao desenvolvimento econômico e social em seus países membros. Esta recomendação estabelece princípios e diretrizes para a educação financeira em países membros da OCDE.

O documento foi desenvolvido com o objetivo de fornecer orientações aos países membros sobre como promover a educação financeira de forma eficaz em suas populações, destacando a importância da educação financeira para capacitar os indivíduos a tomarem decisões financeiras mais informadas e responsáveis ao longo de suas vidas.

Alguns dos princípios abordados na recomendação incluem a necessidade de integrar a educação financeira no currículo escolar, promover a colaboração entre os

setores público e privado na oferta de programas de educação financeira e garantir que as informações financeiras sejam claras, acessíveis e adaptadas às necessidades dos diferentes grupos demográficos. Essa recomendação tem sido um marco importante na promoção da educação financeira em nível internacional, fornecendo uma base sólida para os países membros da OCDE desenvolverem suas próprias políticas e estratégias nesse campo.

Esse documento influenciou indiretamente o Brasil na promoção da educação financeira, pois embora o Brasil não seja um membro da OCDE, o país tem buscado se alinhar a padrões e boas práticas internacionais em diversas áreas, incluindo a educação financeira.

A recomendação da OCDE forneceu um conjunto de princípios e diretrizes que serviram como referência para o desenvolvimento de políticas e estratégias de educação financeira no Brasil como, por exemplo, a integração da educação financeira no currículo escolar e a colaboração entre os setores público e privado. Além disso, contribuiu para fomentar o tema da educação financeira na agenda política e econômica internacional, o que por sua vez influenciou o debate sobre o tema no Brasil culminando na criação de políticas e programas específicos.

Quadro 19 - Principais aspectos do documento Recommendation of the OCDE Council/2005

Aspectos	Detalhes
Assunto	Recomendação do Conselho da OCDE
Publicação	Dezembro de 2005
Autor	Conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
Objetivo	Estabelecer princípios e diretrizes para a educação financeira em países membros da OCDE
Abrangência	Países membros da OCDE
Diretrizes	Definição de princípios fundamentais para a educação financeira, enfatizando a importância da alfabetização financeira.
Atuação	Implementação de programas de educação financeira em escolas, locais de trabalho e comunidades.
Ações	Desenvolvimento de materiais educacionais, promoção de parcerias público-privadas, avaliação de impacto dos programas
Desafios	Desafios na implementação efetiva, falta de coordenação entre os países membros, necessidade de avaliação contínua

Fonte: Elaboração própria a partir do documento Recommendation of the OCDE Council (2005).

Posteriormente, o documento "Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira" de 2012, é um resumo do capítulo "Brazil: Implementing the National Strategy", que faz parte do estudo "Advancing National Strategies for

Financial Education" publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Trata-se de uma versão em português disponibilizada pelo Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil, em colaboração com os membros do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Seu objetivo principal é fornecer um guia sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), seguindo os princípios de alto nível estabelecidos pelo OECD/INFE High Level Principles on National Strategies for Financial Education, aprovado pelos líderes do G20 em Los Cabos em 2012.

O documento aborda diversos aspectos, incluindo definição, escopo, preparação, mecanismos de governança, implementação e informações adicionais relacionadas à ENEF. Para garantir a consistência, são utilizados como referência outros documentos, como decretos, deliberações, portarias, o Plano Diretor do ENEF e seus anexos.

Quadro 20 - Principais aspectos do documento Implantando Estratégia Nacional Educação Financeira

Aspectos	Detalhes
Assunto	Implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira
Publicação	Junho de 2012
Autor	Conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e disponibilizada pelo Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil
Objetivo	Estabelecer uma política permanente para a educação financeira, visando a participação conjunta dos setores público e privado, com gestão centralizada e execução descentralizada. Promover uma cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão dos cidadãos para fazerem escolhas bem informadas e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de fundos de previdência.
Abrangência	Todo o território nacional
Diretrizes	As diretrizes da ENEF foram definidas em um processo de consulta a múltiplos stakeholders sendo elas: permanência e abrangência nacional, acesso gratuito e universal, prevalência do interesse público, abordagem baseada em informação-formação-orientação, avaliação e revisão periódica, incentivo a parcerias público-privadas.
Atuação	Concentra-se inicialmente em jovens e crianças, expandindo-se para os adultos com base em critérios de vulnerabilidade e urgência. Prioriza-se mulheres beneficiárias do Bolsa Família e aposentados, reconhecendo sua maior suscetibilidade ao superendividamento.
Ações	Criação de materiais educativos, estabelecimento de parcerias com outras entidades e órgãos governamentais, realização de eventos presenciais, como seminários e feiras, canais de comunicação online, oferta de cursos, treinamentos e capacitações para diferentes públicos-alvo e promoção de concursos, palestras, debates e outras atividades interativas para incentivar a participação e o envolvimento ativo do público na promoção da educação financeira.
Desafios	Dependência de parcerias com o setor privado para promover a educação financeira, não levar em consideração as necessidades e circunstâncias específicas de cada grupo, ênfase excessiva na responsabilidade individual na gestão financeira obscurecendo questões estruturais mais amplas, adequação dos recursos educacionais fornecidos, especialmente em relação à linguagem utilizada, acessibilidade para pessoas com diferentes níveis de educação e cultura financeira, e a relevância dos conteúdos para a vida real das pessoas.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento do documento Implantando Estratégia Nacional de Educação Financeira (2012).

O Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, instituiu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania, representando um marco na proteção e defesa dos direitos dos consumidores no Brasil, estabelecendo diretrizes, objetivos e eixos de atuação que visam promover a proteção e defesa do consumidor em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

Uma das principais diretrizes do Plano é a educação para o consumo, que busca capacitar os consumidores para tomarem decisões mais conscientes e informadas, buscando não apenas informar os consumidores sobre seus direitos básicos, mas também orientá-los sobre práticas de consumo responsáveis e sustentáveis, incluindo aspectos como a compreensão dos direitos do consumidor, a

análise crítica de informações sobre produtos e serviços, a gestão financeira pessoal e a identificação de práticas comerciais abusivas.

A educação para o consumo desempenha um papel importante na capacitação dos consumidores para agirem de forma autônoma e assertiva no mercado, contribuindo para o fortalecimento dos direitos do consumidor e o desenvolvimento de uma relação mais equilibrada entre fornecedores e consumidores.

O Plano Nacional de Consumo e Cidadania complementou ao estabelecer diretrizes adicionais para a implementação da ENEF abordando aspectos específicos, como a ampliação da participação da sociedade civil, o aprimoramento dos instrumentos de monitoramento e avaliação, e a inclusão de novos temas ou grupos-alvo nas iniciativas de educação financeira.

Quadro 21 - Principais aspectos do Decreto nº 7.963/2013

Aspectos	Detalhes
Assunto	Plano Nacional de Consumo e Cidadania
Publicação	Março de 2013
Autor	Presidência da República
Objetivo	Instituir políticas e diretrizes para promover o consumo consciente, a defesa do consumidor e a educação financeira, visando a proteção e promoção dos direitos dos consumidores.
Abrangência	Todo o território nacional
Diretrizes	Promoção de iniciativas de conscientização e capacitação dos consumidores, visando melhorar sua compreensão sobre o uso responsável do dinheiro e a tomada de decisões financeiras, assegurar que os consumidores tenham acesso a informações claras, precisas e transparentes sobre produtos e serviços financeiros, facilitando assim sua capacidade de fazer escolhas informadas e tomar decisões financeiras adequadas, estímulo às empresas para oferecer produtos e serviços financeiros que respeitem o meio ambiente, os direitos humanos e promovam práticas sustentáveis, contribuindo assim para uma cultura de consumo consciente e responsável.
Atuação	Bancos, cooperativas de crédito e outras instituições financeiras que oferecem programas de educação financeira, escolas e universidades, governos municipais, estaduais e federais, organizações da sociedade civil, empresas e locais de trabalho
Ações	Desenvolvimento e implementação de programas de formação e capacitação, realização de campanhas educativas, facilitação do acesso a informações financeiras, parcerias com entidades públicas e privadas, incentivo à responsabilidade corporativa.
Desafios	Desafios em alcançar e engajar grupos marginalizados ou com baixa alfabetização financeira, efetividade das estratégias de ensino sobre quais métodos são mais eficazes, influência dos Interesses comerciais quando financiadas por instituições financeiras ou empresas, complexidade dos produtos financeiros dificultando para os consumidores entenderem plenamente os riscos e benefícios envolvidos, responsabilidade das instituições financeiras em fornecer produtos e serviços transparentes e equitativos.

Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto nº 7.963/2013

Esse documento pode ter sido influenciado pelo “Recommendation of the Council on High-Level Principles on Financial Consumer Protection” desenvolvida pela OCDE como resposta à crise financeira de 2008, reconhecendo a importância da proteção dos consumidores financeiros. Adotada em 2012, a Recomendação sobre Princípios de Alto Nível sobre Proteção do Consumidor Financeiro estabelece um quadro abrangente para proteger os consumidores no setor financeiro e é endossada pelo G20 como padrão internacional, complementando as normas financeiras existentes e é aplicável a diversos setores, incluindo crédito, bancos, pagamentos, seguros, pensões e investimentos.

Os princípios abordam questões como reconhecimento legal da proteção do consumidor, supervisão eficaz, tratamento justo, educação financeira, transparência, proteção de dados, concorrência e acesso a mecanismos de reparação. O mesmo parece ter sido influenciado pelo documento pelo "Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness" da OCDE, que estabeleceu diretrizes para promover a conscientização e a educação financeira, especialmente no âmbito do crédito, reconhecendo benefícios e os riscos da inovação nesse mercado, enfatizando a importância de educar os consumidores para tomarem decisões mais informadas sobre empréstimos.

O documento destaca as potenciais consequências negativas de decisões de crédito desinformadas e advoga por uma maior conscientização dos consumidores para facilitar o acesso a serviços financeiros e melhorar o bem-estar pessoal, enfatizando a importância de compreender a complexidade dos produtos de crédito, ressaltando a necessidade dos consumidores estarem cientes de seus direitos e responsabilidades.

Em paralelo, o Caderno de Educação Financeira, Gestão de Finanças Pessoais, publicado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 2013, foi elaborado para promover a educação financeira e ajudar os consumidores a gerenciar suas finanças. O documento aborda uma variedade de tópicos relacionados à gestão financeira pessoal, desde o planejamento de orçamento até o controle de gastos e o uso consciente do crédito, oferecendo orientações práticas sobre como criar e manter um orçamento equilibrado, economizar para objetivos de curto e longo prazo, evitar dívidas desnecessárias e lidar com situações financeiras adversas, como desemprego ou emergências médicas. Além disso, o caderno destaca a educação financeira como uma ferramenta para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e

promover a estabilidade econômica, fornecendo exemplos de como aplicar os conceitos discutidos em sua própria vida financeira.

Quadro 22 - Principais aspectos do Caderno de Educação Financeira

Aspectos	Detalhes
Assunto	Caderno de Educação Financeira, Gestão de Finanças Pessoais,
Publicação	Ano de 2013
Autor	Banco Central do Brasil (BACEN)
Objetivo	Fornecer orientações e ferramentas para a promoção da educação financeira, capacitando os consumidores a fazerem escolhas informadas e responsáveis em relação ao crédito, orçamento pessoal, consumo consciente, poupança, investimento, prevenção financeira e proteção, visando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento de uma cultura financeira saudável.
Abrangência	Todo o território nacional
Diretrizes	Promover a compreensão sobre o uso responsável do dinheiro, garantir acesso a informações claras sobre produtos financeiros, estimular empresas a oferecer produtos sustentáveis, promover o consumo consciente, oferecer ferramentas para gestão financeira pessoal e familiar, e prevenir riscos financeiros.
Atuação	Consumidores em geral, escolas, universidades, instituições financeiras, empresas e organizações da sociedade civil.
Ações	Módulos que abordam competências relacionadas à gestão de finanças pessoais: Nossa Relação com o Dinheiro, Orçamento Pessoal ou Familiar, Uso do Crédito e Administração das Dívidas, Consumo Planejado e Consciente, Poupança e Investimento, Prevenção e Proteção.
Desafios	Efetividade das estratégias de ensino, influência de interesses comerciais, complexidade dos produtos financeiros e responsabilidade das instituições financeiras em fornecer transparência e equidade.

Fonte: Elaboração própria a partir do Caderno de Educação Financeira, BACEN (2013).

O Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira de abril de 2018, conduzido pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), teve como objetivo principal caracterizar e compreender o funcionamento das diversas iniciativas nesse campo, fornecendo subsídios para a elaboração do Selo ENEF, que reconheceria as iniciativas que cumprissem requisitos mínimos, além de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e direcionadas à promoção da inclusão financeira e do bem-estar da população. Ele oferece uma visão abrangente das iniciativas existentes no país, identificando suas características e áreas de atuação, o que permitiu identificar lacunas na oferta de educação financeira e potenciais parcerias entre os diversos atores envolvidos.

Quadro 23 - Principais aspectos do Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira

Aspectos	Detalhes
Assunto	Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira
Publicação	Abril de 2018
Autor	Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil)
Objetivo	Caracterizar e compreender o funcionamento das iniciativas de Educação Financeira no Brasil, fornecer subsídios para a elaboração do Selo ENEF e contribuir para políticas públicas direcionadas à promoção da inclusão financeira e do bem-estar da população.
Abrangência	Participação de 25 mil contatos diretos e mais de 10.000 pessoas impactadas através de redes sociais e newsletters.
Diretrizes	Contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas, com o propósito de promover a inclusão financeira e o bem-estar da população, identificar padrões e tendências nas iniciativas de Educação Financeira, proporcionando dados e informações para o desenvolvimento de políticas e estratégias futuras no campo da educação financeira no país.
Atuação	Participação de uma variedade de stakeholders, incluindo instituições públicas e privadas envolvidas em iniciativas de educação financeira, profissionais da área financeira e de educação.
Ações	Questionário estruturado em uma plataforma digital para coletar informações relevantes sobre as instituições envolvidas, coleta de dados utilizando principalmente e-mails e redes sociais.
Desafios	Aprimorar os métodos de coleta de dados para garantir uma representação mais abrangente, promover a transparência e a imparcialidade na análise dos dados, minimizando a influência dos interesses comerciais e garantindo a equidade na representação de diferentes tipos de iniciativas. Investir em capacitação e educação para os profissionais envolvidos e estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação contínua para monitorar o progresso ao longo do tempo, identificando áreas que precisam de ajustes ou melhorias adicionais.

Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018).

O decreto nº 10.393, de 2020, é uma atualização da política nacional de educação financeira estabelecida pelo decreto anterior do ano de 2010 e uma das principais atualizações desse decreto é a ampliação do escopo da política, que agora abrange não apenas ações voltadas para a população em geral, mas também para diferentes níveis de ensino, incluindo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino superior. Destaca explicitamente a prevenção do superendividamento como um dos objetivos da política nacional refletindo a preocupação crescente com o endividamento excessivo da população.

Outra mudança é a ênfase na cooperação entre entidades públicas e privadas na promoção da educação financeira, incentivando a formação de parcerias para desenvolver e implementar programas nessa área. O decreto também estabelece atribuições mais claras para os órgãos competentes e prevê avaliações periódicas e monitoramento contínuo dos resultados das ações de educação financeira, visando uma abordagem mais sistemática e baseada em evidências na implementação da política nacional de educação financeira.

Uma das mudanças mais notáveis foi à criação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), uma instância que visa promover a colaboração entre os setores público e privado, a sociedade civil e o meio acadêmico no desenvolvimento e implementação de iniciativas de educação financeira.

Anteriormente, o CONEF desempenhava o papel principal como órgão consultivo responsável por coordenar e articular as ações relacionadas à educação financeira no país, entretanto, com a promulgação do decreto o CONEF foi excluído e substituído pelo FBEF que, ao contrário do CONEF que tinha uma estrutura mais formal e restrita, busca ser um espaço mais dinâmico e participativo, permitindo uma troca de ideias, experiências e recursos entre os membros, facilitando uma resposta mais ágil e adaptável às necessidades e desafios em constante evolução no campo da educação financeira.

Quadro 24 - Principais aspectos do Decreto nº 10.393/2020

Aspectos	Detalhes
Assunto	Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF
Publicação	Junho de 2020
Autor	Presidência da República
Objetivo	Estabelecer o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) como órgão consultivo e de articulação para políticas de educação financeira, substituindo o Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF). Atualizar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em consonância com as novas diretrizes e objetivos do FBEF.
Abrangência	Participação de diversos setores da sociedade, incluindo governo, setor privado, sociedade civil e meio acadêmico.
Diretrizes	Contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas, identificar padrões e tendências nas iniciativas de Educação Financeira, proporcionando dados e informações para o desenvolvimento de políticas e estratégias futuras. Promover a transparência e imparcialidade na análise dos dados, minimizando a influência dos interesses comerciais e garantindo a equidade na representação de diferentes tipos de iniciativas, estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação contínua para monitorar o progresso ao longo do tempo, identificando áreas que precisam de ajustes ou melhorias adicionais.
Atuação	Desenvolvimento de materiais educativos, realização de workshops e eventos, capacitação de educadores, campanhas de conscientização, parcerias com instituições financeiras e a implementação de mecanismos de avaliação e monitoramento.
Ações	Bancos, cooperativas de crédito e outras instituições financeiras que oferecem programas de educação financeira, escolas e universidades, governos municipais, estaduais e federais, organizações da sociedade civil, empresas e locais de trabalho.
Desafios	Necessidade de adaptação às mudanças no cenário financeiro e tecnológico, lidar com questões emergentes, como a digitalização dos serviços financeiros e os desafios associados à segurança cibernética. Efetividade das políticas e iniciativas de educação financeira, garantindo que atinjam os grupos-alvo e abordem suas necessidades específicas. Garantir a coordenação eficaz entre as diversas partes interessadas envolvidas na implementação da estratégia de educação financeira.

Fonte: Elaboração própria a partir do Decreto nº 10.393/2020.

Já o documento “Recommendation of the Council on Financial Literacy”, adotada pelo Conselho da OCDE em outubro de 2020, é um instrumento destinado a orientar governos, autoridades públicas e partes interessadas na concepção, implementação e avaliação de políticas de literacia financeira. Considerando a crescente complexidade do ambiente financeiro e os desafios apresentados pela evolução demográfica, socioeconômica e financeira, bem como pela crise socioeconômica decorrente da pandemia de COVID-19, a recomendação destaca a importância de melhorar o conhecimento dos produtos financeiros, reforçar as competências financeiras dos consumidores e promover seu bem-estar e a proteção do consumidor financeiro.

Desenvolvida ao longo de um processo abrangente e interativo, a recomendação substitui e atualiza a “Recommendation Of The OCDE Council” de 2005, levando em consideração pesquisas e tendências globais como a digitalização das finanças e os riscos ambientais, econômicos e sociais. O escopo da recomendação abrange áreas como estratégias nacionais para literacia financeira, integração da literacia financeira em vários setores e implementação eficaz de programas de educação financeira.

Na sequência o Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira de 2022 apresentou um resumo das atividades, resultados alcançados e planos futuros de várias iniciativas relacionadas à educação financeira, desenvolvidas por diversas instituições, como o Banco Central do Brasil (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon/MJ) nos anos de 2020 e 2021. Os destaques são:

Quadro 25 - Principais Iniciativas de Educação Financeira

Iniciativa	Descrição
Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF)	Realização de eventos para promover a educação financeira em todo o país, com destaque para a 8ª edição, cujo tema foi "Planejamento, poupança e crédito consciente".
Apoio ao Superendividado	Iniciativas para entender e mitigar os impactos negativos do superendividamento, como a atualização de indicadores e a publicação de conteúdos de conscientização.
Mapeamento de ações de Educação Financeira do SFN	Monitoramento e avaliação das ações de educação financeira realizadas por instituições financeiras.
Índice de Saúde Financeira do Brasileiro	Desenvolvimento de um indicador para medir a saúde financeira da população, com a entrega do índice e sua metodologia, além da realização de pesquisas.
Plataforma de Educação Financeira Meu Bolso em Dia	Lançamento de uma plataforma interativa e gamificada para educação financeira, com acompanhamento da evolução e melhorias.
Programa Aprender Valor	Apoio à implementação da educação financeira nas escolas públicas de Ensino Fundamental.
Programa de Aceleração Meu Bolso em Dia	Apoio a projetos de inovação em educação financeira, com seleção de startups e acompanhamento das vencedoras.
Projeto Fatura Fácil	Avaliação do impacto de um novo modelo de fatura de cartão de crédito sobre o comportamento financeiro da população de baixa renda.
Canal CVM Educacional nas mídias sociais	Produção de conteúdos educacionais nas redes sociais, com alcance significativo em diversas plataformas.
Portal do Investidor	Disseminação de conteúdos educacionais para investidores por meio de um website, com lançamento de novas publicações e planejamento de uma nova versão do portal.

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (2022).

Durante a presidência inicial do FBEF, conduzida pelo Banco Central entre 2020 e 2022, foram publicados dois comunicados: o primeiro estabeleceu os princípios e diretrizes da nova ENEF, enquanto o segundo delineou um plano de ação baseado nas iniciativas dos membros. Destaca-se a realização de duas edições da Semana Nacional de Educação Financeira, envolvendo não apenas os membros do FBEF, mas também diversas organizações e cidadãos, alcançando um amplo público.

O relatório apresentou os principais resultados dessas atividades, evidenciando o compromisso dos membros do FBEF em cumprir os objetivos estratégicos da ENEF, fazendo uma análise do progresso e dos desafios enfrentados na sua implementação, destacando resultados, lições aprendidas e recomendações para aprimorar políticas e práticas de educação financeira.

A "Recommendation of the Council on Public Policy Evaluation" publicado em julho de 2022 é um documento da OCDE que fornece diretrizes e princípios para avaliar a eficácia e eficiência das políticas públicas implementadas pelos governos, com o compromisso de promover a boa governança e aprimorar a tomada de

decisões políticas baseadas em evidências. A avaliação de políticas públicas é essencial para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficaz, atendendo às necessidades da sociedade e alcançando os resultados desejados.

Conforme o documento alguns princípios são fundamentais para uma boa avaliação de políticas públicas, sendo eles:

Quadro 26 - Princípios para uma boa avaliação de políticas públicas

Princípios	Descrição
Clareza de objetivos	Definir objetivos claros e precisos para orientar a avaliação da política pública.
Abordagem abrangente	Considerar todos os aspectos relevantes da política, incluindo seus impactos econômicos, sociais, ambientais e políticos.
Coleta de dados adequada	Garantir a disponibilidade de dados confiáveis e relevantes para a avaliação, utilizando métodos adequados de coleta e análise.
Análise de impacto	Avaliar os efeitos da política sobre a população-alvo, identificando tanto os resultados positivos quanto negativos.
Avaliação da implementação	Analisar como a política foi implementada na prática, incluindo questões relacionadas à gestão, recursos e coordenação.
Avaliação dos custos e benefícios	Determinar os custos associados à implementação da política e compará-los aos benefícios esperados.
Avaliação da eficácia e eficiência	Medir o grau em que a política alcançou seus objetivos de forma eficaz e eficiente.
Transparência e prestação de contas	Garantir transparência no processo de avaliação e prestar contas sobre os resultados obtidos.
Participação das partes interessadas	Envolver as partes interessadas, como cidadãos e Organizações da sociedade civil, no processo de avaliação.
Utilização dos resultados	Utilizar os resultados da avaliação para informar a tomada de decisão e aprimorar a política pública.

Fonte: Elaboração própria a partir Recommendation of the Council on Public Policy Evaluation (2022).

Ao analisar os diversos documentos relacionados à educação financeira, fica evidente a complexidade e os desafios enfrentados na implementação efetiva dessas políticas. Em todos os documentos examinados, desde decretos nacionais até recomendações internacionais da OCDE, foram apontadas questões semelhantes que demandam atenção e esforços contínuos para serem superados. Um dos principais desafios destacados é a implementação efetiva das políticas propostas, envolvendo a alocação adequada de recursos, a superação da resistência institucional e a necessidade de monitoramento contínuo dos resultados para garantir o sucesso das iniciativas. Além disso, a falta de cooperação e coordenação internacional também é mencionada como um desafio significativo.

Outro ponto comum é a importância de adaptar as políticas às necessidades específicas de diferentes grupos e indivíduos, incluindo a adequação dos recursos educacionais fornecidos, levando em consideração as circunstâncias particulares de cada público-alvo. A transparência e a equidade também surgem como desafios importantes, pois a influência de interesses comerciais, a complexidade dos produtos financeiros e a responsabilidade das instituições financeiras em fornecer transparência e equidade são questões que demandam atenção especial na implementação das políticas de educação financeira.

A avaliação contínua da eficácia das políticas e das iniciativas de educação financeira é apontada como um aspecto fundamental, pois a análise regular dos resultados permite identificar áreas que necessitam de ajustes ou melhorias adicionais, garantindo que as políticas atendam efetivamente às necessidades da população e alcancem seus objetivos.

Quadro 27 - Quadro comparativa dos desafios na implementação políticas de Educação Financeira

Desafios	Semelhança nos documentos analisados
Implementação Efetiva	Todos os documentos destacam desafios relacionados à implementação efetiva das políticas propostas, incluindo falta de recursos, resistência institucional e necessidade de monitoramento contínuo dos resultados.
Cooperação e Coordenação Internacional	A falta de coordenação entre os países membros da OCDE e a dependência de parcerias com o setor privado são desafios comuns apontados nos documentos.
Adequação às Necessidades Específicas	A necessidade de considerar as necessidades e circunstâncias específicas de diferentes grupos e indivíduos é um desafio mencionado em vários documentos, incluindo a adequação dos recursos educacionais fornecidos.
Transparência e Equidade	A influência de interesses comerciais, a complexidade dos produtos financeiros e a responsabilidade das instituições financeiras em fornecer transparência e equidade são desafios destacados em diversos documentos.
Avaliação Contínua	A avaliação contínua da eficácia das políticas e iniciativas de educação financeira é mencionada em vários documentos como um desafio importante a ser enfrentado.

Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos documentos (2024).

A tabela acima compara os desafios na implementação das políticas públicas de educação financeira, analisando as semelhanças entre diferentes documentos e decretos nacionais e internacionais, oferecendo uma visão abrangente dos principais obstáculos enfrentados, destacando pontos de convergência nas percepções sobre esses desafios.

A análise dos desafios mais recorrentes nas políticas públicas de educação financeira revela questões que permeiam diferentes documentos sobre o tema. A

tabela a seguir apresenta os desafios mais mencionados, ressaltando a importância de compreender e enfrentar essas barreiras para promover efetivamente a educação financeira:

Tabela 20 - Principais desafios na promoção da educação financeira

Desafios	Quantidade de Menções
Falta de recursos para implementação efetiva	05
Resistência institucional à inclusão da educação financeira	02
Necessidade de monitoramento contínuo dos resultados	02
Abordagem limitada ou superficial em relação à educação financeira	02
Influência de interesses comerciais	03
Complexidade dos produtos financeiros	03
Adequação dos recursos educacionais fornecidos	02

Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos documentos (2024).

Como apresentado na tabela acima, os principais desafios na promoção da educação financeira incluem a falta de recursos para uma implementação efetiva, o que pode dificultar a formação de professores, a criação de materiais didáticos e a execução de atividades educacionais.

A resistência institucional à inclusão da educação financeira nos currículos pode limitar sua integração, muitas vezes devido à falta de percepção sobre sua importância ou à dificuldade de ajustar currículos já sobrecarregados.

Outro desafio levantado é a necessidade de monitoramento contínuo dos resultados dos programas de educação financeira já que sem avaliações regulares é difícil medir a eficácia dos programas e identificar áreas que necessitam de melhorias. A abordagem limitada ou superficial em relação à educação financeira também compromete a eficácia do ensino, o que pode impedir uma compreensão efetiva dos conceitos financeiros.

A influência de interesses comerciais pode direcionar o conteúdo da educação financeira para promover produtos financeiros e instituições financeiras, o que pode comprometer a sua imparcialidade, além da complexidade desses produtos que pode tornar o entendimento e a gestão mais difíceis exigindo uma abordagem didática clara e acessível.

Por um lado, a OCDE e outras organizações internacionais desempenham um papel significativo na definição de diretrizes e recomendações para seus países membros, e é plausível que a pressão exercida por essas entidades possa ter incentivado o Brasil a adotar medidas mais abrangentes no campo da educação financeira. Por outro lado, é importante considerar que existem também demandas

internas e necessidades específicas no Brasil que podem ter motivado a criação da ENEF, incluindo preocupações com o aumento do endividamento da população, a crescente complexidade do sistema financeiro, a falta de conhecimento financeiro entre os cidadãos e a necessidade de proteção contra práticas financeiras abusivas.

A educação financeira no Brasil tem recebido atenção desde a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010, entretanto, apesar dos esforços e das iniciativas implementadas ao longo dos anos, é evidente que a evolução desse campo tem sido lenta e enfrenta uma série de desafios. Uma das principais razões para a falta de progresso é a implementação deficiente das políticas e diretrizes estabelecidas, pois embora haja uma estrutura legal e institucional para promover a educação financeira, a execução eficaz dessas iniciativas muitas vezes encontra obstáculos, como falta de recursos adequados, coordenação insuficiente entre os órgãos envolvidos e capacitação inadequada dos profissionais responsáveis pela educação financeira (Pereira et al., 2022).

Diante do exposto, é evidente que as dificuldades em garantir que a educação financeira chegue a todos os segmentos da população são profundas e complexas, especialmente entre os grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Não se trata apenas de distribuir materiais educativos ou promover programas esporádicos, mas de enfrentar barreiras estruturais que incluem a falta de acesso a recursos adequados, obstáculos linguísticos e uma conscientização limitada sobre produtos financeiros. Essas questões revelam que as disparidades no acesso não são meros desafios logísticos, mas sintomas de problemas mais amplos e intrinsecamente ligados à desigualdade social e econômica.

Outro desafio é a resistência à mudança por parte de algumas instituições e indivíduos, podendo haver falta de compreensão sobre a importância da educação financeira, falta de interesse em participar de programas educacionais ou até mesmo interesses comerciais que conflitam com os objetivos da educação financeira. As desigualdades sociais e econômicas presentes no Brasil também dificultam a eficácia dos programas de educação financeira, já que pessoas em situação de vulnerabilidade enfrentam desafios adicionais para aplicar os conceitos aprendidos e lidar com dificuldades financeiras complexas devido a essas disparidades. Nesse contexto, a falta de sistemas eficazes de avaliação e monitoramento torna difícil mensurar o impacto das iniciativas de educação financeira e identificar áreas que precisam de intervenção adicional.

Diante desses desafios, é fundamental que haja um compromisso renovado e coordenado de todos os envolvidos na promoção da educação financeira no Brasil. É necessário investir em recursos adequados, fortalecer a coordenação entre os órgãos responsáveis, garantir que os programas educacionais sejam acessíveis a todos os cidadãos e implementar sistemas eficazes de avaliação e monitoramento. Somente assim será possível superar os obstáculos e evoluir na educação financeira em todo o país.

Em muitos casos, a falta de educação financeira é atribuída exclusivamente às escolhas e comportamentos individuais, ignorando os fatores estruturais e sistêmicos que contribuem para essa realidade e um dos principais argumentos para a culpabilização do indivíduo é baseado na ideia de que cada pessoa é responsável por suas próprias finanças e que deve tomar decisões informadas e prudentes, sendo que nessa visão, a falta de educação financeira é vista como resultado da negligência ou falta de interesse do próprio indivíduo em aprender sobre o assunto.

No entanto, essa perspectiva tende a desconsiderar uma série de fatores que podem influenciar a capacidade de uma pessoa de desenvolver habilidades financeiras adequadas, como por exemplo, acesso limitado à educação de qualidade, falta de acesso a serviços financeiros adequados, pressões sociais e culturais e até mesmo problemas de saúde mental podem impactar a capacidade de uma pessoa de gerenciar suas finanças de forma eficaz (Monteiro; Silva, 2023).

Desigualdades estruturais tais como disparidades de renda e acesso desigual a oportunidades econômicas, podem restringir as escolhas disponíveis para os indivíduos, tornando mais desafiador o desenvolvimento de habilidades financeiras.

Gráfico 2 - Quantidade de documentos analisados por ano de publicação



Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos documentos (2024).

Encerrando a seção sobre a análise dos documentos relacionados às políticas de educação financeira, é importante destacar que a investigação realizada permitiu identificar tanto os avanços quanto as limitações dessas políticas ao longo dos anos.

Na próxima seção, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas, que têm como objetivo aprofundar a compreensão sobre a implementação e os impactos dessas políticas a partir da perspectiva dos diversos atores envolvidos.

4.4 Os achados de pesquisa a partir da análise das entrevistas com atores estratégicos

As entrevistas são uma ferramenta para coletar dados primários diretamente dos participantes, permitindo uma exploração de suas experiências, percepções, opiniões e conhecimentos sobre o tópico em questão, permitindo uma compreensão mais profunda. O estudo tinha como intenção focar além dos documentos também nas entrevistas semiestruturadas com organizações responsáveis pela implementação da ENEF, obedecendo à composição e estrutura da mesma (Leitão, 2021).

A intenção era entrevistar os órgãos que compõem o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), colegiado responsável pela governança da ENEF e pelo estímulo à realização de ações educativas, como Banco Central do Brasil (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Ministério da Educação (MEC), bem como, outras instituições que possuem interesse no tema como a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), por exemplo. Dois órgãos do colegiado aceitaram participar, além de um docente que tem uma atuação ativa nas iniciativas de educação financeira.

Os entrevistados foram escolhidos por seu papel relevante nas políticas de educação financeira e por serem representantes de instituições diretamente envolvidas na Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Além disso, foi incluído um docente de destaque nas iniciativas de educação financeira, que, embora não representando órgãos da ENEF, oferece uma perspectiva enriquecedora. A escolha dos entrevistados visa explorar as visões e desafios

desses atores políticos, contribuindo para uma análise abrangente das políticas de educação financeira.

Quadro 28 - Motivos para a escolha dos entrevistados

Entrevistado	Motivo da escolha
Entrevistado 01	Contribuição significativa na implementação de iniciativas de educação financeira, com uma perspectiva diferenciada.
Entrevistado 02	Participação direta nas políticas e estratégias de educação financeira em âmbito nacional.
Entrevistado 03	Envolvimento ativo na formulação e implementação de políticas de educação financeira.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas feitas (2024).

Os principais pontos levantados nas entrevistas foram:

Quadro 29 - Percepções sobre o tema nas entrevistas

Entrevista 01	Entrevista 02	Entrevista 03
Criação de uma Olimpíada de Educação Financeira	Participação ativa na Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)	Formulação de projetos e iniciativas de educação financeira em conjunto com membros do FBEF
Motivações incluíram a falta de compreensão sobre atividades acadêmicas na comunidade	ENEF não é uma entidade com ações próprias	Realização da Semana Nacional de Educação Financeira
Projeto de extensão para ensinar educação financeira à comunidade	Órgãos participantes têm autonomia para coordenar suas atividades	Inspiração em práticas e estratégias de diversos países
Desenvolvimento de um projeto lúdico para ensinar educação financeira nas escolas	Mudanças estruturais incluem extinção do CONEF e criação do FBEF	Financiamento das ações realizado pelos membros do FBEF e parceiros
Desafios incluem necessidade de mais recursos e pessoal para expandir o projeto	Educação financeira nas escolas através do programa "Aprender Valor"	Influência do contexto político e econômico no desenvolvimento das políticas
Resistência inicial para falar sobre educação financeira	Crescimento da educação financeira inclui inclusão na BNCC e aumento de conscientização	Governança feita por órgãos e entidades de Estado
Implementação de diversas ações, incluindo pesquisas de preços em supermercados e paródias educativas	Parcerias e financiamento envolvem fundos públicos e privados	Materiais da ENEF visam capacitar em diversas áreas de educação financeira
Destacou a importância da educação financeira desde cedo para criar uma base sólida para a vida adulta	Expectativas futuras incluem ampliação do debate e surgimento de novas iniciativas	Promoção e disseminação de conhecimento sobre finanças para formação crítica
Reconheceu a necessidade de mudança de comportamento para alcançar estabilidade financeira	Participação do Brasil em iniciativas globais para promover inclusão financeira	Foco em grupos vulneráveis como crianças, jovens, idosos, mulheres beneficiárias do Bolsa Família, povos indígenas, endividados, migrantes e refugiados

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas feitas (2024).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que coordena diversas atividades relacionadas à educação financeira, é uma iniciativa que depende da colaboração entre múltiplos órgãos e entidades como mencionou um dos entrevistados:

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) não é uma entidade com vida própria, mas sim uma iniciativa coordenada por diversos órgãos e entidades, ela não possui vontade, capacidade de ação ou opiniões próprias (Entrevistado 02, 2024).

Embora a ENEF não tenha uma “vida própria”, suas diretrizes e atividades são implementadas pelos órgãos participantes, que coordenam suas próprias ações, muitas vezes em colaboração com outras entidades.

As entrevistas revelaram diferentes perspectivas sobre o estado atual da educação financeira no Brasil, destacando divergências entre aqueles diretamente envolvidos na implementação de iniciativas educacionais e os coordenadores de órgãos que supervisionam essas atividades. Enquanto os representantes dos órgãos responsáveis pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) enxergam um progresso contínuo no desenvolvimento e implementação de programas educacionais ao longo dos anos, refletindo um crescente reconhecimento da importância do tema em nível nacional, aqueles que estão mais diretamente envolvidos na execução desses programas adotam uma perspectiva mais cautelosa.

Todos apontaram desafios que precisam ser abordados para aprimorar a educação financeira como a desigualdade regional com diferenças significativas no acesso e na qualidade das iniciativas educacionais em diferentes partes do país.

A pandemia acelerou a adoção de tecnologias digitais, tornando mais acessível o acesso a conteúdos educativos sobre finanças pessoais e investimentos (Entrevistado 03, 2024).

Apesar de um dos entrevistados ter mencionado que a pandemia acelerou a adoção das tecnologias, a inclusão digital é outro desafio, pois nem todos os cidadãos têm acesso às tecnologias necessárias para aproveitar plenamente os recursos educativos online. O financiamento das ações, embora seja realizado pelos próprios membros do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) e parceiros com acordos de cooperação técnica, ainda apresenta limitações que precisam ser superadas.

Os entrevistados destacam que, embora haja um aumento perceptível no interesse e na discussão sobre educação financeira, ainda existem lacunas e desafios a serem enfrentados para assegurar sua eficácia e abrangência, conforme argumentou um dos entrevistados:

O nível de educação da população é baixo: as pessoas não planejam gastos de longo prazo, demoram a se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão totalmente cientes dos riscos e dos instrumentos para sua proteção, enfrentam dificuldades para tomar decisões sobre empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes (Entrevista 03, 2024).

Há um consenso entre os entrevistados sobre a relevância de direcionar esforços educacionais para as crianças, apontando que este público é altamente receptivo e capaz de assimilar e disseminar conhecimentos financeiros de maneira eficaz, como salientou outro entrevistado:

Percebi que precisava trabalhar na base, com crianças, em vez de focar apenas em adultos e profissionais já formados (Entrevistado 01, 2024).

Essa convergência sugeriu a relevância de investir em programas educacionais voltados para as crianças, pois essa abordagem pode promover uma cultura de educação financeira mais sustentável e duradoura no país.

A trajetória das iniciativas de educação financeira no Brasil revela um atenção sobre o tema mencionado por um dos entrevistados:

Aspectos sociais, econômicos e demográficos motivaram o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Em relação aos aspectos sociais e econômicos, podemos citar o aumento da classe média, a redução da pobreza extrema e a diminuição da disparidade da distribuição de renda (Entrevistado 03, 2024).

Os entrevistados também parecem concordar que a integração da educação financeira no sistema educativo formal parece ser a forma mais eficaz da expansão da educação financeira como mencionou em deles:

Em 2020, o projeto 'Aprender Valor' estava presente em menos de 500 escolas; hoje, engloba quase 24 mil escolas, presentes em mais de 03 mil municípios (Entrevistado 02, 2024).

As entrevistas revelaram um panorama detalhado das racionalidades e intencionalidades que orientam a ENEF. Contudo, a educação financeira não pode se limitar à transmissão de informações sobre dinheiro e produtos financeiros, pois essa abordagem, isoladamente, pode não ser eficaz e não contribuir de maneira significativa para a melhoria da vida dos brasileiros. Uma educação financeira verdadeiramente eficaz e abrangente deve ir além do simples conhecimento, buscando capacitar os indivíduos a superarem as barreiras sociais, melhorar sua renda e encontrar oportunidades de trabalho. Isso requer a integração das iniciativas educacionais nas escolas, a superação das limitações financeiras, a colaboração entre diversas entidades, a adaptação de práticas internacionais e um foco especial nos grupos vulneráveis. Além disso, é fundamental que essa educação não transforme os indivíduos em meros consumidores de produtos financeiros, com ênfase no comércio e no crédito, mas sim que os ajude a evitar a responsabilização individualista imposta por uma sociedade neoliberal. Nesse contexto, o Estado deve assumir um papel ativo na proteção social, em vez de isentar-se de suas responsabilidades.

Outras categorias também emergiram, oferecendo uma compreensão mais profunda da complexidade e da amplitude das iniciativas voltadas para a educação financeira no Brasil. Essas categorias se destacaram por sua relevância, frequência e presença constante nas discussões, proporcionando uma visão das diversas dimensões envolvidas no tema.

Quadro 30 - Categorias identificadas nas entrevistas

Categoria	Descrição
Educação nas escolas	Programas e iniciativas para incluir a educação financeira no currículo escolar
Recursos e Financiamento	Necessidade de mais recursos e pessoal, além de financiamento
Parcerias e Colaboração	Envolvimento de diversos parceiros
Autonomia e Coordenação	Autonomia dos órgãos participantes para coordenar suas atividades e mudanças estruturais nas políticas
Referências Internacionais	Influência de práticas e estratégias de outros países na educação financeira brasileira
Inclusão e Grupos Vulneráveis	Foco na inclusão financeira de grupos vulneráveis

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas feitas (2024).

Essas categorias representam os principais eixos das entrevistas e foram selecionadas por refletirem as áreas mais recorrentes na discussão fornecendo uma

perspectiva dos desafios, estratégias e colaborações necessárias para promover uma educação mais inclusiva. Além disso, essas categorias foram identificadas nos documentos analisados, corroborando a sua relevância no contexto da educação financeira.

A tabela a seguir sintetiza as principais racionalidades e intencionalidades associadas a essas categorias, refletindo as perspectivas dos entrevistados. Contudo, é importante destacar que essas percepções podem não corresponder necessariamente ao que ocorre na prática nas iniciativas de educação financeira no Brasil.

Quadro 31 - Racionalidades e intencionalidades das iniciativas de educação financeira

Categoria	Descrição	Racionalidades	Intencionalidades
Educação nas Escolas	Programas e iniciativas para incluir a educação financeira no currículo escolar	Integrar a educação financeira desde cedo para construir uma base sólida de conhecimentos e habilidades financeiras	Promover uma compreensão precoce dos conceitos financeiros
Recursos e Financiamento	Necessidade de mais recursos e pessoal, além de financiamento	Garantir suporte financeiro adequado para expandir e melhorar as iniciativas educacionais	Aumentar o alcance e a qualidade dos programas
Parcerias e Colaboração	Envolvimento de diversos parceiros	Maximizar recursos e conhecimentos através da colaboração entre órgãos e entidades	Aproveitar a experiência e os recursos compartilhados
Autonomia e Coordenação	Autonomia dos órgãos participantes e mudanças estruturais nas políticas	Permitir flexibilidade e adaptação das ações de acordo com necessidades e contextos locais	Atender melhor às necessidades locais e promover uma coordenação eficaz
Referências Internacionais	Influência de práticas e estratégias de outros países na educação financeira brasileira	Adaptação de práticas e estratégias internacionais para melhorar as políticas e práticas locais	Incorporar métodos comprovados internacionalmente
Inclusão e Grupos Vulneráveis	Foco na inclusão financeira de grupos vulneráveis	Oferecer suporte específico para grupos vulneráveis, visando uma abordagem mais equitativa e inclusiva	Promover a equidade e reduzir desigualdades financeiras

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas feitas e dos documentos analisando (2024).

A análise das entrevistas revelou que enquanto a ENEF busca avançar na promoção da educação financeira, a eficácia real das suas estratégias continua sendo questionada pela necessidade de uma abordagem mais integrada, equitativa e financeiramente sustentável e um dos argumentos é que basta ser racional e

controlar o seu dinheiro que sua vida mudará para melhor. Contudo, o que se percebe é uma forte tática de controle, no qual busca-se moldar os indivíduos mostrando que é possível escapar das crises estruturais do capital a partir de seu comportamento individual, desconsiderando outros fatores, como o desemprego por exemplo (Souza; Gawryszewski, 2024).

Encerrando a seção de análise das entrevistas, é possível afirmar que as perspectivas apresentadas pelos diferentes atores enriqueceram a compreensão sobre a implementação e os impactos das políticas de educação financeira.

4.5 Principais sínteses

O estudo teve como objetivo analisar as racionalidades e intencionalidades que orientam a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) dentro do contexto das políticas públicas brasileiras. A pesquisa buscou compreender como essa estratégia se desenvolve e interage com outras políticas públicas no país.

Foi adotada uma metodologia que envolvia duas sistemáticas específicas de coleta de dados: a análise documental e as entrevistas semiestruturadas. A análise documental incluiu a revisão de diversos decretos, recomendações internacionais, relatórios oficiais e diretrizes da ENEF e realização de 03 entrevistas semiestruturadas com representantes de organizações responsáveis pela ENEF.

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Compreender a Emergência da Temática da Educação Financeira: A primeira meta foi entender como e por que a educação financeira emergiu como um tema relevante nas políticas públicas brasileiras. Isso envolveu uma análise histórica e contextual das condições que levaram à inclusão da educação financeira na agenda política nacional. Foram examinadas as influências internas e externas, incluindo crises econômicas, mudanças sociais e recomendações de organizações internacionais como a OCDE.

b) Caracterizar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF): O estudo também teve como objetivo caracterizar detalhadamente a ENEF, sua criação, instituída pelo Decreto nº 7.397 de 2010, que marcou o início da promoção da educação financeira no Brasil e sua atualização com o Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, onde se instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF).

A análise abrangeu os princípios fundamentais, objetivos, mecanismos de coordenação e avaliação, e as responsabilidades dos diversos órgãos governamentais e entidades privadas envolvidos na implementação da estratégia.

c) Analisar as Interações entre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e Políticas Públicas: Por fim, o estudo procurou analisar como a ENEF interage com outras políticas públicas onde foram investigadas as sinergias e possíveis conflitos entre a ENEF e iniciativas em áreas como proteção ao consumidor, inclusão financeira e desenvolvimento econômico. Entre as promoções de educação financeira analisadas estão alguns programas como "Desenrola Brasil", a "Semana ENEF", o projeto de "Letramento Financeiro", o "Índice da Saúde Financeira do Brasileiro", a "Inclusão Financeira Digital" e o programa "Aprender Valor". A análise destacou a importância da colaboração entre diferentes setores e níveis de governo para a efetividade das políticas de educação financeira.

E para compreender os documentos analisados, foi adotada uma abordagem de análise de conteúdo com duas categorias a priori: "Elementos de Caracterização da Estratégia da Educação Financeira" e "Racionalidades e Intencionalidades Orientadoras das Políticas Públicas de Educação Financeira".

A primeira categoria "Elementos de Caracterização da Estratégia da Educação Financeira", foi concebida para identificar os principais elementos que definem a estratégia da Educação Financeira no Brasil, incluindo seus objetivos, abrangência, metodologias e principais ações. Essa análise forneceu uma visão geral sobre como a Educação Financeira é concebida e implementada no contexto brasileiro contemporâneo.

A segunda categoria, "Racionalidades e Intencionalidades Orientadoras das Políticas Públicas de Educação Financeira", identificou as motivações subjacentes e os propósitos direcionadores das políticas públicas relacionadas à Educação Financeira no Brasil. Esta análise compreendeu as justificativas e os objetivos que orientam a formulação e implementação dessas políticas, oferecendo percepções sobre as perspectivas e prioridades dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento e promoção da Educação Financeira.

A análise dos documentos e entrevistas revela que as iniciativas de educação financeira visam aumentar a conscientização sobre questões financeiras entre a população, no entanto, frequentemente se revelam superficiais, não atendendo às necessidades reais da maioria das pessoas. Estas políticas muitas vezes falham em

aprofundar aspectos essenciais como a gestão de dívidas, planejamento financeiro e a geração de trabalho e renda, que são elementos fundamentais para a efetiva educação financeira.

Uma tendência preocupante é a responsabilização dos indivíduos por sua situação financeira, ignorando fatores estruturais e sociais que contribuem para o endividamento e a falta de recursos financeiros. Essa abordagem é ineficaz, pois desconsidera as condições econômicas e sociais desiguais enfrentadas pela população, além da ausência de um plano estratégico coeso e eficaz.

As instituições financeiras parceiras nas iniciativas podem enxergar os indivíduos como potenciais consumidores, o que pode influenciar os conteúdos e métodos das iniciativas, focando mais em produtos financeiros do que em uma educação financeira independente.

Apesar das limitações, a educação financeira, ainda que insuficiente, é melhor do que a ausência total de iniciativas nesta área, entretanto, para ser verdadeiramente eficaz, deve ser acompanhada por políticas públicas que abordem as raízes dos problemas financeiros enfrentados pela população.

Na análise dos documentos, as palavras mais frequentes no corpus relacionado à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) destacam temas centrais e preocupações predominantes nessas políticas. Termos como "educação", "políticas", "iniciativas" e "financeira" indicam que, se a educação financeira for direcionada para uma política que vá além da mera transmissão de conhecimento e se baseie em iniciativas concretas para transformar a realidade dos indivíduos, há potencial para uma melhoria real em suas vidas financeiras. No entanto, essa mudança deve ser orientada por diretrizes que abordem os problemas sociais, em vez de se limitarem a responsabilizar o indivíduo.

Figura 10 - Palavras mais frequentes nos documentos analisados



Fonte: Elaboração própria utilizando a ferramenta Voyant Tools (2024).

A frequência das palavras pode ajudar a entender melhor o foco e a ênfase dos documentos analisados.

Quadro 32 - Palavras mais frequentes e seus significados nos documentos analisados

Palavra	Frequência	Significado
Financeira	164	A alta frequência da palavra "financeira" sugere que o foco principal dos documentos está na gestão financeira, literacia financeira e compreensão do sistema financeiro.
Educação	149	A palavra "educação" aparece com alta frequência, indicando um esforço na promoção da educação financeira para capacitar os estudantes a tomarem decisões informadas sobre suas finanças.
Políticas	40	A presença da palavra "políticas" destaca a discussão e a implementação de políticas públicas em nível nacional com o objetivo de melhorar a literacia financeira em todo o país, incluindo a criação e avaliação de estratégias e regulamentos.
Nacional	40	A palavra "nacional" indica um escopo abrangente dos documentos, sugerindo uma abordagem unificada e coordenada em nível nacional para implementar estratégias de educação financeira em todo o território brasileiro.
Desafios	34	A frequência da palavra "desafios" destaca os obstáculos enfrentados na implementação das políticas de educação financeira, incluindo questões como alocação de recursos, resistência institucional e adaptação às necessidades específicas dos grupos. Além dos problemas estruturais que perpetuam as desigualdades e dificultam a transformação real na vida financeira dos indivíduos.
Iniciativas	33	Referências às diversas iniciativas e ações realizadas no âmbito da educação financeira.
ENEF	33	Referências à Estratégia Nacional de Educação Financeira como um todo, indicando a centralidade da estratégia nos documentos.

Fonte: Elaboração própria a partir documentos analisados utilizando ferramenta Voyant Tools(2024).

A correlação entre as palavras mais frequentes nos documentos e os pontos abordados nas entrevistas revela aspectos sobre a situação e as iniciativas de

educação financeira no Brasil, como por exemplo, a alta frequência das palavras "financeira" e "educação" em ambas as análises indica que o foco central dos documentos e das entrevistas está na promoção da educação financeira, refletindo a importância atribuída à capacitação da população para tomar decisões informadas sobre suas finanças, reconhecendo a relevância dessa habilidade para o desenvolvimento pessoal e econômico.

Além disso, a presença das palavras "políticas" e "nacional" tanto nos documentos quanto nas entrevistas evidencia um esforço coordenado em nível nacional para implementar estratégias e regulamentos que fortaleçam a educação financeira em todo o país, entretanto evidencia a falta de um compromisso com a abrangência e uniformidade das iniciativas educacionais capaz de alcançar diferentes grupos e comunidades.

A menção frequente à palavra "desafios" em ambas as análises destaca os obstáculos enfrentados na implementação das políticas, como a alocação de recursos, a resistência institucional e a adaptação às necessidades específicas dos grupos, apontando para a necessidade de abordar não apenas os desafios sociais que afetam a eficácia dessas políticas, mas também os problemas estruturais que perpetuam as desigualdades e dificultam a transformação real na vida financeira dos indivíduos. Por outro lado, a presença recorrente da palavra "iniciativas" indica uma variedade de esforços e programas em andamento para promover a educação financeira sugerindo uma abordagem diversificada na sua promoção.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) é destacada tanto nos documentos quanto nas entrevistas como um elemento importante na promoção da educação financeira no Brasil. Na análise desses documentos revelou-se que a educação financeira emergiu como uma questão de política pública no país devido a fatores como a complexidade crescente do sistema financeiro e a necessidade de proteger os consumidores de práticas abusivas e do superendividamento. Além disso, essa iniciativa pode ser interpretada como parte de um processo mais amplo de racionalização econômica e financeira, que busca padronizar práticas e desenvolver competências financeiras em um contexto globalizado, promovendo um modelo identificacional com características globais, influenciado por entidades como a OCDE. Nesse contexto, a ENEF foi desenvolvida com princípios e objetivos voltados a capacitar os cidadãos a tomarem decisões financeiras mais informadas e responsáveis, coordenando esforços e recursos para alcançar esses objetivos.

Quadro 33 - Análise comparativa dos documentos e das entrevistas

Tópico	Documentos	Entrevistas
Estratégia de Educação Financeira (ENEF)	Enfoque na gestão financeira e na implementação de políticas públicas em nível nacional	Importância da educação financeira nas escolas
Desafios	Adaptação às necessidades específicas dos grupos	Resistência inicial das escolas, necessidade de mais recursos e pessoal para expandir as iniciativas
Iniciativas	Promoção da educação financeira em diferentes contextos e comunidades	Projetos para ensinar educação financeira para as crianças
Órgãos Participantes	Implementação independente de cada órgão	Existência de uma rede de participantes
Expectativas Futuras	Otimismo com ampliação do debate e surgimento de novas iniciativas	Parcerias com instituições como a B3 e o Tesouro Nacional
Racionalidades e Intencionalidades das Políticas	Fortalecimento da educação financeira para o desenvolvimento pessoal e econômico	Reconhecimento da importância da educação financeira para a estabilidade econômica do país
Palavras mais frequentes nos documentos	Educação, financeira, políticas, nacional, desafios, iniciativas, ENEF.	Educação, projetos, iniciativas, desafios, necessidade, importância, resistência.

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos analisados e das entrevistas feitas (2024).

É importante analisar as interações entre as iniciativas de educação financeira e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), pois suas diretrizes e objetivos podem influenciar e ser influenciados por essas iniciativas. Compreender como esses programas se relacionam com a ENEF é relevante para garantir a eficácia e o alinhamento das políticas de educação financeira, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade financeiramente educada e resiliente.

O quadro a seguir apresenta uma síntese de alguns programas de educação financeira analisados, destacando suas principais características e possíveis impactos na promoção da educação financeira no Brasil.

Quadro 34 - Síntese dos programas de educação financeira analisados

Programa	Descrição
Desenrola Brasil	Programa emergencial de renegociação de dívidas com o objetivo de renegociar dívidas para reduzir o endividamento e facilitar o acesso ao crédito.
Semana ENEF	Semana dedicada a eventos, palestras, workshops e atividades relacionadas à educação financeira.
Letramento Financeiro	Projeto que visa capacitar indivíduos com habilidades e conhecimentos para tomar decisões financeiras informadas.
Índice de Saúde Financeira do Brasileiro	Ferramenta para avaliar o bem-estar financeiro da população e identificar áreas de melhoria.
Inclusão Financeira Digital	Iniciativa que promove o acesso a serviços financeiros por meio de plataformas online e tecnologias digitais.
Aprender Valor	Programa dedicado a promover a educação financeira nas escolas públicas de ensino fundamental com o objetivo de capacitar os estudantes a gerenciar suas finanças pessoais de maneira eficiente e consciente.
Olimpíada de Educação Financeira	Evento voltado para estimular e fomentar o estudo da Educação Financeira nas instituições de ensino de cada Estado, além de promover a inclusão social por meio de políticas fiscais, econômicas e financeiras.

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos analisados (2024).

A análise das interações entre a ENEF e as iniciativas de educação financeira sugere que essas iniciativas podem desempenhar um papel relevante no aprimoramento das políticas públicas.

O quadro a seguir apresenta algumas propostas para o aprimoramento das políticas públicas de educação financeira.

Quadro 35 - Propostas para o aprimoramento da educação financeira

Propostas para o Aprimoramento da Educação Financeira	Detalhamento
Fortalecimento da Coordenação e Colaboração	Fortalecer a coordenação entre os diferentes órgãos e entidades envolvidas na ENEF.
Investimento em Recursos Adequados	A alocação de recursos suficientes para a implementação e manutenção das iniciativas de educação financeira.
Inclusão e Acessibilidade	Garantir que as iniciativas de educação financeira sejam acessíveis a todos os segmentos da população, com foco nos grupos mais vulneráveis.
Monitoramento e Avaliação	A implementação de sistemas de avaliação e monitoramento para medir o impacto das políticas e ajustar as estratégias conforme necessário.
Adaptação às Necessidades Específicas	Desenvolver materiais e programas educacionais que atendam às necessidades específicas de diferentes públicos, levando em consideração as diversas realidades socioeconômicas do país.

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos analisados (2024).

Considerando a complexidade deste campo, é relevante fortalecer a coordenação entre os diferentes órgãos e entidades envolvidas na Estratégia

Nacional de Educação Financeira (ENEF) e promover parcerias público-privadas, mantendo atenção para evitar que o público seja visto apenas como consumidores. Além disso, é essencial garantir o investimento adequado em recursos para a implementação e manutenção dessas políticas, assegurando sua acessibilidade a todos os segmentos da população, com atenção especial aos grupos mais vulneráveis.

É importante reconhecer também que a implementação das propostas deve considerar não apenas os potenciais benefícios, mas também as dificuldades e desafios associados. Para garantir a eficácia das políticas, é necessário implementar sistemas de avaliação e monitoramento para medir o impacto das ações e ajustar as estratégias conforme necessário. Também é importante desenvolver materiais e programas educacionais adaptados às necessidades específicas de diferentes públicos, levando em consideração as diversas realidades socioeconômicas do país e evitando a implementação apenas nas escolas, dado que as questões sociais são mais profundas e exigem uma abordagem mais ampla.

A promoção da educação financeira através dos programas apresentados no Quadro 33 também enfrentam obstáculos, assim como as questões relacionadas à desigualdade socioeconômica, à falta de conhecimento especializado e à resistência a mudanças comportamentais que representam desafios significativos para a efetivação das políticas públicas de Educação Financeira.

Portanto, é importante abordar esses desafios de forma proativa e buscar soluções criativas e integradas que possam superar as barreiras existentes. A colaboração entre o setor público, o setor privado, a sociedade civil e o meio acadêmico é importante para desenvolver estratégias que atendam às necessidades específicas de cada comunidade. No entanto, é essencial reconhecer que a educação financeira não deve ser vista como a solução para problemas estruturais mais amplos, como questões de subsistência, renda e emprego. Muitas famílias enfrentam dificuldades que vão além da capacidade de lidar com questões financeiras, e a proteção social deve ser fornecida pelo estado, não sendo a responsabilidade do indivíduo. Somente através de um compromisso contínuo e colaborativo será possível promover uma cultura de educação financeira eficaz e transformadora, capaz de gerar resultados positivos a longo prazo na vida dos cidadãos brasileiros.

Os dados apresentados no PISA 2022 auxiliaram para reforçar a perspectiva das instituições vinculadas à operacionalização da ENEF no sentido de indicar a necessidade de aumentar a conscientização sobre a importância das finanças pessoais desde cedo. Estratégias para alcançar esse objetivo podem incluir:

Quadro 36 - Estratégias para melhorar o desempenho da educação financeira no Brasil

Estratégia	Descrição
Integração Curricular	Incorporar a educação financeira de maneira mais robusta no currículo escolar, começando desde os primeiros anos escolares, para que as crianças cresçam entendendo a importância das finanças pessoais.
Programas Extracurriculares	Oferecer programas extracurriculares que enfatizem a relevância das finanças na vida cotidiana, incluindo simulações de cenários financeiros reais, jogos educativos e atividades práticas.
Engajamento Familiar e Comunitário	Envolver as famílias e a comunidade em programas de educação financeira para criar um ambiente de aprendizado contínuo e reforçar a relevância das finanças pessoais.
Campanhas de Conscientização	Realizar campanhas de conscientização que mostrem aos estudantes como as habilidades financeiras podem impactar suas vidas, suas futuras carreiras e sua capacidade de atingir objetivos pessoais.
Apoio Psicossocial	Identificar e apoiar estudantes que possam estar desmotivados ou que não percebam a relevância das finanças devido a contextos socioeconômicos desafiadores.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados OCDE, PISA 2022.

A implementação de estratégias para a educação financeira nas escolas pode influenciar a percepção dos estudantes sobre a importância das finanças pessoais e potencialmente impactar seu desempenho em literacia financeira. Contudo, é importante reconhecer que a educação financeira nas escolas não deve ser considerada a única solução para as questões mais amplas e estruturais que afetam a sociedade. O processo educacional, quando excessivamente voltado para a internalização de ideais neoliberais, pode reforçar a lógica capitalista e limitar as possibilidades de questionamento e confronto ao sistema político e econômico dominante. Fatores como desemprego, baixa renda, discriminação e deficiências educacionais, que estão além do controle individual, também desempenham um papel significativo na capacidade dos indivíduos de lidar com questões financeiras.

Os dados do PISA 2022 revelam uma variação regional significativa no desempenho da educação financeira no Brasil, com as regiões Norte e Nordeste

enfrentando os maiores desafios, enquanto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm desempenho relativamente melhor, mas ainda enfrentam dificuldades consideráveis. Esses resultados destacam a necessidade de políticas educacionais diferenciadas que abordem as desigualdades regionais.

Tabela 21 - Desempenho em literacia financeira por região do Brasil

Região	Média de Pontos	Abaixo Nível 1 (%)	Nível 1 (%)	Nível 2 (%)	Nível 3 (%)	Nível 4 (%)	Nível 5 (%)
Norte	391	27,0	26,5	26,4	13,8	5,1	1,2
Nordeste	395	26,8	26,5	24,8	15,0	5,6	1,3
Sul	432	13,8	24,5	28,6	21,10	9,7	2,3
Sudeste	428	15,4	25,1	27,5	19,8	9,4	2,6
Centro Oeste	425	17,6	23,8	26,8	20,3	9,4	2,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados PISA (2022), pg. 197.

No entanto, é fundamental reconhecer que a educação financeira, não deve ser vista como a única solução para os desafios mais amplos e estruturais que o Brasil enfrenta. Questões como desigualdade social, falta de acesso a recursos básicos e oportunidades econômicas devem ser abordadas com a mesma seriedade e continuidade. A educação financeira deve ser parte de uma abordagem mais ampla que inclua a resolução desses problemas estruturais, garantindo que as condições básicas para uma vida digna e estável estejam asseguradas para todos os cidadãos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou algumas iniciativas e as políticas públicas voltadas para a promoção da educação financeira no Brasil, destacando alguns programas que, apesar dos avanços observados, especialmente na coordenação entre diferentes atores e na ampliação do acesso a serviços financeiros, ainda enfrentam desafios que precisam ser superados para garantir a eficácia e a sustentabilidade dessas políticas.

A análise revelou tanto os pontos fortes quanto as fragilidades nas estratégias adotadas, evidenciando a necessidade de abordagens mais integradas e personalizadas para diferentes regiões do Brasil. Um ponto crítico é que, muitas vezes, a educação financeira parece mais uma política de crédito do que uma verdadeira política de inclusão financeira, um exemplo disso é o programa Desenrola, que reflete a tendência de parcerias com instituições financeiras que podem facilmente se transformar em relações comerciais, onde os cidadãos são vistos como futuros clientes, em vez de beneficiários de uma educação financeira significativa.

Além disso, a responsabilidade pela situação financeira dos brasileiros é frequentemente colocada sobre os próprios indivíduos, culpando-os por suas vulnerabilidades sem considerar problemas sociais estruturais, como a falta de emprego e os desafios relacionados à renda no Brasil. Nas escolas, muitos professores não estão preparados para abordar a educação financeira, o que resulta em uma sobrecarga para os educadores, que já enfrentam um acúmulo de tarefas relacionadas às outras disciplinas que lecionam.

Muitas iniciativas de educação financeira no Brasil são superficiais, oferecendo informações úteis, mas insuficientes para resolver os problemas mais profundos. Embora seja positivo que essas iniciativas existam, não se pode afirmar que elas são a solução definitiva para os desafios financeiros no país. Ainda há lacunas que merecem atenção em futuras pesquisas e investigações adicionais, que devem explorar com mais profundidade o impacto de cada programa específico a longo prazo e a eficácia das metodologias de ensino utilizadas nessas iniciativas. Estudos comparativos entre o Brasil e outros países com políticas de educação financeira poderiam oferecer novas perspectivas e estratégias para o aprimoramento contínuo desse campo no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo José Reis de. **Educação financeira: aspectos discursivos, subjetivação e governamentalidade**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, USF. Itatiba, 2015.

ANDRADE, Fábio. **Um ensaio sobre a racionalidade em economia: considerações acerca de concepções neoclássicas e Herbert Simon**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual Paulista UNESP, Araraquara, 2009.

AUGUSTINIS, Viviane; COSTA, Alessandra; BARROS, Denise. **Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital**. Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro (MADE/UNESA) 2012.

ARRUDA, Cíntia. **Os avanços tecnológicos e a nova globalização**. Especialista em Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Aprender Valor**. Disponível em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor> Acesso em: 09 abril 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BACEN, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BRASIL: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil. Brasília: BACEN, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania 2021**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf Acesso em: 08 março 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária 2021**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria> Acesso em: 08 março 2023.

BRASIL, **Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Brasília, 22 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

BRASIL, **Decreto Nº 10.393, de 09 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Brasília, 09 de junho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. São Paulo, 2011

BEESON, M.; FIRTH, A. **Neoliberalism as a political rationality**: Australian public policy since the 1980s. *Journal of Sociology*, pp. 215-231, 1998.

BRASIL. **Decreto no 7.397, de 22.12.2010**. Presidência da República. 2010. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm

BRITTO, Reginaldo Ramos. **Educação Financeira: Uma Pesquisa Documental Crítica**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Federal De Juiz De Fora, Juiz de Fora, 2012.

CAMPARA, Jessica, PARABONI, Ana Luiza, VIEIRA, Kelmara, POTRICH, Ana. **Programa Bolsa Família X Alfabetização Financeira: em busca de um modelo para mulheres de baixa renda**. FGV EAESP 03º Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, 2016.

CAMPOS, Carla; NASCIMENTO, João; MILITÃO, Laryssa; BIAZOLI, Leonardo. **Educação Financeira: Interdiscurso e Estereótipos na Construção da Imagem da Mulher**. 8º Congresso da UFSC. Contabilidade e Perspectivas futuras, Florianópolis 2018.

CARDOZO, Juliana. **Um olhar sobre a estratégia nacional de educação financeira - ENEF e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Brasília, UnB, 2011.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: SALLUM JUNIOR, Brasílio (Org.) *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

D'AQUINO, Cássia. **Educação Financeira: Como educar seu filho**. Rio de Janeiro, Campus, 2007.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br>
Acesso em: 20 de setembro 2022.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). **Plano Diretor, 2010**. Acesso em: 20 de setembro 2022.
Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>

ENEF. **Plano Diretor que consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. . Acesso em: 20 de setembro 2022.
Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-transversais>

FIETZ, Katharina, GANDARA, Tiago, MORGANDI Maria. **Balancing Stability and Transition: A First Assessment of Regra de Permanência in Bolsa Família** (English). Social Protection and Jobs Team, Latin America and Caribbean Region, July 2021.

FIORIN, José L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FERREIRA, Valdeci. **O Impacto do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres de Santiago do Iguape – Comunidade Quilombola da Cidade de Cachoeira - BA**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

FORTE, Claudia. **Em busca de um Brasil melhor - Dez anos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. 2ed. Riemma Editora: São Paulo, 2021.

FORTE, Claudia, ROCHA, Fernanda. **Programa de Educação Financeira para Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família**. CIRIEC - Programa de Educação Financeira para Mulheres. <https://www.vidaedinheiro.gov.br/artigos/>

FORTE, Claudia. **Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FPSB, **Global Consumer Research 2023**. Disponível em: <https://fpsb.org/>

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Martins Fontes. São Paulo, 2008.

GPFI, **Progress Report on the Implementation of the G20 High-Level Principles for Digital Financial Inclusion**, G20 Índia, 2023,

GOMES, Orlando. **Racionalidade e Escolha**. Instituto Politécnico de Lisboa. Economia Global e Gestão, 2007.

G20 Brasil 2024, **Bem-estar financeiro: qualidade no processo de inclusão da população é fundamental**. Acesso em: 20 de maio 2024.

<https://www.g20.org/pt-br/noticias/bem-estar-financeiro-qualidade-no-processo-de-inclusao-da-populacao-e-fundamental>

HEINE, Palmira. **Reflexões sobre o Interdiscurso**. Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais. Centro Universitário Padre Anchieta. Jundiaí, 2010.

HEGEL, Georg. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

IOSCO, **World Investor Week 2023**. WIW Report 2023, Brasil.

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica em Informática na Educação: planejamento, execução e análise. In: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa. (Org.) **Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação: Abordagem Qualitativa**. Porto Alegre: SBC, 2021. Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 3, p. 1-28.

LEVY ECONOMICS INSTITUTE OF BARD COLLEGE. **Beyond The Minsky Moment: Where We've Been, Why We Can't Go Back, And The Road Ahead For Financial Report, 2012**. Acesso em: 01 de agosto 2023.

Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/publications/beyond-the-minskymoment-where-weve-been-why-we-cant-go-back-and-the-road-ahead-for-financial-reform>

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso** 3º ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola 2015.

MEC. **MEC apoia inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/34351-mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica>

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MINAYO, Maria. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

MITCHELL, Olivia.; LUSARDI, Annamaria. **Financial Literacy and Economic Outcomes: Evidence and Policy Implications**. Pension Research Council. Philadelphia, 2015.

MONTEIRO, Jamir; SILVA, Bruno. **Educação Financeira: Um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal**. Research Society and Development, v.12, nº 6, 2023.

MONTEIRO, Marcel. **Políticas Públicas**. UNICEPLAC, Vol. 2, Gama, Distrito Federal, 2022.

NASCIMENTO, Carine. **A vivência intencional da consciência pura em Husserl**. Revista Filogênese - Revista Eletrônica de Pesquisa na Graduação em Filosofia da UNESP, Vol. 09 p.104-116, Marília, São Paulo, 2016.

OCDE. **Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico**. OCDE Financial Education Project. Disponível em: <https://www.oecd.org> Acesso em: 25 de novembro 2022.

OCDE. **CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**, 2005.

OCDE. **Financial Literacy and Consumer Protection: Overlooked Aspects of the Crisis**, 2009.

OCDE. **The Impact of Tax and Transfer Systems on Gender Equality**. Disponível em: <https://www.oecd.org/tax/tax-and-gender.htm> Acesso em: 25 novembro 2022.

OCDE, **Recommendation of the Council on Financial Literacy**. Disponível em: <http://www.oecd.org> Acesso em: 25 de novembro 2022.

OCDE, **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Disponível em: <http://www.oecd.org> Acesso em: 25 novembro 2022.

Oliveira, Laura. **Me poupe! Uma análise do discurso sobre educação financeira no Youtube**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em: 28 outubro 2022.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 28 de outubro 2022.

OSTERNE, Maria. **Família: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas**. Fortaleza, 2006.

PAIVA, Karine. **A relação entre o sistema financeiro e o crescimento econômico no contexto das inovações financeiras**. Universidade de Brasília UNB, Brasília, 2016.

PEREIRA, Fernando; CAVALCANTE, Anderson; CAMPOS, Renata; RIBEIRO, Weslley. **Estudo de caso sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil: uma panaceia em um contexto de financeirização?** Sociedade Brasileira de Economia Política. ENEPE 2022.

PEREIRA, Fernando Batista. **Uma Análise Crítica Behaviorista da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) Brasileira**. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/bels2021/354862-uma-analise-critica-behaviorista-da-estrategia-nacional-de-educacao-financeira-\(enef\)-brasileira](https://www.even3.com.br/anais/bels2021/354862-uma-analise-critica-behaviorista-da-estrategia-nacional-de-educacao-financeira-(enef)-brasileira). Acesso em: 08 de maio 2024.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh-global-2014>

QEDU, **Dados Educacionais do Brasil**. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/busca> Acesso em: 08 de maio 2024.

RAMÓN, Saturnino. **A importância da act-psychology de Franz Brentano**. Psicologia: Reflexão e Crítica v. 19, n. 2 pp. 340-345. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

RIBEIRO, Cristina. **Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos**. Cad. EBAPE BR, v. 18, nº 3, Rio de Janeiro, 2020.

ROMERO, Joréu. **Educação Financeira como Política Pública**. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2019.

SACHS, Línlya et al. **Crítica da Educação Financeira na Educação Matemática**. Bolema, Rio Claro (SP), v. 37, n. 76, p. 449-478, ago. 2023

SAITO, André. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARAIVA, Karla. **Os sujeitos endividados e a Educação Financeira**. Universidade Luterana do Brasil. Programa de Pós-Graduação em Educação. Canoas, Rio Grande do Sul, 2017.

SAVOIA, José; SAITO André; SANTANA, Flávia. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. RAP Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Artigo 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. Cengage Learning. São Paulo, 2012.

SILVA, Aline. **Educação Financeira: Presença no meio social e necessidade de inclusão escolar**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Julho de 2021.

SIMON, Herbert. **Rational Choice and The Structure of the Environment**. Psychological Review, 1956.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Apresentação de Winston Fritsch, Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1996.

SOARES, Fabrício. **Os debates sobre a Educação Financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

SOMAVILLA, Adriana; SILVA, Carla; BASSOI, Tânia. **A Literacia Financeira em discussão**. XII Encontro Nacional de Educação Matemática, 2016. Sociedade Brasileira de Educação Matemática, São Paulo.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Caderno CRH Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Pâmella; GAWRYSZEWSKI, Bruno. **Educação financeira e formação da subjetividade neoliberal: uma análise da Estratégia Nacional de Educação Financeira**. RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 9, n. 14, p. 918, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/918>. Acesso em: 09 de maio 2024.

STEWART, Dugald. **Teoria dos sentimentos morais de Adam Smith 1723-1790**. Tradução Lya Luft 2.^a ed. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2015.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

TEIXEIRA, James. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. Tese (Doutorado em Educação Matemática). São Paulo, PUCSP, 2015.

UNSGSA. **Digital Financial Inclusion**, 2023.

UNSGSA. **First Plenary of the G20 Global Partnership for Financial Inclusion (GPFI)**, 2024.

Washington, D.C. **World Bank Group**. Acesso em: junho 2022. <http://documents.worldbank.org/curated/en/616901628763703306/Balancing-Stability-and-Transition-A-First-Assessment-of-Regra-de-Permanência-in-Bolsa-Familia>

WATERS et al. **The Case for a Global Financial Health Platform**. Financial Health Network, FHN, 2022.

WIW, World Investor Week 2023. Disponível em: <https://www.worldinvestorweek.org>

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. LTC, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1982.

ZIMMERMANN, Clóvis. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil**. Revista Internacional de Direitos Humanos. São Paulo, 2006.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1) Conte um pouco sobre as iniciativas ligadas à Educação Financeira de sua instituição além da ENEF. Fale sobre o histórico, objetivos, dificuldades, etc.

2) Quais são as principais motivações do poder público no Brasil ao propor uma Estratégia Nacional para a Educação Financeira?

3) Conte um pouco sobre a evolução da ENEF ao longo dos anos até a data de hoje.

4) Como avalia o desenvolvimento das políticas sobre o tema?

5) Como se dá a participação da sua instituição no processo?

6) Quais as principais referências da ENEF brasileira (países)? Cite práticas ou estratégias de outros países e como elas influenciaram na experiência brasileira.

7) Como se dá o processo de financiamento das ações para a disseminação da Educação Financeira?

8) Como o contexto político e econômico influenciam no desenvolvimento das políticas?

9) Constam como membros da sociedade civil na ENEF a ANBIMA, BM&F Bovespa, CNSeg e FEBRABAN, todas instituições ligadas ao sistema financeiro. Como são escolhidos esses participantes? O Sr. (Sra.) acredita que elas, de fato, representam a sociedade civil?

10) Além das instituições representando a sociedade civil, todos os patrocinadores que constam do site da ENEF são instituições financeiras. Como enxerga conflitos de interesses existentes na presença dessas instituições? Como esses conflitos de interesse são tratados? Existem códigos de conduta?

Ferramentas que buscam promover transparência e uma boa governança no processo?

11) Alguns autores, ao realizarem análise dos discursos presentes no material didático da ENEF, apontam por um lado, a presença de argumentação pró-mercado financeiro, tentando inculcar uma lógica mercantilista em relação ao público alvo. Como o Sr. (Sra.) avalia este tipo de afirmação?

12) Como a ENEF busca contribuir para uma formação crítica sobre consumo, dinheiro e mercado?

13) Como verifica as singularidades da ENEF em relação ao público alvo, considerando: a) Crianças e Jovens - Ensino Fundamental e Médio; b) Adultos Idosos e Adultos Mulheres Beneficiárias do Bolsa Família.

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ
(TCUISV)**

Título da Pesquisa: Racionalidades e Intencionalidades orientadoras das Políticas Públicas de Educação Financeira no Contexto Brasileiro Contemporâneo

Pesquisador (es/as) ou outro(a) Profissional Responsável pela pesquisa, com endereços e telefones:

Orientadora: Professora Dr^a Giovanna Pezarico. Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, Curitiba/PR, 80230-901. Telefone: (41) 996486378.

Orientanda: Beatriz Burg Viana. Endereço: Rua Victor Stec, 104 - Xaxim, Curitiba/PR, 81710-090. Telefone: (41) 99928-8860

Local de realização da pesquisa: O Banco Central do Brasil (BACEN), o Ministério da Educação (MEC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE:

1. Apresentação da Pesquisa

Você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba/PR. A pesquisa busca examinar as políticas públicas de educação financeira no Brasil, explorando as influências e intenções que as orientam, com foco na análise dos documentos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e materiais internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O estudo visa a compreender a implementação e os resultados dessas políticas no contexto brasileiro contemporâneo e os desafios inerentes à adoção de padrões internacionais.

A pesquisa respeitará todas as diretrizes éticas e será avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná para garantir a proteção dos participantes e a qualidade da investigação.

O termo que você está lendo é uma exigência da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Este termo existe para assegurar-lhe participação autônoma, consciente, livre e esclarecida. A resolução propõe que toda pesquisa envolvendo seres humanos, direta ou indiretamente, deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa. De acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012, é dever dos pesquisadores de exercer ética no decorrer da pesquisa, zelando pelo respeito ao participante e preservação de sua dignidade e autonomia, prevalecendo suas vontades de participar da pesquisa e contribuir com as temáticas apresentadas ou de abster sua participação mediante manifestação expressa, livre e esclarecida. Para cumprimento destas obrigações, a pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

2. Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral:

Analisar racionalidades e intencionalidades que orientam a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), no contexto de políticas públicas brasileiras.

Objetivos Específicos:

- Compreender a emergência da temática da Educação Financeira.
- Caracterizar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).
- Analisar as interações entre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e políticas públicas específicas.

3. Participação na pesquisa

Como critério de inclusão para participar da pesquisa serão convidados indivíduos que ocupam cargos relacionados à implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil nas seguintes instituições: Banco Central do Brasil (BACEN), Ministério da Educação (MEC), Comissão de Valores Mobiliários

(CVM), Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

A entrevista será realizada de modo remoto, em até 60 minutos, podendo se estender diante do interesse do entrevistado. Além disso, as entrevistas serão gravadas em áudio e salvas em dispositivo local (computador da pesquisadora) de modo a garantir maior segurança dos dados, evitando armazenamento em nuvem. No decorrer das entrevistas não existem respostas corretas ou incorretas, podendo os entrevistados interromper a sua participação a qualquer momento. Os relatos serão transcritos em forma de texto na primeira pessoa sem o uso de software específico.

4. Confidencialidade

O conteúdo do diálogo e sua transcrição são confidenciais, sendo que o roteiro com o nome será identificado por outro fictício. Somente a pesquisadora terá acesso ao nome correspondente a cada substituído, permanecendo assim a segurança das informações prestadas. Esta pesquisa atende às normas da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do CNS, garantindo sigilo acerca dos dados produzidos por esta pesquisa.

5. Riscos e Benefícios

5a) Riscos: Os riscos presentes nesta pesquisa relacionam-se com a existência de possibilidades de constrangimento ao conceder a entrevista, e do desconforto pessoal com os meios de gravação a serem utilizados (vídeo e áudio). Atestados os riscos, é fator primordial aos pesquisadores o de garantir segurança ao entrevistado e reduzir estes riscos ao seu valor mínimo. Para tanto, os pesquisadores deverão informar cada etapa a ser realizada com os participantes, tal como dialogar acerca das condições de participação de cada entrevistado nos espaços físicos, garantindo-lhes confiabilidade no processo. Para garantir a efetividade de sua participação, os pesquisadores seguirão as recomendações da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do CNS. De modo a mitigar potenciais constrangimentos, os participantes serão informados de que poderão desistir ou interromper a entrevista em qualquer momento ou ainda optarem por não responderem questões que lhe

sejam sensíveis. Do mesmo modo, poderão escolher o local que consideram mais adequados para a realização da entrevista e conforme horário e disponibilidade que lhes forem mais convenientes. Além disso, de forma a preservar os dados coletados, os mesmos serão arquivados em computador pessoal da pesquisadora, evitando potenciais riscos de armazenamento em nuvem.

5b) Benefícios: Os benefícios que esta pesquisa proporcionará serão de contribuir para um entendimento mais aprofundado das abordagens existentes referente a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), bem como das necessidades e desafios atuais nesse âmbito. A análise detalhada das políticas públicas de educação financeira vigentes e sua interação com as dinâmicas socioeconômicas e culturais podem evidenciar áreas de aprimoramento e a necessidade de ajustes para melhor atender às demandas e desafios contemporâneos.

6. Critérios de inclusão e exclusão

6a) Inclusão: Os entrevistados nesta pesquisa serão indivíduos que ocupam cargos relacionados à implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil nas seguintes instituições: Banco Central do Brasil (BACEN), Ministério da Educação (MEC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

6b) Exclusão: Pessoas que não têm uma conexão direta com as instituições e agências envolvidas na ENEF uma vez que sua contribuição para a compreensão das políticas de educação financeira pode ser limitada.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo

As entrevistadas têm o direito de deixar este estudo a qualquer momento, bem como de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Possui liberdade para recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem penalização.

Podendo assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

() quero receber os resultados da pesquisa (e-mail para envio : _____)

() não quero receber os resultados da pesquisa

8. Ressarcimento e indenização

Não haverá despesas pessoais ou compensações financeiras em decorrência de sua participação nesta pesquisa. Vale ressaltar que, entretanto, você possui direito de requerer indenização em razão de qualquer dano que venha a sofrer.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR).

Endereço: Av. Sete de Setembro 3165, Bloco L, Sala 07 – Pátio Central. **Bairro:** Rebouças, **Cidade:** Curitiba/PR, **CEP:** 80230-901. **Telefone:** (41)3310-4545. **E-mail:** coep@utfpr.edu.br

B) CONSENTIMENTO PARA USO DE SOM E IMAGEM:

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa. Declaro ainda, que compreendi o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Permito que a pesquisadora obtenha informações a meu respeito por

meio de entrevista, cujo áudio será gravado, transcrito e transformado em narrativa em primeira pessoa, para fins de pesquisa científica/educacional. Estou consciente de que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo e que, permanecendo na pesquisa não serei identificada pelo nome ou qualquer outra forma.

Nome Completo:

RG: _____ Data de nascimento: ___/___/_____

Telefone: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: ___/___/2024.

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicando seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Nome Completo:

Assinatura pesquisador (a)/(ou seu representante): _____

Data: ___/___/2024.

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, basta entrar em contato com Beatriz Burg Viana, via e-mail: beatrizburg@hormail.com ou telefone: (41)99928-8860.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado: Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR) **Endereço:** Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165 Bloco L Sala 07 – Pátio Central. Rebouças, Curitiba/PR, CEP: 80230-901. **Telefone:** (41)3310-4545. **E-mail:** coep@utfpr.edu.br